

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JOÃO VICTOR LANNA DE FREITAS

A PERSONIFICAÇÃO DO PODER IMPERIAL: A IMAGEM DE AUGUSTO EM
TÁCITO

MARIANA
ABRIL DE 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JOÃO VICTOR LANNA DE FREITAS

A PERSONIFICAÇÃO DO PODER IMPERIAL: A IMAGEM DE AUGUSTO EM
TÁCITO

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas e
Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do
grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Faversani.

MARIANA
ABRIL DE 2013



FOLHA DE APROVAÇÃO

João Victor Lanna de Freitas

A personificação do poder imperial: a imagem de Augusto em Tácito

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado

Aprovada em 19 de abril de 2013.

Membros da banca

Prof. Dr. Fabio Faversoni - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Fábio Duarte Joly - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Alexandre Agnolon - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Fabio Faversoni, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 19/04/2013.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Faversoni, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/06/2023, às 20:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0538864** e o código CRC **2012ED98**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus orientadores e amigos, Fábio Faversoni e Fábio Duarte Joly, principalmente pela paciência, mas também, por acreditarem em mim e contribuírem imensamente para minha formação acadêmica. Aos demais professores que me ajudaram nessa caminhada agradeço pelas lições eternizadas, sou especialmente grato a: Alexandre Agnolon, Luiz Estevam de Oliveira Fernandes e Sérgio Ricardo da Mata. Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto, pelo apoio institucional e pelo serviço público de qualidade; a todos os funcionários que fazem esta Instituição de ensino, pelo seu trabalho que em muito me auxiliou nessa trajetória; ao Centro Nacional de Pesquisa (CNPQ) pelo apoio, que foi essencial ao desenvolvimento do projeto.

Por fim, não posso deixar aqui de agradecer a todos os componentes do LEIR – UFOP – Sarah Fernandes Lino de Azevedo, Ygor Klain Belchior, Willian Mancini, Mariana Alves de Aguiar, Daniela Barbosa, Lucas Almeida de Souza, Mamede Queiroz Dias, Prema Hari Perroni Campos, Laura Zamuner Vasconcelos, Annelizi Fermino, Douglas de Castro Carneiro, Thiago Paschoal Perpétuo, Ana Paula Pinto de Carvalho, que através das inúmeras experiências compartilhadas e debates estabelecidos, dotaram essa pesquisa de contornos muito mais sólidos. Agradeço também a todos aqueles que me apoiaram e cuidaram de mim com tanto amor nessa caminhada; à minha mãe, Martha, meus avós, Antônio e Regina, tios, Mauro e Luiza, a minha prima Clara, minha namorada e tradutora Helena, e ao meu amigo e irmão Tropeço. A Mansão Kome Keto e todos moradores e ex-moradores pelo apoio e amizade, em especial a; Kanjik, Tozadu, Costinha, Falamansa, Riba, Menudo, Kokinha, Alf, Tripa, Zanga, Topô, Náárdo, Nota, Véio e Cirilo.

EPÍGRAFE

“Para nós o trabalho é restrito e sem glória.” (Anais IV, 32, 2).

RESUMO

Nesse Trabalho de Conclusão de Curso, estudaremos fundamentalmente como a *imago* de Augusto é retratada nas obras de Tácito, tendo em vista as relações de poder entre *princeps* e aristocracia. Este estudo visa justamente retratar como Caio Cornélio Tácito, na integridade de sua obra, expôs a figura de Augusto, primeiro *princeps* de Roma, que governou de 27 a.C a 14 d.C. Procuramos analisar como essa imagem, criada em volta de Augusto - que serviram de exemplo as qualidades básicas de um bom governante durante grande parte da história do Império Romano - é contrastada com a imagem criada por Tácito. Dessa forma tentaremos compreender o que significou a fundamentação da figura do *princeps* na figura de Augusto, e a visão que o autor apresenta deste, como governante.

Palavras Chave: Augusto; Principado; Tácito; Roma; Imagem.

ABSTRACT

This monography, studied fundamentally how the *imago* of Augustus is portrayed in Tacitus works, in view of the relationships between *princeps* and aristocracy. This study's subject is how Gaius Cornelius Tacitus, in all your works explained the *imago* of Augustus, the first princeps of Rome, than ruled since 27 a.C to 14 d.C. We analyzed how the Augustus image(s) – a model with the basic qualities of a good emperor during a big part in the history of the Roman Emperor – in contrast the image(s) made for Tacitus. So, we will try understanding what were the fundamentation of the *princeps* in Augustus figure, and the vision of Tacitus about this.

Key Words: Augustus; Principate; Tacitus; Image.

SUMÁRIO

1.0 Introdução.....	I
2.0 Tácito e a historiografia taciteana.....	1
2.0.1 Agrícola.....	7
2.0.2 Germânia.....	11
2.0.3 Diálogo dos Oradores.....	14
2.0.4 Histórias.....	17
2.0.5 Anais.....	20
2.1 Tácito e o Principado.....	26
3.0 A Imagem de Augusto.....	29
3.1 <i>Imago</i> : a representação do <i>princeps</i>	31
3.2 A Personificação do Poder Imperial.....	36
3.3 Otávio.....	39
3.4 Augusto.....	45
4.0 O Historiador e o Imperador: Tácito e Augusto.....	52
4.0.1 Entre a liberdade e a barbárie: Augusto em <i>Germânia</i> e <i>Agrícola</i>	54
4.0.2 O Discurso do Poder: A imagem de Augusto no <i>Diálogo dos Oradores</i>	57
4.0.3 <i>Res publica restituta</i> : A Imagem de Augusto nas <i>Histórias</i>	62
4.0.4 <i>Bonus princeps</i> , <i>malus princeps</i> : A imagem de Augusto nos <i>Anais</i>	66
4.1 Conclusão: A Imagem de Augusto em Tácito	73
5.0 Referências bibliográficas.....	78

1.0 Introdução

De sua fundação, até o fim do domínio etrusco (de 753 a.C a 509 a.C), a cidade de Roma foi monárquica. Com o fim da Monarquia, houve a instauração da *res publica*. Tal regime político ficou caracterizado pelo governo oligárquico, que com o passar dos séculos se concentrou cada vez mais nas mãos de um número reduzido de famílias¹. Essa aristocracia foi responsável por montar um aparelho governamental que preservava o poder em suas mãos através de uma série de magistraturas temporárias.

As conquistas romanas durante os séculos, a influência da cultura helênica e o grande acúmulo de poder por parte de alguns aristocratas, levaram, durante o século I a.C a uma constante luta pela monopolização das forças militares de poder, que garantiram um acesso privilegiado aos recursos econômicos do Império. Tal processo culminou na absorção de diversas magistraturas e no controle total das legiões por um só homem, Augusto².

O “misticismo”³ por traz desse governante se tornou tão forte, que posteriormente, no decorrer da existência do Império Romano seu nome acabou sendo adotado como um título, utilizado na designação de um soberano supremo. Nesse sentido, a imagem construída pela literatura e a historiografia sobre esse imperador assumem grande importância no contexto da *res publica*. Já que o seu governo e as modificações que ele causou na sociedade romana foram assimilados de maneiras diversas por gerações posteriores.

Diante desse cenário, notamos dentro da obra de Tácito que no cerne do estado romano, existe um constante conflito protagonizado pela interação entre uma aristocracia intelectual e o *princeps*. Esse conflito estabelece uma ambigüidade, já que é ele que fundamenta o equilíbrio do sistema político vigente, impedindo tanto a permanência de poderes tirânicos, quanto o conflito desmedido entre aristocratas. Nossa hipótese é que uma imagem idealizada de Augusto, primeiro imperador romano, foi utilizada na obra de Tácito,

¹ Ibidem. SYME; 2002. P 10-28.

² Ibidem. ECK; 2007, p.137-148

³ A utilização da palavra “misticismo” aqui não foi por acaso. Sob a nossa ótica há realmente um olhar místico sob a imagem de Augusto por parte dos romanos ao longo do império. Essa ótica dá a imagem de Augusto um sentido sagrado e ao mesmo tempo lendário. Tal surge dentro de um contexto comparativo – que tende a incorporar – com diversas figuras, que se apresentavam dessa forma aos romanos, tais como Apolo, Netuno e o próprio Rômulo, fundador mítico da cidade de Roma e posteriormente a diversos outros imperadores romanos. Dentro dessa perspectiva houve o louvor a divindade de Augusto, sempre relacionado com o louvor a Roma. A imagem de Augusto nesse sentido ultrapassa as fronteiras de seu tempo, servindo como base para a criação das imagens dos imperadores brasileiros, principalmente D. Pedro II, no Brasil do século XIX. Ver: POLETTI, Ronaldo. Otaviano Augusto. *O Imperium Populi*. O império do Brasil. Notícia do Direito Brasileiro, v. 14, p. 225-236, 2007.

tanto como forma de direcionar o imperador Trajano, a constituir um governo que atendesse às necessidades de “bom governante” segundo os preceitos que interessavam à aristocracia senatorial da época, quanto como modelo comparativo a outros imperadores, em um discurso retórico que visava a elevação ou diminuição dos mesmos.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, procuramos demonstrar os principais resultados da pesquisa realizada durante a iniciação científica. Nesse período, estudamos fundamentalmente como a *imago*⁴ de Augusto⁵ é retratada nas obras de Tácito⁶, tendo em vista as relações de poder entre *princeps* e aristocracia. Assim, tentamos expor ao leitor a experiência em trabalhar com a História do Império Romano, a partir da análise das obras de um dos seus principais intelectuais, Caio Cornélio Tácito.

Nesse sentido, o presente trabalho não visou julgar o governo de Augusto, qualificando como bom ou ruim. O nosso objetivo foi analisar a *imago* de desse imperador sob a ótica de Tácito, retratando de que forma esse se utiliza da caracterização do primeiro imperador romano em suas obras. Para isso nos atentamos para a caracterização desse *princeps* – através de uma tradição literária e historiográfica - como *exemplum*. Através dessa análise, percebemos como Augusto se manteve durante todo o alto império como um governante virtuoso, servindo de modelo comparativo aos demais.

⁴ A utilização do termo *imago* foi uma escolha. Vários elementos da pesquisa nos levaram ao conceito de imagem. Na Iniciação Científica, procuramos observar e analisar as práticas imagéticas no mundo romano, considerando o vocabulário e as classificações terminológicas de palavras latinas como: *retraho*, *repraesentatio*, *simulacro*, *fictio* e *imago*. À medida que a pesquisa foi evoluindo percebemos que o termo *imago*, - que de acordo com o *Oxford Latin Dictionary*, corresponde a: “Uma coisa similar que serve como ilustração, um paralelo, um modelo, um exemplo” – é àquele que apresenta maior congruência com a utilização que Tácito procura dar a Augusto em suas obras (In:GLARE, P.G.W. *The Oxford Latin Dictionary*. Oxford University Press, USA, 1983, p. 831).

⁵ Nome dado a *Gaius Julius Caesar Octavianus* em decorrência de sua vitória nas Guerras Civis sobre Marco Antônio e da conquista e anexação do Egito como província romana. Como aponta o biógrafo C. Suetônio (69-130 d.C.), em sua obra *De Vita Caesarum*, no livro sobre a *Vida do Divino Augusto*, o nome Augusto foi dado a Otaviano por uma resolução de Munácio Planco, e teria sido escolhido pois designava “*um cognome não apenas novo, mas também grandioso, pois tanto santos como aquilo que neles é consagrado por augúrio são chamados “Augustus.”*”. Cf: SUET. *Vida do Divino Augusto*, VII, trad: REZENDE, Antônio. *A Vida e os Feitos do Divino Augusto: Textos de Suetônio e Augusto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

⁶ O fato de Tácito não ter relatado diretamente o principado de Augusto em suas obras, não retira a importância da imagem do *princeps* dentro da mesma. Durante a nossa pesquisa de iniciação científica fizemos um levantamento sobre a quantidade de vezes em que o nome de Augusto é mencionado dentro do conjunto de obras taciteano, o primeiro imperador é citado durante uma vez na *De Vita Iulii Agricola*, nove vezes no *Dialogus Oratoribus*, 19 vezes nas *Historiae* e 146 vezes nos *Annales*, totalizando 174 menções. Essas alusões a Augusto servem aos mais diversos objetivos, tanto como forma de comparar suas ações às de governantes posteriores quanto como uma maneira de recorrer à autoridade de seus atos e de sua linhagem para julgar os feitos dentro da *domus Caesaris*. O importante desse levantamento foi perceber que Augusto é para Tácito um *exemplum*, cujo nome perpassa sua época e por muitas vezes é responsável por legitimar as ações daqueles que estavam envolvidos no jogo político romano.

Partindo de uma perspectiva de análise que atribui importância às interações entre os indivíduos, estudaremos essas zonas limítrofes através das relações interpessoais entre o imperador e a aristocracia senatorial, dando ênfase à sobreposição de *imagines*. Para realizarmos esse estudo utilizaremos da obra de Tácito em toda sua extensão, tendo; *Agricola*, *Germania*, *Dialogus Oratoribus*, *Historiae* e *Annales*, como fontes principais. Buscamos trabalhar a obra de Tácito em sua totalidade, tendo em vista que analisar a *imago* de Augusto em uma ou outra obra isolada tornaria esse estudo muito superficial e desqualificaria elementos que poderiam ajudar-nos a compreender a nossa análise.

A metodologia que foi empregada é a básica da pesquisa bibliográfica. A linha metodológica da pesquisa usou a análise semântica isotópica, proposta por Ciro Flamarion Cardoso. Buscamos mudanças, permanências, identidades e alteridades que podem se apresentar como faces opostas ou complementares de uma mesma situação de significação dentro de um mesmo texto, ou discurso, ou ainda de um discurso para outro.

No que tange ao modelo teórico, ele foi refinado a partir da leitura e fichamento da bibliografia referente às concepções de construção e transmissão da imagem na antiguidade e à organização sociopolítica do Império Romano, principalmente sob o governo de Trajano. Para identificação das passagens nas quais Augusto é tomado como *exemplum*, fizemos uma lista com todas as referências (livro, – no caso das obras historiográficas, capítulo, versículo) e valor atribuído por Tácito a estes *exempla* (positivo, negativo ou neutro), associando-os ao evento ou ocasião em que aparecem na narrativa.

Assim, optamos por dividir esse trabalho em três capítulos; “Tácito e a Historiografia Taciteana”, “A Imagem de Augusto”, “O Historiador e o Imperador: Tácito e Augusto”. Durante o capítulo um, procuramos fazer uma análise das obras taciteanas, procurando elementos que poderiam nos ajudar a compreender a visão de Tácito sobre seu próprio contexto político. Com base em uma discussão historiográfica que inclui autores como Ronald Syme, Arnaldo Momigliano, A.J. Woodman, Andrew Wallace-Hadrill, Aloys Winterling, Dylan Sailor, Fábio Favarsani e Fábio Joly, admitimos que os escritos taciteanos estejam imersos em uma tradição literária que buscava na história uma forma importante de exercitar a retórica. Entretanto essa característica da historiografia romana não a desqualifica politicamente. Entendemos assim que essa tradição historiográfica sofre diversas mudanças dentro do contexto do Principado, sendo importante para a compreensão

desse regime e de como o autor, personagem ativo dentro das mudanças que aconteceram na transição do século I para o século II, compreendeu o cenário político de seu tempo.

Notamos no capítulo dois que Augusto foi apresentado por grande parte das fontes antigas como um governante bom e justo, responsável por trazer paz e prosperidade ao império. Essa visão é segundo Johnson, fruto de certa cultura literária, que não foi imposta, mas assimilada por parte de uma elite intelectual que assumia – mesmo que subjetivamente – os traços e valores de sua época e que compôs a maior parte das fontes escritas às quais temos acesso⁷. Dessa forma, percebemos que o processo de valorização e construção da imagem augustana se deu desde o conflito contra Antônio até o fim da sua vida, atingindo as camadas políticas, sociais e culturais daquele tempo e modificando signos e valores na sociedade romana.

No terceiro capítulo desse trabalho, fizemos um rastreamento em nossas fontes procurando os usos que Tácito dá a Augusto. Percebemos que o nome de Augusto é citado na obra de Tácito pelos mais diversos motivos. Na grande maioria das vezes, Tácito se remete a Augusto como um modelo, dotando-o tanto de aspectos positivos, como negativos. Tal fenômeno é perceptível em todas as obras taciteanas, com exclusão talvez da *Germânia*, na qual a imagem de Augusto não é trabalhada. Mas se evidencia de forma mais clara nos *Anais*. Apesar de não ter feito uma história do principado augustano, Tácito utiliza-se da imagem desse *princeps* como uma figura de autoridade dentro de suas obras, tanto para qualificar, como para desqualificar personagens envolvidos no jogo político.

Esse trabalho buscou fazer um estudo, que ajudará a compreender uma das épocas mais importantes da história de Roma, o principado, baseando-se em um dos autores de maior relevância para o estudo da relação entre aristocracia e *princeps* no Alto Império Romano, Caio Cornélio Tácito. Isso, tendo como chave a imagem de Augusto, primeiro imperador, personagem essencial no processo de transição da *res publica* ao *principatus* e um dos principais modelos de governo para a história mundial. Sendo Augusto considerado um arquétipo de governante no século I, nossa análise buscou justamente discutir como esse modelo, foi compreendido por Tácito.

⁷ JOHNSON, William. *Readers and Reading Culture in the High Roman Empire: a Study of Elite Communities. Classical culture and society.* Oxford; New York: Oxford University Press, 2012, p.11.

A importância da nossa pesquisa se estendeu também ao estudo de como se dava a construção e recepção de imagens no Alto Império Romano. Com o advento do Principado as bases da imagem augustana perpassaram seu tempo, se tornando o alicerce para a construção de novos signos e valores, representantes de uma nova estrutura política, que modificou as relações de poder.

Assim, a história que se faz de Augusto não é uma história inteiramente do passado, pois é uma história iluminada pelos nossos problemas e ansiedades, mas não é tampouco história contemporânea. É uma longa história, uma história não apenas do século I ou do XXI, mas de todos os tempos e sociedades que se colocam entre o Brasil de hoje e a Roma do século I e que nos permitem estudar Augusto. Nosso estudo se inseriu em um momento particular destes múltiplos diálogos que constituem uma longa e multifacetada tradição.

2.0 Tácito e a historiografia taciteana.

Neste capítulo, procuraremos tratar dos principais debates historiográficos a respeito da obra de Cornélio Tácito com vistas a situar o nosso problema de análise no interior da produção acadêmica já produzida. Cabe, assim, inicialmente destacar o nosso problema de estudo. Nós pretendemos, através de uma análise estrutural das obras desse autor, analisar a relação entre Tácito e o Principado. Inicialmente, porém, enfocaremos na vida literária e o *cursus honorum* do mesmo, examinando o pensamento desse historiador latino dentro de duas linhas teóricas modernas.

A primeira, que tem como principal expoente Ronald Syme, procura defender a leitura de Tácito como fonte importante de sua época, responsável por transmitir parte de um pensamento ideológico, cultural e político do século II. E a segunda representada especialmente por Anthony John Woodman, que busca através de análises, estilísticas e estruturais, retirar a importância política das obras taciteanas, inserindo-as em um contexto puramente retórico, como parte de uma tradição literária.

Dedicar-nos-emos ao longo desse capítulo a um debate isolado sobre cada obra de Tácito, para, no fim, estabelecermos uma discussão sobre o conjunto. Procuraremos destacar nessas análises aspectos importantes para a nossa pesquisa, tais como a dicotomia entre escravidão e liberdade dentro do comportamento aristocrático e a relação de Tácito com a História e com o regime vivido. Além disso, tendo em vista a notória habilidade do autor no uso dos mais diversos estilos de narrativas, procuraremos analisar os artifícios retóricos utilizados por ele na composição de seus escritos.

Caio (Publius) ⁸ Cornélio Tácito foi um historiador romano que viveu entre 56 d.C. (ou 57 d.C.) ⁹ a 120 d.C. ¹⁰ Supõe-se que nasceu em algum lugar da Gália Narbonense ¹¹. Sobre

⁸ Não há certeza sobre qual era o seu prenome, Gaius ou Publius. Através de uma inscrição em Mylasa, tomamos conhecimento que Tácito exerceu ali o proconsulado nos anos de 112 e 113 d.C. Entretanto essa inscrição está corrompida justamente na parte onde estaria o prenome. Ver: SYME, Ronald. *The Roman Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 39.

⁹ *Ibidem*, p.63.

¹⁰ Não se sabe ao certo a data da morte do autor. Acredita-se que ele morreu entre 117 e 120, logo após escrever os Anais. Certas passagens dos Anais indicam fatos ocorridos no ano de 115, o que nos permite afirmar que a conclusão da obra ocorreu depois dessa data. Ver: AZEVEDO, Sarah L.F. *Consilium muliebre ac deterius* (Tac. Ann., XV, 54,4): *As Personagens femininas e a construção da imagem imperial no principado de Nero*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto; Mariana, 2011, p. 15.

¹¹ Existem diversas hipóteses sobre a origem de Tácito. Plínio, o Moço lhe atribui origens itálicas (ver *Ep.* IX, 23, 2). Já Plínio o Velho afirma ter conhecido pessoalmente certo Cornélio Tácito, habitante de classe equestre da Gália Narbonense (*Nat. Hist.*, VII, 75).

a sua família, podemos reconhecer certo Cornélio Tácito, equestre na Gália Bélgica, nos escritos de Plínio o Velho, provavelmente o pai, ou tio do nosso historiador. O *status* equestre de Tácito facilitou sua ascensão na vida política romana. Por volta de 76, casou-se com a filha de Gneu Júlio Agrícola, general de Domiciano, de quem escreveu a biografia (*De Vita Iulii Agricolae*, em 98). É durante o principado de Vespasiano que entra na vida política, encontrando-se em Roma a partir de 75. Exerceu as funções de questor (81 ou 82), pretor (88), cônsul (93) e procônsul na Ásia (112). Foi sacerdote quincenviral (88), cônsul *suffectus* (97).

Supõe-se que tenha sido aluno de Quintiliano¹², proeminente orador e autor de diversos tratados sobre retórica. As obras de Tácito que chegaram até nós, entretanto, só foram compostas sob os principados de Nerva e Trajano. A primeira foi *Agrícola* (98), uma *laudatione funebris* ao seu genro, Júlio Agrícola. No mesmo ano foi publicada *Germânia* (98), escrito no qual compara os valores dos povos germânicos com os dos romanos. Em 102, compõe *Diálogo dos Oradores*, que trata do declínio da oratória no principado quando comparado à República. Suas principais obras são as *Histórias* (108 ou 109) e os *Anais* (115 a 120). Nelas, Tácito procurou escrever uma história do principado romano, de Augusto (27 a 14) a Trajano (98 a 117), não completando, entretanto o seu objetivo, e narrando nas *Histórias* somente até o fim do governo de Domiciano (81 a 96).

O estilo de Tácito se enquadra com o objetivo da *historia magistra uitae*, de Cícero, que tinha, entre outros aspectos, o dever de ensinar, através da exposição de bons e maus exemplos. Para os antigos, a História estava diretamente relacionada à memória, pois os erros e acertos do passado eram pontos referenciais para as ações futuras. História, memória e retórica se complementavam. O domínio de uma, significava a invocação das outras. A *praxis* da história se encontrava na retórica, que por sua vez necessitava da primeira para dotar um discurso de autoridade.¹³

¹² BOISSIER, G. *Tácito*. São Paulo: Ed. Difusão S/A, 1934.p. 10.

¹³ A definição de História era bastante imprecisa no mundo antigo ocidental, podendo ser atribuída a textos em prosa que lidavam com “aspectos da atividade humana e heróica no tempo passado”. Charles Fornara destaca cinco tipos de abordagem utilizada para descrever os feitos de outras épocas; genealogia, etnografia, história, história local e cronografia. Os limites entre essas abordagens eram estreitos, mas todos tinham o objetivo claro de manutenção de grandes feitos vivos na memória. A preservação da memória tornava a história necessária. Com os latinos essa prática toma novos contornos, pois é destacado o caráter retórico da história. Há uma maior preocupação moralizante à escrita da história quando comparado ao período grego e uma necessidade de “ornar-la” seguindo o modelo da arte retórica. A preocupação latina na construção do homem político como orador eficiente levou a história a se tornar uma disciplina complementar a retórica dentre os romanos, que se valia de feitos passados para legitimar suas decisões e posições. Ver: FORNARA, Charles William. *The nature of history*

Existem poucas menções sobre a obra de Tácito na Antiguidade Tardia e na Idade Média. Um uso mais generalizado dos livros taciteanos só foi acontecer por volta de 1580, através do primeiro comentário político sobre sua obra. A partir daí, a obra de Tácito foi considerada uma orientação para a vida da corte dentro de regimes monárquicos. Durante todo século XVII Tácito foi lido mais propriamente como um tratado político, do que uma narrativa histórica. A partir do século XVIII, a leitura política desse autor sofre um ocaso, devido à dúvidas, cada vez maiores, quanto à utilidade de se estudar a modernidade como um espelho da Antiguidade.¹⁴

Desde então, os escritos de Tácito começaram a cair em descrédito como fonte histórica, sendo apontados por historiadores famosos com Theodor Mommsen, por exemplo, como tendenciosos¹⁵. A preocupação da história do século XIX em se afirmar como disciplina acadêmica reforçou essa opinião, levando a qualificação das obras taciteanas como “literatura”.¹⁶

A realocação da validade histórica das obras taciteanas se deu no início do século XX, e teve como maior ícone o inglês Ronald Syme. A análise prosopográfica que Syme faz da obra de Tácito nos mostra que é tão essencial compreender o ambiente político e social do autor, quanto à análise lingüística de sua obra e nos mostra que até os aspectos mais ficcionais do discurso podem ser utilizados para compreenderem o contexto no qual ele é produzido.

Syme acredita que ferramentas retóricas foram sim utilizadas por Tácito para construção de suas personagens e que por muitas vezes os escritos taciteanos contém erros grotescos quanto à descrição de fatos históricos¹⁷. Entretanto, a maior parte dos acontecimentos relatados por Tácito parece verídica, pois é evidente que o autor latino consultou documentos referentes ao contexto por ele descrito e sua narrativa se encontra com a de autores posteriores como Suetônio Dião Cássio. A utilização da retórica não retira a validade histórica da obra taciteana, já que a mesma era indissociável do modo conforme o qual os antigos faziam história.

in Ancient Greece and Rome. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1988.

¹⁴ JOLY, Fábio Duarte. *Tácito e a metáfora da escravidão: Um Estudo de Cultura Política Romana*. São Paulo: EDUSP, 2004, p.47

¹⁵ *Ibidem*, p.48

¹⁶ *Ibidem*, p. 48.

¹⁷ *Ibidem*, SYME, 1958.

Para Syme, a utilização da história está diretamente ligada ao contexto político e ao próprio *cursus honorum* de Tácito. Essa é também a conclusão de Dylan Sailor, que vai ainda mais adiante e estabelece uma relação indissociável entre a historiografia e intervenção política¹⁸. Assim, ele acaba por estreitar a relação de Tácito com o poder. Pois, ao escrever a história do principado, Tácito expõe de forma intrínseca a sua visão sobre as diferentes formas de governo conhecidas.

Em contrapartida, nos anos de 1980 – a partir de um movimento que ficou conhecido na historiografia como Giro- lingüístico - surgiram novas teorias que qualificam a história como discurso narrativo e retiram da mesma a sua importância científica, amparada nas teorias de historiadores como A.J Woodman, assim como Mommsen, Woodman desqualifica a importância histórica dos escritos taciteanos¹⁹. Em uma análise dos proêmios das obras taciteanas, Woodman considera que as mesmas são frutos de um discurso puramente retórico, que se preocupava muito mais em entreter o leitor, do que propriamente oferecer a esse informações históricas, que tivessem necessariamente relação com eventos reais.²⁰ Esse autor entende que a função da história para Tácito está inserida na capacidade de proporcionar prazer ao leitor, explicando assim o caráter novelístico dos escritos taciteanos dos *Anais* e das *Histórias*.

Diante dessa posição vemos pesquisadores renomados defendendo uma definição “pós-moderna” e literária da história, conhecida como meta-história. O principal defensor dessa teoria é o americano Hayden White. A meta-história causou uma crise de paradigmas na historiografia ao admitir a narrativa histórica como dependente de uma organização lingüística, retórica e poética por natureza, colocando em questão sua cientificidade. Além de semelhanças estruturais, a relação entre História e Literatura acontece por ambas possuírem mais interesse naquilo que é “possível” do que naquilo que é “real”, assim, White afasta a História da proximidade com as ciências naturais, pela sua deficiência de rigidez conceitual e insucesso em criar leis universais. Nas palavras do próprio White:

No entanto, as atuais teorias do discurso dissolvem a distinção entre o discurso realista e ficcional sobre a presunção de uma diferença ontológicas entre suas respectivas referências, tanto reais quanto imaginárias, enfatizando nos seus dispositivos a condição comum de

¹⁸ SAILOR, Dylan. *Writing and Empire in Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 6-50.

¹⁹ Ibidem, JOLY, 2004, p. 49.

²⁰ WOODMAN, A. J. “*History and Alternative Histories: Tacitus*”. In: *Rhetoric in Classical Historiography*. London and New York: Rutledge, 1988, pp. 160-196, p 185.

aparatos semióticos que produzem significado através da substituição sistemática de objetos significativos (conteúdos conceituais) por entidades extra-discursivas que servem como referência. Através destas teorias semiológicas do discurso, a narrativa acaba por ser um sistema particularmente eficaz de produção de sentidos em que o discurso pode ensinar as pessoas a viver um "relacionamento normalmente imaginativo com suas condições de vida real", ou seja, uma relação irreal, mas válida nas formações sociais em que estão imersos e em que suas vidas se desdobram a cumprir seu destino como sujeitos sociais.²¹

Seguindo essa mesma linha, Ricardo Nobre, afirma que o estabelecimento de um modelo retórico elaborado no principado de Augusto foi uma ferramenta importante, tanto para construir boas imagens dos personagens quanto eliminar a concorrência política e militar presente em seu reinado. O principal objetivo deste modelo narrativo-retórico era seduzir os diversos setores da sociedade, conquistando assim um apoio generalizado e auferindo uma total ausência de oposição política e militar. De modo simples e conciso este modelo tinha como principal objetivo arquitetar e construir um ideal de governo pacífico, enquanto Augusto eliminava seus opositores políticos e militares.²²

Holly Haynes em sua pesquisa denominada *The History of Make-Believe: Tacitus on Imperial Rome*, afirma que:

Tácito não escreve sobre a realidade da política imperial e da cultura, mas sobre o retrato imaginário que esta sociedade imperial faz da sua relação com essas condições concretas de existência. Ele descreve, portanto, uma representação de uma representação: a imagem da sociedade como uma relação imaginária com a realidade.²³

Através dessa passagem vemos que Haynes, afirma que, para Tácito, o principado romano era um regime de aparências, em que a relação entre as formas discursivas e as condições concretas de existência não era forte. A representação, da forma colocada pela autora, se insere assim em uma realidade não física, uma realidade que não é imediata, mas que se produz por uma ferramenta retórica. Essa discussão se insere em um debate amplo que está presente nas principais discussões sobre teoria da história nos dias de hoje.

²¹ WHITE, Hayden. "El valor de la narrativa en la representación de la realidad". In: *El contenido de la forma. Narrativa, discurso y representación histórica*. Barcelona: Paidós, 1992., p. 10. (grifo nosso)

²² *Ibidem*, p 43-51.

²³ HAYNES, Holy. *The History of the Make-Believe: Tacitus on the Imperial Rome*. University of California Press, 2003. p.29. (grifo nosso)

Para Fábio Duarte Joly, os recursos teóricos que envolvem as teses de Woodman, Haynes, White e Nobre são problemáticos principalmente por que:

Ao se enfatizar o aspecto da intertextualidade, é deixado em segundo plano, ou mesmo negligenciado, o problema do contexto social de produção e recepção da obra. Admitir que o público leitor de Tácito tivesse imbuído de uma cultura retórica, não implica que julgasse seus escritos por meio de um viés exclusivamente formal ou procurasse neles uma mera função estética.²⁴

A perspectiva de Joly é bastante clara e se aproxima de outra linha historiográfica, defendida por historiadores, como Ronald Syme e Arnaldo Momigliano, que admitem a utilização de Tácito como fonte histórica, inserindo o mesmo como personagem ativo dentro de seu contexto histórico, portanto considerando esse aspecto fundamental para a análise do momento político vivido dentro do advento da restituição da *res publica*, que chamamos de Principado.

Com base na discussão realizada admitimos os escritos taciteanos imersos em uma tradição literária que buscava na história uma ferramenta complementar a retórica. Entretanto essa característica da historiografia romana não a desqualifica. Entendemos assim que essa tradição sofre diversas mudanças dentro do contexto do Principado, sendo importante para a compreensão desse regime e de como o autor, personagem ativo dentro das mudanças que aconteceram na transição do século I para o século II compreendeu o cenário político de seu tempo.

Tendo em vista a discussão estabelecida nessa primeira parte, procuraremos, na seqüência desse capítulo analisar a obra taciteana em sua plenitude, procurando elementos que possam contribuir para a análise da imago de Augusto e a sua importância dentro do discurso taciteano sobre o principado. Com isso passamos análise de *Vida de Agrícola*, *Germânia*, *Diálogo dos Oradores*, seguindo de *Histórias e Anais*.

²⁴ Ibidem. JOLY, 2004, p. 50.

2.0.1 Agrícola

Agrícola (98 d.C) foi o primeiro texto de autoria de Caio Cornélio Tácito. Nessa obra o autor faz uma homenagem *post-mortem* ao seu sogro, Júlio Agrícola destacando a sua atuação como pro-cônsul na Bretanha. A obra contém descrições da geografia física do local além de descrições sobre as organizações políticas e comportamentais dos habitantes daquele lugar. O gênero sob o qual a obra foi escrita é conhecido como *laudatio funebris*.

A *laudatio funebris* consiste basicamente em uma obra apologética a um antepassado morto. Essa prática era uma ramificação da biografia, muito comum em Roma, tendo tido ampla influência da prática biográfica grega, conhecida como *encomium*. No entanto, no circuito literário romano adquiriu um estilo próprio, que buscava perpetuar a *gens* do personagem extinto e, às vezes, honrar um patrono dentro de uma relação de *amicitia*. Segundo José Luís Lopes Brandão, a *laudatio*:

Devia certamente referir pormenores tanto da vida pessoal e doméstica como da carreira pública. Esta forma cresceu em Roma, independentemente da influência grega, mas com um percurso paralelo. A continuidade desta prática literária resulta da preservação das *laudationes* nos arquivos de família e do seu uso como modelos e fontes de futuros trabalhos²⁵.

Para Brandão, alguns temas como a origem, presságios na infância que definiriam o futuro, o *cursus honorum* e, dentro do mesmo, o comportamento perante o poder, juntamente com as realizações, campanhas, aspectos da vida privada e cenas de morte eram aspectos indispensáveis em uma *laudatio*.

Esses escritos têm como principais argumentos retóricos o *titulus* e o *elogium*. O *titulus* se caracteriza como uma reivindicação a glória, fama e distinção, que procurava louvar certo indivíduo através de sua carreira política e de suas origens ancestrais²⁶. Já o *elogium* é um discurso panegírico de caráter laudatório, destinado na maioria das vezes para homenagens fúnebres.²⁷ Com isso, podemos perceber que Tácito procurou explicitamente dedicar ao seu sogro homenagens póstumas, nas palavras do próprio autor: “Assim, este livro,

²⁵ BRANDÃO, José Luís Lopes. *Máscara dos Césares: Teatro e moralidade nas Vidas suetonianas*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2010, p.21.

²⁶ HORNBLLOWER, Simon. SPAWFORTH, Antony. *The Oxford Classical Dictionary*, 3ª Edition. Oxford University Press, Oxford, England, 1996, p.1944-1945.

²⁷ *Ibidem*, p. 600.

dedicado às honras de meu sogro, Agrícola, ficará pela declaração de meu respeito, louvado ou ao menos desculpado”²⁸.

Entretanto, também podemos entender a obra como uma denúncia ao governo tirânico exercido por Domiciano, que impedia àqueles que se destacavam na vida pública de receberem as honrarias merecidas, de forma que não se tornassem adversários do próprio governante. Para Dylan Sailor, “o prefácio da biografia, de forma significativa, estabeleceu que Tácito não escreveu o livro para Trajano (imperador em exercício), mas que o real antagonista de Agrícola foi Domiciano”²⁹

A idéia de que Tácito utiliza-se da homenagem feita ao seu sogro, *Agrícola*, para expor sua oposição ao principado de Domiciano, é presente entre a historiografia trabalhada. M.A Giua³⁰ afirma que Tácito reconstitui a história do principado de Domiciano sem o tornar protagonista. A crítica aos imperadores fica implícita na *laudatio funebris* de Agrícola. O sistema opressivo no qual alguns imperadores operavam causava certa hesitação por parte daqueles que viviam sob tal regime em expor suas opiniões, por medo de serem mal-interpretados e punidos pelos que estavam no poder.

Dessa forma o indivíduo devia conviver constantemente com o medo de que, em meio a seus ditos sobre imperadores anteriores, algo fosse interpretado de forma hostil. Essa forma de censura exercida por aqueles que Tácito chama de tiranos, leva a uma série de diferentes comportamentos por parte daqueles que se relacionam com o poder imperial.

Na maioria das obras taciteanas, a tirania, os vícios e a bajulação ocupam local de destaque dentro da política imperial. Entretanto, para Tácito, alguns imperadores conseguiram estabelecer um governo justo, onde existia possibilidade do indivíduo exercer sua liberdade em plenitude. Em *Agrícola*, ele afirma sobre o governo de Nerva: "o imperador Nerva reuniu duas coisas antes incompatíveis, o principado e a liberdade"³¹. Entretanto, devemos pensar que Tácito escreve *Agrícola* sob o principado de Trajano, filho adotivo e sucessor de Nerva.

²⁸ *Hic interim liber honori Agricolae soceri mei destinatus, professione pietatis aut laudatus erit aut excusatus.* Cf, Tac. Agr. 3,3. (grifo nosso)

²⁹ “the preface of the biography does, significantly, establish that Tacitus has not written the book for Trajan, but the real antagonist of the book, for Tacitus as for Agrícola, is Domitian”. SAILOR, Dylan. *Writing and Empire in Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 119. (grifo nosso)

³⁰ *Ibidem*. BRANDÃO, 2003, p.15.

³¹ *Agora volta finalmente a coragem. E ainda que, logo no início desta época muito afortunada, o imperador Nerva tenha associado conceitos outrora irreconciliáveis, como o principado e a liberdade (...).* Cf. Tac. Agr.

O efeito do discurso taciteano está diretamente relacionada com a concepção que o próprio Tácito tem do principado. Ao se propor a escrever uma narrativa verdadeira, Tácito se coloca em conflito com outros historiadores, que viviam em tempos viciosos, corruptos e pouco receptivos a críticas. Entretanto devemos levar em consideração a posição de Tácito, como um aristocrata, politicamente ativo dentro de seu contexto. O ato de escrever história estava diretamente ligado ao ato de fazer política, como deixa claro, Plínio, o Jovem em carta a Titinius Capito: “Parece-me particularmente belo que alguém não deixe morrer os que merecem a eternidade e que, com a fama dos outros, aumente a sua.”³². Isso nos leva a considerar até que ponto a postura assumida pelo autor em sua obra não reflete uma manobra política para conquistar a *benevolentia* do *princeps*, ou seja, até que ponto a crítica a Domiciano está inserida em um discurso retórico de valorização do governo de Nerva e posteriormente de Trajano.

De acordo com Fábio Faversoni e Fábio Joly, em um artigo em que analisam os posicionamentos políticos de Tácito e sua posição dentro da aristocracia através da obra *Agrícola*, os indivíduos que viviam sob o poder do tirano se dividiam em três grupos. O primeiro deles aceita o poder arbitrário de forma passiva, conseguindo muitas vezes paz e prosperidade, mas perdendo a liberdade e contribuindo para a formação de um império de bajuladores. O segundo se opõe ao tirano de forma direta. A implicação dessa posição é dúbia, pois a primeira vista pode parecer heróica, mas Tácito a expõe como estúpida. A justificação de sua posição consiste basicamente no fato que uma oposição direta, por meio de conspirações ou guerras traria mais prejuízos do que lucros ao império, já que muitas vidas virtuosas se perderiam em vão e a República se desestabilizaria. O último grupo é aquela que em que ele insere o sogro e a si próprio. Ele descreve *Agrícola* como um homem que não se submeteu à tirania, viveu de forma honrada e sempre procurou servir à *res publica*. Para Tácito existiam maneiras implícitas de se opor ao servilismo e à tirania, que se tornavam verdadeiramente heróicas, pois contribuam para o bem-estar da *res publica*.

Nesse contexto, moderação e prudência talvez fossem as duas palavras chaves, a nosso ver, para definir o papel do bom cidadão romano na obra de Tácito. É assim que qualificamos a terceiro grupo de comportamento perante o poder imperial no fim do século I. De acordo com Faversoni e Joly:

3,1. Trad: ESTEVES, Anderson. Nero nos *Annales* de Tácito. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras. UFRJ, Rio de Janeiro, Agosto de 2010, p. 33.

32 PLINY. *Letters and Panegyricus*. Trad by Betty Radice. London: Harvard University Press, 1969-1969. 2 v. Cartas. 5,8,1. (grifo nosso)

“(…) este grupo se distinguiria daqueles que buscariam uma glória incerta pelo martírio, colocando em risco a república. Seria distinto também daqueles que a alcançavam, certa, porém breve, a serviço dos tiranos. Haveria um terceiro grupo que buscaria a glória servindo à república e se ajustando aos governos tirânicos que predominaram largamente na experiência do Principado que será estudada por Tácito em sua obra historiográfica.”³³

Seguindo essa linha, Dylan Sailor procura em sua obra, *Writing and Empire in Tacitus*, identificar o objetivo social da escrita de Tácito. Para ele, o discurso da elite imperial romana, tenta se mostrar autônomo frente ao imperador. Entretanto, a presença do *princeps* inibe essa autonomia.³⁴ Ao descrever a história de Agrícola, Tácito procura dar ao sogro o *triumphus* que Domiciano lhe negou, provando-nos que tal autonomia era possível e se qualificava como uma forma de resistência. Dessa forma, a carreira literária se introduz na vida pública de um cidadão romano como um *cursus honorum* alternativo, utilizado para ascender politicamente.

Sailor destaca o isolamento da Britânia como uma construção dentro do discurso taciteano de louvor aos feitos de seu sogro. Entretanto podemos observar que tais espaços de autonomia existiam dentro do império. Ele pode ser destacado nos Anais, quando Tácito faz o obituário de Petrônio: “Fazia e dizia quanto queria; e assim mesmo, por um certo ar que tinha de singeleza, de simplicidade e de indiferença, todos gostavam muito dele.”³⁵ Essa posição pode ser reafirmada por Tácito em Agrícola: “Saibam os que têm por hábito admirar o ilegal que, mesmo sob o domínio de um mau príncipe, pode haver grandes homens e que a condescendência e a moderação, contanto que se lhes juntem atividade e força, excedem no que tange à glória a fama que muitos, arrostando asperezas, mas sem qualquer benefício para a república, conseguiram com sua morte espetacular.”³⁶

Assim, mesmo o poder do *princeps*, na prática, não era onipresente. Tácito atesta para certa independência da aristocracia provincial à medida que nos afastamos do centro de poder, a cidade de Roma.³⁷ Com isso, podemos perceber também um maior espaço de atuação livre para os indivíduos dessas comunidades. Ou seja, na medida em que o indivíduo se afasta de

³³ Cf. FAVERSANI & JOLY. *Um estudo sobre a Vida de Agrícola*, 2012, p.11.

³⁴ Ibidem. SAILLOR, 2008, p.6-51.

³⁵ *dicta factaque eius quanto solutiora et quandam sui neglegentiam praeferentia, tanto gratius in speciem simplicitatis accipiebantur.* Cf. Tac. Ann. XVI, 18, 2. (grifo nosso).

³⁶ *Sciant, quibus moris est illicita mirari, posse etiam sub malis principibus magnos viros esse, obsequiumque ac modestiam, si industria ac vigor adsint, eo laudis excedere, quo plerique per abrupta, sed in nullum rei publicae usum <nisi> ambitiosa morte inclaruerunt.* Tac. Agr. 42, 4. Trad. de Agostinho da Silva, Lisboa: Livros Horizontes LDA, 1974.

³⁷ Ibidem. JOLY, 2008.

Roma, ele se afasta dos conflitos pelo poder que circundam a posição do imperador, possibilitando maior possibilidade de ação e de bons feitos. É basicamente isso que procuraremos destacar ao analisarmos a próxima obra de Tácito: *Germânia*.

2.0.2 Germânia

Essa parte do capítulo procura analisar brevemente *Germânia*, escrita por Tácito em 98 d.C e possivelmente inspirada por sua experiência como procurador na Germânia Belga. A redescoberta desse manuscrito, no século XV, marcou a independência, a construção e consolidação dos ducados alemães em um Estado. Descendentes dos germânicos narrados por Tácito, os alemães passaram a ler essa monografia como a afirmação de uma historicidade comum e honorável. Passou ainda a ser lida pelos reformistas da Reforma Luterana como uma prova da pureza germânica perante a corrupção romana, representada pela Igreja. Já no século XX foi assimilada pelos nacionais socialistas alemães como um tratado que indicava a superioridade da raça ariana.³⁸

A obra consiste basicamente em uma descrição geográfica e cultural do povo germânico a partir da visão de Tácito, aristocrata, provincial e educado em preceitos romanos. Em *Agrícola*, o autor latino faz alusão a isso ao comparar os bretões aos gauleses: “Os Bretões, no entanto, vão mais à frente na braveza, como quem não foi ainda amolecido por uma longa paz; sabemos de facto terem sido os Gauleses famosos na guerra; mas veio logo, com o ócio, a indolência perdendo-se valor, ao mesmo tempo que a liberdade.”³⁹

Como estilo, *Germânia* se insere em um grupo de discursos etnográficos, derivados da tradição grega inaugurada por Hecateu de Mileto, em sua obra *Periegesis*, datada do século V a.C., e que tem como seguidores Heródoto, Teopompo e Posidônio⁴⁰. Entretanto, diferentemente das obras inspiradas na *Periegesis*, a *Germânia* não dá grande destaque à geografia dos locais descritos, tendo uma caracterização breve e direta.

A parte mais significativa para nós desta obra, no entanto, é a discussão que Tácito estabelece sobre *libertas* e *servitus*, estabelecida através de estratégias retóricas, sobre o

³⁸ Ver: MELLOR, 1999, p.80. In: BELCHIOR, Ygor Klain. Uma análise dos estudos críticos sobre Tácito em Portugal no século XIX. *Politéia* (UESB), v. 10, p. 187-202, 2011, p 190.

³⁹ *Plus tamen ferociae Britanni praeferunt, ut quos nondum longa pax emollierit. Nam Gallos quoque in bellis floruisse accepimus; mox segnitia cum otio intravit, amissa virtute pariter ac libertate.* Cf: Tac. Agr.11, 3. Trad : ANDRADE, Maria Cecília de. *A Germânia de Tácito: Tradução e Comentários*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2011.

⁴⁰ *Ibidem*. ANDRADE, 2011, p.60-63.

comportamento dos germanos e dos romanos. Através dessa descrição sobre o modo de viver dos germanos, com liberdade louvável e grande bravura, e a formação de uma sociedade em que o merecimento era o fator de ascensão, Tácito faz uma crítica direta ao modo romano de viver, inundado de luxúria e bajulação, em que as relações individuais se sobrepunham ao caráter e a habilidade no jogo de poder. Segundo Maria Cecília Silva de Andrade:

“o enaltecimento do estado primitivo era constante em textos etnográficos e a comparação do povo sobre o qual se escreve com o seu próprio servem para fornecer subsídios para a compreensão dos leitores. Entretanto, por escolher se enquadrar nesta tradição, Tácito poderia estar acobertando suas reais intenções de criticar os maus hábitos romanos pelo elogio da moral germânica.”⁴¹

Como podemos perceber a terra que eles habitam, o tornou mais fortes. Da mesma maneira que, na descrição dos Bretões em *Agrícola*, afirma que o clima configurou o seu estado físico. Tácito, apesar de não entrar em grandes detalhes no que diz respeito à descrição dos aspectos geográficos da região da Germânia, afirma que o clima frio e a terra infértil transformaram os Germânicos em um povo grosseiro e bárbaro, mas também os tornou mais fortes, hábeis e o mais importante na narrativa, com um senso de justiça e liberdade louvável.

Essa primitividade idealizada por Tácito, para Ronald Syme⁴², era uma crítica velada ao modo como os romanos viviam corrompidos pela luxúria e pela bajulação. A admiração ao senso de liberdade dos germanos fica clara na passagem em que Tácito descreve os caucos, os mais nobres entre os germanos.

“Não são cobiçosos nem soberbos; tranquilos e afastados, não provocam guerras, não causam devastação com raptos ou latrocínios. A principal prova de sua coragem e força é que não obtém por meio de injustiças o título de superiores. Há armas preparadas para todos e inclusive, se a situação exigir, um exército muitíssimo numeroso em homens e cavalos; e eles conservam a mesma fama mesmo vivendo em paz.”⁴³

⁴¹ ANDRADE, Maria Cecília de. A Germânia de Tácito: Tradução e Comentários. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2011, p.104.

⁴² SYME, Ronald. *Tacitus*. Oxford: Oxford University Press. 1957.

⁴³ *Hactenus in occidentem Germaniam novimus; in septentrionem ingenti flexu redit. Ac primo statim Chaucorum gens, quamquam incipiat a Frisiis ac partem litoris occupet, omnium quas exposui gentium lateribus obtenditur, donec in Chattos usque sinuetur. Tam immensum terrarum spatium non tenent tantum Chauci, sed et implent, populus inter Germanos nobilissimus, quique magnitudinem suam malit iustitia tueri. Sine cupiditate, sine impotentia, quieti secretique nulla provocant bella, nullis raptibus aut latrociniiis populantur. Id praecipuum virtutis ac virium argumentum est, quod, ut superiores agant, non per iniurias adsequuntur; prompta tamen omnibus arma ac, si res poscat, exercitus, plurimum virorum equorumque; et quiescentibus eadem fama. Cf. Tac.Ger. 35,1.Trad: Ibidem. ANDRADE, 2011.*

Essa passagem nos mostra a idealização de Tácito dessa tribo germânica como uma sociedade perfeita. Diferentemente dos romanos de sua época, que eram soberbos, bajuladores, conspiradores, que viviam em meio a intrigas e mantinham uma falsa paz no império, os caucos eram modelos de nobreza, sabendo agir com justiça sem tirania, e manter a paz sem o uso desmedido da força. Para Tácito, o desgaste proporcionado pelas guerras civis e a necessidade de um controle moderador sob uma aristocracia conflituosa foi um dos principais motivos para a instauração do governo autocrático, que chamamos hoje de Principado. O controle das distensões e a relativa paz interna, entretanto teve um preço para os romanos que não atingiu as sociedades germânicas, a perda da liberdade.

Vimos assim, que Tácito escrevia sobre os germânicos como povos nobres e livres, que se apoiavam em ideais de liberdade, merecimento e honra. Tribos diferentes estavam unidas por características físicas que se aparentavam e por uma geografia e tradições que ajudavam a moldar a personalidade dos povos de origem germânica de uma mesma essência. Podemos considerar que, para Tácito, eram também, apesar de divididos em várias *nationes* um império culturalmente mais uniforme que Tácito designa como *gens*.

Para historiadores como o inglês Dylan Sailor⁴⁴ e o brasileiro Fábio Joly⁴⁵, o comportamento positivo de um cidadão para Tácito, de se destacar com honra e bons serviços ao império, sem, no entanto romper com a hierarquia perante o *princeps* é destacado dentro da sociedade germânica. Assim, o que percebemos é uma aproximação entre romanos e bárbaros. Para eles, o *comitatus* - relação de disputas políticas entre guerreiros germânicos para conquistar favores de seus generais - é uma invocação às organizações romanas trabalhadas anteriormente, na obra Agrícola, em que os próprios aristocratas se viam em um embate político interno para a obtenção de honrarias e poder.

Entretanto consideramos que a vontade de Tácito não é viver como um germânico. O modelo de governo ideal em Tácito se é que ele existe, é extremamente difícil de ser traçado. Ambíguas, suas idéias admitem que os romanos necessitem do poder de um *princeps* para não serem levados aos conflitos civis. Mas, ao mesmo tempo, reprimem a presença dos governantes que optam pelo exercício de um poder despótico, por inibir a liberdade de atuação dos homens de valor e transformar o Império em um centro de bajulação, tornando os romanos escravos. *Pax* ou *libertas*? Caminhos opostos ou complementares na visão taciteana?

⁴⁴ Ibidem. SAILOR, 2008.

⁴⁵ Ibidem. JOLY, 2004.

A partir daqui, analisaremos *O Diálogo dos Oradores*, *Histórias* e *Anais*, para podermos discutir mais diretamente a relação da obra taciteana como o fim da *res publica* e o advento do Principado no fim do século I e início do século II.

2.0.3 Diálogo dos Oradores

Supõe-se que *Diálogo dos Oradores* foi escrito por Tácito por volta de 102 d.C.⁴⁶. O principal tema dessa obra é justamente o declínio da oratória, preocupação de diversos autores latinos desde o início do século I. A obra foi atribuída a Tácito devido à descoberta de um códice no monastério de Hersfeld, na Alemanha, em meados do século XV, junto com as obras *Germânia* e *Agrícola*, em um volume chamado *Obras Menores*. Inspirada em um estilo ciceroniano, o texto retrata a discussão de quatro proeminentes aristocratas que viviam sob o governo de Vespasiano sobre os motivos do declínio da eloquência dos discursos. O que nos interessa analisar com maior profundidade no *Diálogo dos Oradores* é a relação entre o tema discutido – o declínio dos homens bons do império - com o advento do regime que conhecemos hoje como Principado.

A principal obra de teoria da oratória que temos contato é o *De Oratore* de Marco Túlio Cícero, considerado pela historiografia e literatura o maior orador latino de todos os tempos. Para Cícero o orador:

(...) nenhum orador poderá ser cumulado de toda a glória se não atingir o conhecimento de todos os grandes temas e artes. E, de fato, é preciso que o discurso floresça e fique exuberante devido ao conhecimento dos temas. A não ser que, sob a superfície, esteja o entendimento e conhecimento do tema por parte do orador, ele terá uma elocução vazia e quase pueril.⁴⁷

⁴⁶ Existem algumas dissidências sobre o ano de publicação da obra. Na edição da *Bristol Classic Press* (1992), John H. Betts, afirma que a obra foi publicada em 75 d.C (p.3), tal afirmação se pauta nas palavras de Tácito ao afirmar que “*sextam iam felicitis huius principatus stationem quo Vespasianus Rem publicam fovet*”(17.3). Tradução: “e este sexto período do feliz principado com que Vespasiano beneficia a república” (trad. SILVA, Agostinho da. Editora Horizonte, Lisboa, 1974). O sexto ano referido foi justamente em 74 a.C. Tal teoria foi defendida durante um longo tempo. Entretanto, a dedicação da obra a Fábio Justo (*Dialogus*, I, 1), cônsul em 102 e governador da Síria em 106, levou pesquisadores como Ronald Syme (*Tacitus*, p.670) a inserirem a obra entre este período. O prefácio da edição da *Loeb Classical Library* (2006) parece concordar com Syme a teoria de Syme. Escrito por E.H. Warmington, data sua publicação após o inverno de 101 d.C. Na introdução da obra, também na edição da *Loeb Classical Library* (2006), M. Hutton e W. Peterson assumem os anos de 101-102 d.C como os mais prováveis para a publicação da obra (p.221). A tradução das “*Historiae*” feita pela *Cambridge Greek and Latin Classics* (2007), atenta, em sua introdução, para as duas possibilidades de data discutidas (p.2). Pierre Grimal apoiou esta hipótese ao considerar o Diálogo como um elogio ao principado de Trajano, colocando então sua publicação nos primeiros anos deste reinado. Ver: GRIMAL, P. *Tacite*. Paris: Fayard, 1990, p. 153.

⁴⁷ *Ac mea quidem sententia nemo poterit esse omni laude cumulatus orator, nisi erit omnium rerum magnarum atque artium scientiam consecutus: etenim ex rerum cognitione efflorescat et redundet oportet oratio. Quae, nisi*

Cícero reconhecia no homem honrado uma altivez natural na fala. Afirmava que a arte da oratória não se prendia a bases puramente estéticas. Para ele, a *humanitas* era o elemento essencial para a formação política do orador, pois o dotava de civilidade, conhecimento e doutrina. A *humanitas* juntamente com os atributos básicos de um cidadão romano honrado, *gravitas*, *auctoritas* e *dignitas* faziam parte da formação basilar do orador.

Um bom orador deveria se preocupar também com o conhecimento sobre Direito, Literatura, Política, Artes, Retórica, Filosofia e Matemática. Isso porque o conhecimento é uma característica essencial para o indivíduo poder falar com autoridade sobre qualquer assunto. Um bom orador devia também ser politicamente ativo, visto que a política era a principal função do homem civilizado.

Diante desse cenário a principal discussão da obra, assim, além de um possível declínio da oratória, envolve uma paralela decadência dos costumes antigos e de valores como *auctoritas* e *libertas*. Para Dylan Sailor “Tácito aqui implicitamente rejeita a noção que a oratória não estava em declínio, mas ele também estabelece uma articulação interessante das possíveis explicações”⁴⁸. As palavras de Materno ilustram bem aquilo que definimos como o debate central da obra: “O que nós queremos não é concluir que os antigos forma mais eloqüentes, o que, pelo que a mim se refere, estou pronto a confessar, mas estabelecer as causas, coisa que reflectisse muito (...)”⁴⁹

O embate visto no *Diálogo dos Oradores*, presente nos discursos de Curiato Materno, Marcos Aper, Julio Secundo e Vispstânio Messala, na nossa leitura é dividido em três partes. Na primeira parte segue um confronto entre oratória e poesia, marcada inicialmente pelo discurso de Aper sobre a sua insatisfação com Maternus, que dotado de grande talento retórico, se põe a escrever tragédias, um gênero considerado inferior. É justamente sobre a futilidade da poesia e a necessidade da oratória e de grandes oradores utilizarem suas habilidades em práticas políticas, que Aper prossegue seu discurso. A fala que se segue é de Materno, que se põe a defender a poesia e a validade da mesma, quando comparada à oratória.

res est ab oratore percepta et cognita, inanem quandam habet elocutionem et paene puerilem. Cf. Cic. *De orat.* I.v.19. Trad: SCATOLIN, Adriano. A invenção no *Do Orador* de Cícero: um estudo à luz de *Ad Familiares* I, 9, 23. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. São Paulo, 2009.

⁴⁸ “Tacitus here implicitly rejects the notion that oratory has not declined, but he also sets up an interesting articulation of the possible explanations”. Ibidem: SYME 2002. (grifo nosso)

⁴⁹ *Neque enim hoc colligi desideramus, disertiores esse antiquos, quod apud me quidem in confesso est, sed causas exquirimus, quas te solitum tractare.* Cf. Tac. *Dial.* 27,1. Trad. de Agostinho da Silva, Lisboa: Livros Horizontes LDA, 1974.

Materno contesta o caráter elevado da oratória, afirmando que essa foi demasiadamente corrompida por interesses pessoais e adulação para que possa ser tão honorável.

A segunda parte da obra é marcada pela chegada de um novo personagem; Vispsânio Messala. Logo que se faz presente, Messala é impelido por Secundo a fazer um discurso em prol da oratória, remetendo-se aos antigos para fazê-lo. Nessa fala fica evidente a preocupação com a falta de oradores talentosos no cenário político romano, já que a maioria dos discursos de seu tempo são feitos diante de um tribunal, por muitas vezes por homens sem honra e sem uma eloquência verdadeira, que se prendem em demasia a recursos estilísticos e esquecem do caráter político e moral da oratória, utilizada em prol dos costumes romanos e da República.

Na última parte da obra, Tácito se detém em um assunto que se mostra, ainda nos tempos modernos, difícil de debater, levando a diversas opiniões, qual seja, a dicotomia entre República e Principado. Secundo, seguido por Materno, atribui as condições da oratória, não como decadentes, mas como dinâmicas e mutáveis. Influenciadas pelas condições do regime do principado. Em seu discurso, já na parte final da obra, Materno afirma que:

“De facto, embora os oradores desta época (republicana) tenham conseguido aquilo que é lícito dar-se quando está a república sossegada, calma, feliz, todavia parece que obtinham os outros mais com aquela perturbação e aquela desordem, porque, confundido tudo e sem um chefe único, só o que cada orador valia podia persuadir a um povo sem rumo.”⁵⁰

Continua:

“E, se é verdade que tudo isto perturbava a república, dava, no entanto, campo à eloquência daqueles tempos e parecia cumular de grandes recompensas, visto que quanto mais alguém se tornava poderoso em palavras, tanto mais facilmente obtinha honras, tanto mais ultrapassava nas próprias honras os seus colegas, tanto maior favor conseguia junto dos chefes mais autoridade junto dos senadores, mais fama e nome junto ao povo.”⁵¹

⁵⁰ *Nam etsi horum quoque temporum oratores ea consecuti sunt, quae composita et quieta et beata re publica tribui fas erat, tamen illa perturbatione ac licentia plura sibi adsequi videbantur, cum mixtis omnibus et moderatore uno carentibus tantum quisque orator saperet, quantum erranti populo persuaderi poterat.* Cf. Tac. Dial. 36, 1. Trad. de Agostinho da Silva, Lisboa: Livros Horizontes LDA, 1974.

⁵¹ *Quae singula etsi distrahebant rem publicam, exercebant tamen illorum temporum eloquentiam et magnis cumulare praemiis videbantur, quia quanto quisque plus dicendo poterat, tanto facilius honores adsequeretur, tanto magis in ipsis honoribus collegas suos anteibat, tanto plus apud principes gratiae, plus auctoritatis apud patres, plus notitiae ac nominis apud plebem parabat.* Cf. Tac. Dial. 36, 3. Trad. de Agostinho da Silva, Lisboa: Livros Horizontes LDA, 1974.

Ao que nos parece, Tácito retrata a liberdade da República como essencial para o desenvolvimento de um virtuosismo⁵² por parte dos oradores. Para Sailor a falta de virtudes retira a qualidade do discurso, entretanto o Principado não retirou o virtuosismo dos romanos, mas restringiu e modificou a forma na qual esse virtuosismo poderia ser expresso. A restrição da *libertas* modificou a *eloquentia*, tornando o discurso muito mais conciso. As inúmeras acusações de lesa-majestade e proscricções injustas levaram ao orador a dar um caráter muito mais prático a sua eloquência.

A inserção do homem como ser político, como pudemos ver em Cícero, é também recorrente em Tácito⁵³. A oratória como instrumento de expressão da liberdade é um ponto claro em toda a obra taciteana. O exercício do governo autocrático e o fim da República levou à restrição daquilo que poderia ser dito. Se antes havia um excesso de liberdade, na época em que a obra se passa a ela é significativamente reduzida. O que Tácito expressa nessa obra não é, assim, uma noção de declínio da oratória. Há sim, um evidente decréscimo da liberdade, mas isso não ocasionou o desaparecimento dos grandes oradores, mas uma mera mudança nas formas e ambientes de expressão em que eles se inseriam

2.0.4 Histórias

Dando seguimento à análise dos escritos taciteanos, iremos analisar *Histórias*, procurando relacioná-las com as outras obras já trabalhadas e com debates historiográficos modernos. Lembrando sempre que o nosso principal foco de análise é a relação de Tácito com o principado, que está sendo trabalhada respeitando a individualidade de cada obra para no final do capítulo ser analisada como um todo. Para isso, focaremos no prefácio dessa obra, pois entendemos que é nessa parte que Tácito nos oferece uma direção mais clara sobre suas inclinações políticas. Inicialmente, porém, analisaremos as estruturas narrativas da obra, bem como o estilo e as motivações do autor para lidar com o recorte temporal trabalhado.

A publicação da obra *Histórias* se deu em 115 d.C⁵⁴. Entretanto, especula-se que Tácito tenha começado a escrevê-la logo após a publicação do *Diálogo dos Oradores*, em 102

⁵² Ibidem. SAILOR, 2008, pp.6-51.

⁵³ Achamos importante salientar como exemplo o julgamento de Cremúcio Cordo relatado por Tácito: “foi acusado Cremúcio Cordo de um crime novo, e absolutamente desconhecido até aquele tempo; porque, tendo escrito e publicado uns Anais, fazia o elogio de Bruto, e denominava C. Cássio o último dos romanos”. (*Tac, Anais IV,34*).

⁵⁴ Há alguma discussão sobre a data de publicação da obra. Na edição publicada pela *Bristol Classic Press* (1992), John H. Betts, afirma que a obra foi escrita por Tácito entre os anos de 104 a.C e 109 d.C. Na introdução

d.C.⁵⁵. A obra tem como o objetivo narrar os acontecimentos que ocorreram dentro do império de 69 d.C. a 96 d.C. Entretanto só temos acesso a uma pequena parte desses escritos, que remontam de janeiro de 69 d.C até a revolta da Judéia em 70 d.C. Esse período foi caracterizado pela extrema desestruturação política do império, que em menos de um ano teve quatro *principes* diferentes.

Supõe-se que a obra se dividia em oito ou dez livros, dos quais apenas cinco chegaram até nosso tempo: Os quatro primeiros livros tratam do ano de 69, tão turbulento, e que deu um caráter peculiar a estrutura narrativa dessa obra. Tácito usa de uma abordagem mais dinâmica, devido aos fatos se sucederem com uma temporalidade diferenciada. A guerra civil que envolveu o império durante esse ano dá um contraste caótico àquela do período republicano. Situações importantes, como grandes decisões, conspirações, proscricções e processos são descritos num espaço temporal de semanas e até mesmo dias. A partir do livro V a sucessão dos fatos relatados assume um ritmo mais lento, pois com o fim dos conflitos civis, Tácito foca em retratar a renovação política e moral simbolizada pela vitória de Vespasiano.

Vespasiano é assim a figura central para a renovação dos costumes e o fim das distensões, por vezes aparecendo na narrativa como um predestinado. Seguindo-lhe também estão predestinados ao poder seus filhos, Tito e Domiciano. A tomada de poder por este general inicia a dinastia Flávia. Essa dinastia se torna importante na narrativa taciteana, pois representa o início da transformação do comportamento da sociedade romana, que após a degeneração moral que teve seu ápice nas guerras civis de 69 d.C, caminha novamente rumo à honra e o brilho de outrora.

Aqui, vemos um traço recorrente na obra taciteana, a caracterização de personagens como forma de expressar o principado, institucionalizando o regime na figura do *princeps*, tornando-os indissociáveis⁵⁶. Tal elemento fica mais evidente nos *Anais*, e será mais bem trabalhado na seção seguinte. Para Tácito, cada regime exigia um tipo diferente de historiografia. Se o foco na época republicana estava na descrição dos grandes feitos de

da obra, feita pela *Cambridge Greek and Latin Classics* (2007), a publicação é referenciada em 109 d.C. Já a edição da *Loeb Classical Library* (2006), data a publicação de “*Historiae*” em 105 d.C.

⁵⁵ Ibidem. SYME, 2002, p.118.

⁵⁶ Ibidem. SAILOR, 2008, p.119.

gerais e políticos, no império era essencial descrever os imperadores e aqueles que lhes eram próximos⁵⁷.

O historiador italiano Arnaldo Momigliano analisa os escritos taciteanos e afirma que a valorização do indivíduo como forma de explicar o conjunto foi um dos elementos essenciais para tornar a historiografia taciteana inovadora. Para Momigliano:

Por três séculos, Tácito havia ensinado aos leitores modernos o que era a tirania. Não há dúvida de que havia filósofos e moralistas, de Platão a Epiteto, que tinham coisas importantes a dizer a respeito deste tema. Mas os filósofos valem-se de termos abstratos. Tácito retratava indivíduos.⁵⁸

Segundo Sarah Lino de Azevedo Fernandes, em sua dissertação de mestrado sobre o papel das mulheres na caracterização de Nero como um mau imperador dentro da narrativa de Tácito: “O modo de descrição e caracterização dos personagens, a atenção dada ao comportamento humano e às tradições sociais são elementos que caracterizam o estilo taciteano.”⁵⁹ Sob Galba, Oto e Vitélio, a fraqueza de espírito ou de corpo e a inabilidade para o poder deram seguimento ao caos que se viu nos últimos anos do governo de Nero. Já Vespasiano chega nas histórias como um sujeito passivo, que mal se posiciona sobre alguns abusos e posições de seus comandados, e acaba se tornando um governante centralizador, que possibilitou a restauração da *res publica*, um novo Augusto. Vespasiano é o único personagem da obra que adquire maior valor após assumir o poder.⁶⁰ De acordo com Tácito: “E apesar da fama ambígua de Vespasiano, só ele entre os imperadores mudou para melhor”⁶¹.

A obra *Histórias torna* explícita a impossibilidade de um retorno à república, como na época de Cícero. Não é este o desejo de Tácito. Isso fica evidente na passagem de *Agricola*,

⁵⁷ Cabe aqui lembrar que Tácito afirma: “Não desconheço que muitas das coisas que me referi e referirei talvez pareçam pequenas e fugazes para se lembrar, mas ninguém medirá nossos anais com o que foi escrito por aqueles que compuseram os antigos feitos do povo romano. Para aqueles, grandes guerras, reis abatidos e capturados, ou se por ventura, às coisas internas se voltavam, discórdias entre cônsules e tribunos, leis agrárias e frumentárias, disputas entre a plebe e os *optimates*, lembram em livre curso. Para nós o trabalho é restrito e sem glória (Tácito, *Ann*, IV, 32). Tradução de Fábio Duarte Joly Cf. (JOLY, Fábio, 2001: 25-50).

⁵⁸ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*, trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. São Paulo, EDUSC, 1990, p.169-170.

⁵⁹ Ibidem. AZEVEDO, 2011, p.20.

⁶⁰ MARQUES, Juliana B. *Estruturas narrativas nas Histórias de Tácito*. Phoinix (UFRJ), v. 15/1, p. 76-90, 2009.

⁶¹ *solusque omnium ante se principum in melius mutatus est*. Cf. Tac. Hist. I, 50. Trad. MARQUES, Juliana Bastos. *Estruturas narrativas nos Anais de Tácito. História da Historiografia*, v. 5, p. 44-57, 2010.

em que ele afirma que "o imperador Nerva reuniu duas coisas antes incompatíveis, o principado e a liberdade"⁶². Um governo de vários, ou um governante sem autoridade, desfragmentaria o império e traria a guerra e o caos, já que os cidadãos estavam imersos na corrupção e desonra. A presença do *princeps*, assim, se tornava essencial para a manutenção da paz e da ordem. Entretanto, sendo o governante um *exemplum*, era fundamental que o mesmo assumisse uma postura honrosa, pois traria estabilidade e reprimiria atos desagradáveis por emulação por parte dos outros cidadãos.

Um império que na sua equivalência e multiplicidade de comandantes se torna acéfalo. Esse é o retrato da sociedade romana para Tácito durante o período de guerras civis⁶³. Entretanto, ao caracterizar elogiosamente imperadores como Vespasiano, Nerva e Trajano, Tácito deixa transparecer uma visão esperançosa ao futuro da *res publica*. Tácito, em sua narrativa personifica o regime e o conecta diretamente a figura do imperador. Ele vê no principado de Trajano uma era de prosperidade e paz, pois vê em Trajano um homem de moral elevada. A ascensão desses homens distintos ao poder é um ponto marcante e dinamizador no processo de restauração da degradação da moral romana, iniciada após a vitória de Augusto em Ácio, ocorrida sob o regime dos Júlio-Claúdios. Essa postura, entretanto, se modifica. É isso que veremos na seqüência, quando trabalharmos com os *Anais*.

2.0.5 Anais

O último produto da escrita taciteana foram os *Anais*. Essa obra, concluída entre 115-117 d.C.⁶⁴, trata do recorte temporal que engloba desde os momentos finais do principado de Augusto, até o fim do principado neroniano com a conseqüente morte do imperador. Os *Anais* retratam basicamente as relações de poder dentro da corte Júlio-Claudia, mas também é uma fonte importante para analisarmos a política externa e do império na época e para termos uma visão mais abrangente de como Tácito, historiador do século II d.C., assimilou o processo de

⁶² *Nunc demum redit animus; et quamquam primo statim beatissimi saeculi ortu Nerva Caesar res olim dissociabilis miscuerit, principatum ac libertatem*, Cf.Tac. Agr. 3,1. Trad. de Agostinho da Silva, Lisboa: Livros Horizontes LDA, 1974.

⁶³ Ibidem. ASH, 1999.

⁶⁴ Na edição publicada pela Bristol Classic Press (1992), John H. Betts, afirma que a obra foi escrita por Tácito entre os anos de 115 e 117 d.C. A introdução de tradução feita por John Jackson e publicada pela Loeb Classical Library (2006), data sua publicação em 116 d.C.

consolidação do principado a partir do fim dos conflitos civis que assolaram a *res publica* no século I a.C.

A obra *Anais* que nos chegou é derivada de dois códices. O primeiro, chamado *Mediceus Prior* é datado da segunda metade do século IX. Entretanto, somente foi encontrado no século XV, na abadia de Cörwy com o título de *Ab excessu divi Augustus libri*, formado pelos livros I ao IV e partes dos livros V e VI dos “Anais”. O segundo é datado do século XI e foi descoberto em Boccaccio, na abadia de Monte Cassino (meados do século XIV), com o nome de *Mediceus Alter* e engloba os seis últimos livros dos Anais (XI incompleto, XII a XV completos e XVI incompleto) e ainda uma parte do quinto livro das “Histórias”.

Como já foi dito acima, os *Anais* se dividem em dezesseis livros. Do livro um ao seis Tácito trata do principado de Tibério, tendo em destaque a busca desse *princeps* por afirmação, as rebeliões na Germânia, o assassinato de Germânico e o julgamento de Pisão, a morte de Augusta, a retirada do imperador para Cápua, a conspiração de Sejano e a morte de Tibério. A parte que engloba os livros VII ao X não chegou até nós. Esses livros tratavam, como se pode deduzir pelo conteúdo dos livros remanescentes, dos quatro anos do principado de Caio César Calígula e dos seis primeiros anos do governo de Cláudio. Os livros XI e XII tratam do meio do principado claudiano até o final do mesmo, destacando principalmente as relações do imperador, seus libertos, escravos e mulheres dentro da *domus Caesaris*. No livro XIII Tácito retrata o principado de Nero, dando ênfase à influência de Sêneca e Burro sobre o mesmo, contribuindo para a justiça que imperou nos primeiros de governo, as intrigas de Agripina Menor e ao assassinato desta, em 59 d.C., pelo próprio Nero e o processo de degeneração moral desse *princeps*, a conspiração Pisoniana, que levou a morte de homens valorosos e o seu suicídio em 69 d.C.

Para o historiador inglês Ronald Syme, há um ponto de conexão entre os *Anais* e as *Histórias*, que, apesar de obras distintas, são contínuas e complementares. É muito provável que Tácito tenha escrito ambas as obras alternadamente, apesar da publicação das *Histórias* ter se dado antes, possivelmente em 115 d.C, e a dos *Anais* um pouco depois, talvez somente cinco anos depois. Syme afirma que as divisões estruturais das duas obras são metódicas, ordenadas em hêxades. Sendo a primeira hêxade sobre Tibério, a segunda sobre Calígula e Cláudio, a terceira sobre Nero, a quarta sobre as distensões civis ao final do século I e ao governo de Vespasiano, e a quinta sobre Tito e Domiciano. Através dessa divisão, os *Anais* teriam 18 livros e as *Histórias* 12. A justificação dessa idéia se dá, segundo Syme, pela

impossibilidade de Tácito concluir a história do principado de Nero tendo em vista o padrão utilizado pelo autor ao narrar os outros principados.

Nos *Anais*, Tácito narra o processo de renovação do regime republicano, e sua conseqüente transformação naquilo que conhecemos hoje como Principado. Diferentemente dos historiadores que o antecederam lamenta por não narrar grandes acontecimentos e nem poder fazer uma grande história, já que no período que narrava não havia uma grande guerra e nem grandes personalidades heróicas. Diz Tácito que:

“Não ignoro que a maior parte de tudo que referi – e referirei –, pareça pequena e talvez sem importância para ser digna de memória. Porém, meus *Anais* não devem ser comparados às obras daqueles autores que escreveram as antigas façanhas do povo romano. Estes narravam grandes guerras, cidades sitiadas, reis derrotados e capturados e, se porventura voltavam o espírito para assuntos internos, em livre curso rememoravam as discórdias entre cônsules e tribunos, as leis agrárias e frumentárias, as disputas entre a Plebe e os patrícios. Nosso trabalho é, em sua estreiteza, sem glória: tratar de uma paz, estável sem dúvida – ou pelo menos contra a qual pouco se atentou –, de fatos tristes da Cidade e de um príncipe negligente quanto à expansão do Império. Contudo, não fora sem proveito perscrutar estes sucessos, insignificantes de início, mas é a partir de eventos assim que amiúde se originam as causas de grandes acontecimentos.”⁶⁵

Em um artifício retórico, que a primeira vista pode parecer uma desqualificação do seu tema, Tácito acaba por elevar ainda mais sua obra, já que seu desafio é justamente fazer uma grande obra de história, sem um grande objeto. Dessa forma, ele dota sua narrativa de uma importância causal, já que afirma posteriormente que acontecimentos que parecem irrelevantes se julgados isoladamente podem causar grandes eventos.

Podemos perceber também, na análise de algumas palavras do prólogo inicial dos *Anais*, que o autor procura se distanciar dos historiadores que escreveram sob regimes tirânicos, faz isso por considerá-los bajuladores ou opositores dominados pelas sombras da tirania. Nesta parte Tácito afirma que:

⁶⁵ *Pleraque eorum quae rettuli quaeque referam parva forsitan et levia memoratu videri non nescius sum: sed nemo annalis nostros cum scriptura eorum contenderit qui veteres populi Romani res composuere. ingentia illi bella, expugnationes urbium, fusos captosque reges, aut si quando ad interna praeverterent, discordias consulum adversum tribunos, agrarias frumentariasque leges, plebis et optimatum certamina libero egressu memorabant: nobis in arto et inglorius labor; immota quippe aut modice lacessita pax, maestae urbis res et princeps proferendi imperi incuriosus erat. non tamen sine usu fuerit introspicere illa primo aspectu levia ex quis magnarum saepe rerum motus oriuntur.* Cf. Tac. Ann. IV, 32, 1. Trad. AZEVEDO, Sarah L.F. *Consilium muliebre ac deterius* (Tac. Ann., XV, 54,4): As Personagens femininas e a construção da imagem imperial no principado de Nero. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto; Mariana, 2011.

“Os antigos feitos do povo romano, prósperos ou adversos, já foram rememorados por célebres escritores; e não faltou engenho elegante àqueles que se propuseram a dar a conhecer os sucessos dos tempos de Augusto, até o momento em que foram desviados pela crescente adulação. Os acontecimentos dos reinados de Tibério, Caio, Cláudio e Nero que foram compostos pelos próprios contemporâneos são falsos devido ao medo e, depois da morte daqueles, ao ódio recente. Por esse motivo, é meu desígnio narrar pouco sobre Augusto – em particular, os feitos derradeiros –, passando logo em seguida para o Principado de Tibério e de seus sucessores, sem cólera e nem parcialidade, de cujas causas mantenho distância.”⁶⁶

Assim, a ausência e necessidade de se construir uma história verdadeira do período Júlio-Cláudio dota de uma importância ainda maior os seus *Anais*. Com isso também, Tácito acaba buscando a legitimação através da associação com historiadores do período republicano. Quando se podia falar o que pensa com liberdade. Essa alusão também pode ser entendida como um elogio ao principado de Trajano, sob o qual Tácito escreveu os *Anais*.

Os escritos taciteanos são largamente baseados em *exempla*. Esse estilo de escrita se encontra interligada com uma tendência dentro da própria historiografia romana em direção à biografia, através da idéia que as personalidades desencadeiam eventos ⁶⁷. O conhecimento da personalidade e das ações daqueles que detinha o poder, pode também ser considerado uma forma de poder⁶⁸. Ao demonstrar aos seus leitores um determinado caráter dos imperadores, Tácito acaba por fornecer modelos de conduta para as pessoas que o cercam, ensinando o leitor a sobreviver sob um regime autocrático.

Assim como nas *Histórias*, encontramos nos *Anais* modelos a serem seguidos e outros, que devem ser evitados. Dentre os primeiros, podemos destacar figuras emblemáticas, na maior parte das vezes gerais, como Germânico e Corbulão, ou entre as mulheres, aquelas matronas, que se ocupavam no cuidado das suas famílias e eram submissas e fiéis aos seus maridos. Nesse grupo podemos citar alguns exemplos como Agripina Maior e Otávia, esposa de Nero.

⁶⁶ *sed veteris populi Romani prospera vel adversa claris scriptoribus memorata sunt; temporibusque Augusti dicendis non defuere decora ingenia, donec gliscente adulatione deterrentur. Tiberii Gaique et Claudii ac Neronis res florentibus ipsis ob metum falsae, postquam occiderant, recentibus odiis compositae sunt. inde consilium mihi pauca de Augusto et extrema tradere, mox Tiberii principatum et cetera, sine ira et studio, quorum causas procul habeo. Cf. Tac. Ann. I,1,2. Trad. AZEVEDO, Sarah L.F. Consilium muliebri ac deterius (Tac. Ann., XV, 54,4): As Personagens femininas e a construção da imagem imperial no principado de Nero. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto; Mariana, 2011.*

⁶⁷ GENTILI, B & CERRI, G. *History and Biography in Ancient Thought*. Amsterdam. J.C. Giben, 1988.

⁶⁸ VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. *Relações de poder em Roma: o patronato na correspondência pliniana*. Tese de doutoramento. Depto. De História. FFLCH – USP. São Paulo, 2000. p. 260-265.

Esses *exempla* são formados através de práticas retóricas. Como a *sermocinatio*, um discurso responsável por demonstrar o caráter do personagem e dotar a narrativa de maior intensidade descritiva e a *notatio*, uma descrição à natureza de alguém, por sinais distintivos que, como marcas, são atributos daquela natureza⁶⁹. É a forma que o autor encontra de oferecer uma imagem de um determinado personagem. Nos *Anais* e nas *Histórias* os *exempla* são representados pelos mais diversos indivíduos, desde escravos, até os *principes*. Na *Germânia*, são exemplos os germânicos, em contraposição aos corrompidos romanos. Agrícola, representando uma fração da elite que se comporta da forma que o autor considera louvável são os *exemplas* da obra *Agrícola*. Já no *Diálogo dos Oradores*, podemos classificar os grandes oradores, que não deixam a virtuosidade dos discursos ser contaminada pelos regimes autoritários são aqueles dignos de serem recordados e seguidos.

Através dos *exempla*, Tácito procura retratar o comportamento e os costumes da época, e nos permite uma visão mais clara da sua análise sobre o período de governo Júlio-Claudio. Para ele, essa foi uma época de imensa degradação dos costumes dos romanos. Uma das principais causas disso, que é destacada também nas *Histórias*, é o entrelaçamento do Estado com a *domus*. Ou seja, não mais se conseguia diferenciar claramente assuntos domésticos de assuntos públicos⁷⁰.

A crítica de Tácito está justamente no fato de que apesar de existir dentro do seu contexto, segundo ele, uma *res publica* e uma *res privata*, na prática essa divisão pouco significa, já que as relações patronais de *amicitia* do imperador acabam por controlar a ascensão de indivíduos ao poder. Para o historiador Dylan Sailor:

“A nova realidade política foi uma rede de amizades e relações de patronato emanadas do imperador. A essa nova realidade o princípio agnático, consagrado na família romana, se tornou irrelevante, como tinha sido para a casa real em Roma por algum tempo. Como

⁶⁹ Ibidem. AZEVEDO, 2011, p.36-45.

⁷⁰ Na República, o exercício do poder obedecia a duas esferas. A esfera pública, que tratava dos assuntos comuns, nos qual as magistraturas temporárias assumiam um papel preponderante e a esfera privada, separada da *res publica*, tratava o cidadão como indivíduo privado, que governava dentro da sua *domus* com poderes invioláveis. A estratificação social causada por conta do domínio de uma minoria aristocrata levou à formação de uma hierarquia dentro desse mesmo grupo, fortemente conectada aos mecanismos políticos que cercavam o “Estado”, tornando cada vez mais evidente a conexão entre o público e o privado. Ver: WINTERLING, Aloys. *Loucura Imperial na Roma Antiga*. História vol.31 no.1 Franca Jan./June 2012. Artigo originalmente publicado em *Jahrbuch des Historischen Kollegs*, 2007, pp. 115-139. Tradução de Fábio Duarte Joly. Revisão de Fábio Favarsani. p. 58-76.

alternativa, o status social se tornou mais solidamente entrelaçado e o uso de família, como linhagem se tornou mais vazio.”⁷¹

Sailor traça um ponto de intersecção entre o público, na figura do governante, e o privado, nas relações inter-familiares. Se os antigos historiadores davam pouca importância aos assuntos domésticos, Tácito é obrigado a fazê-lo, pois ele escreve em uma época em que os acontecimentos da *domus Caesaris* interferem diretamente nas decisões políticas do império.

A associação do Império com uma grande *domus* é tão grande que Tácito utiliza de termos como *servitus* e *libertas*, originalmente designadores de uma relação doméstica, para descrever as relações pessoais entre o *princeps* e os outros cidadãos da *res publica*. A pesquisa de Fábio Duarte Joly⁷², sobre a metáfora da escravidão em Tácito, nos chama a atenção principalmente para isso. Dentro deste contexto, a metáfora da escravidão, estudada por Joly, a dicotomia *servitus/libertas*, engloba talvez o que foi o principal problema levantado por Tácito. A concentração de poder levou à progressiva perda de liberdade e a formação de um império de bajuladores, onde o círculo de *amicitia* do indivíduo e sua proximidade com o *princeps* sobressaem sobre seu caráter e habilidades. De acordo com Tácito, ao relatar momentos depois da morte de Augusto:

Enquanto isso, em Roma, precipitaram-se na servidão cônsules, senadores, cavaleiros. Quanto mais ilustres, tanto mais hipócritas e ansiosos; com o rosto composto, para não parecer alegres com a morte de um príncipe nem tristes com a ascensão de um outro, misturavam lágrimas e alegria, lamentos e adulação.⁷³

Joly qualifica metáfora como “uma semelhança entre termos heterogêneos”. Vemos assim, na metáfora uma tentativa encontrar pontos de aproximação entre dois objetos ou ações distintas. Nesse ponto o historiador afirma que:

“Todavia, há que se considerar que a postura de Tácito diante desses termos (*servitus* e *libertas*) é mais complexa do que parece à primeira vista. Assim, se por um lado, *libertas* tem uma conotação positiva, por outro, não poucas vezes aparece associada a conceitos negativos como

⁷¹ *The new political reality was a web of friendship and patron-client ties emanating from the emperor. To this new reality the agnatic principle, enshrined in Roman family law, was irrelevant, as it had been to the real household units in Rome for some time. As alternative criteria of social status became more solidly entrenched, familia as lineage could begin to appear somewhat empty.* Ibidem. SAILOR, 2008. (grifo nosso).

⁷² Ibidem. JOLY, 2004.

⁷³ Cf. Tac. Ann. I, 7,1. *At Romae ruere in servitium consules, patres, eques. quanto quis inlustrior, tanto magis falsi ac festinantes, vultuque composito, ne laeti excessu principis neu tristiores primordio, lacrimas gaudium, questus adulationem miscebant.* Trad. FIORIN, José Luiz. *Semiótica das paixões: o ressentimento.* Alfa (ILCSE/UNESP), v. 51, p. 9-22, 2007.

licentia, discordia e ambitus. Seruitus, por seu turno esta relacionada à *dominatio* ou à *adulatio* e *patientia*, termos aplicados de forma pejorativa por Tácito, também é apresentada ao lado de *fides*, *obsequium* e *pax*, conceitos positivos. Nesse sentido, uma análise adequada do significado de *seruitus* e *libertas* deve ter em vista seus respectivos contextos na obra taciteana.”⁷⁴

Através da análise de Joly, podemos entender que uma *libertas* exagerada se ligava um comportamento ambicioso e instável. Com isso, podemos reforçar, na leitura dos *Anais*, que Tácito estabelece certo ideal de comportamento para o aristocrata baseado no exercício da *libertas* - atuar através de ações moderadas e visando sempre o bem do conjunto e da paz dentro da *res publica*.

Assim, ao descrever o processo de decadência e corrupção de valores no qual se inseriu o período Júlio-Cláudio, Tácito insere a sociedade romana em um impasse entre a servidão, que caracterizaria a tirania e paz e a *libertas*, que levaria a conflitos. O pessimismo recorrente nos *Anais* está justamente no próprio julgamento que Tácito faz do século I, onde a corrupção do poder refletiu na sociedade, tendo seu estopim no suicídio de Nero e na Guerra Civil de 64 d.C.

2.1 Tácito e o Principado

Os *Anais* assim como as *Histórias* constituem obras de referência para o estudo da organização sociopolítica do Principado. Além de fornecer elementos que ajudam a compreender a dinâmica política da elite imperial, é importante para estudarmos conceitos de historiografia clássica.

Durante esse capítulo tentamos expor de forma concisa algumas discussões sobre a visão que Tácito, em suas obras, do regime em que vivia e da sociedade de sua época. A idéia foi considerar essas três obras taciteanas como uma unidade, peculiar e única em forma e enfoque, mas que só podem ser compreendidas em conjunto, levando em conta as distintas fases do pensamento taciteano.

Dylan Sailor procura, em sua obra *Writing and Empire in Tacitus*, identificar o objetivo social da escrita de Tácito. Para ele, o discurso da elite imperial romana, tenta se mostrar autônomo frente ao imperador. Entretanto, a presença do *princeps* inibe essa

⁷⁴ Ibidem. JOLY, 2004. Pág 111.

autonomia.⁷⁵ Ao descrever a história de Agrícola, Tácito tenta dar ao sogro o *triumphus* que Domiciano lhe negou, provando-nos que tal autonomia era possível e se qualificava como uma forma de resistência. Dessa forma, a carreira literária se introduz na vida pública de um cidadão romano como um *cursus honorum* alternativo, utilizado para ascender politicamente.

Durante o início do século I, a figura de Trajano inspirou em Tácito esperanças de uma consolidação definitiva daquilo que ele colocou como impossível até o governo de Nerva; a união entre Principado e liberdade, entretanto tal posição se modifica nos *Anais*, onde parece haver uma descrença quanto ao Principado, e conseqüentemente quanto ao *princeps*. Se as apologias a Nerva e Trajano foram uma forma de adulação, para se aproximar do poder imperial e conseguir os favores do *princeps* ou uma tentativa de o historiador manipular as ações do governante, estabelecendo um modelo a ser seguido, é difícil de dizer e não nos é importante nesse trabalho. O que nos interessa, e nos fica evidente nas quatro primeiras obras taciteanas, é que há certo clima de otimismo quanto ao futuro do Império, fica assim, evidente nos dizeres de Tácito, em Agrícola, ao autor afirmar que “a ele (Agrícola) não fora permitido sobreviver até a luz desta época ditosa e ver Trajano governar – uma consumação daquilo que ele anteviu em nossa audiência assim como em prece e profecia”⁷⁶

Essa visão sobre uma prosperidade do império, entretanto, não pode ser encontrada na sucessão de imperadores Julio-Cláudios, inaugurada por Augusto e exposta nos *Anais*. Percebemos nessa obra uma postura teleológica de Tácito, tendo em vista um destino inevitável da *res publica* nesse tempo, a crise – representada pela Guerra Civil – onde as falhas de caráter dos imperadores atingem tal estado de degeneração que o comportamento moral dos cidadãos é diretamente influenciado, se entrelaçando com a perspectiva pessimista do futuro do Império. Nos *Anais*, Tácito parece se encontrar preso na própria ambigüidade que seus conceitos de liberdade e servidão criaram. O historiador latino não consegue ao que nos parece, visualizar uma saída para impedir a decadência do império.

A análise isolada das obras de Tácito nos permitiu enxergar a crítica que o historiador fazia aos homens de seu tempo, por um comportamento majoritariamente servil e corrupto. Entretanto, essas obras nos fazem perceber também que Tácito entendia o seu contexto como um momento de transição. Essa visão fica mais evidente em obras com *Agrícola* e *Histórias*,

⁷⁵ Ibidem. SAILOR, 2008, p.6-51.

⁷⁶ *Nam sicut ei [non licuit] durare in hanc beatissimi saeculi lucem ac principem Traianum videre, quod augurio votisque apud nostras auris ominabatur.* Cf. Tac.Agr.44, 3. Trad. de Agostinho da Silva, Lisboa: Livros Horizontes LDA, 1974.

mas também é presente de forma mais implícita no *Diálogo dos Oradores* e na *Germânia*. A transição se dava justamente no perfil daquele que era a figura mais importante do Império, o *princeps*.

Chegamos ao fim desse capítulo com algumas conclusões importantes sobre a historiografia taciteana e a relação do próprio Tácito com o regime de governo no qual vivia, conhecido por nós como principado. Nessa parte final, buscamos preparar o leitor para a conclusão do próprio trabalho de monografia, que busca entender a imagem do imperador Augusto como uma figura emblemática e um elemento chave, utilizado como personificação do poder imperial nos escritos taciteanos sobre o principado. Partimos agora para uma série de discussões sobre a imagem de Augusto e do contexto augustano.

3.0 A Imagem de Augusto

Venerável, elevado, majestoso⁷⁷. Esses são alguns dos significados do nome Augusto. Possuidor de uma força inata, o título dado pelo Senado e adotado como nome a Caio Júlio César Otaviano (27 a.C), após esse pôr fim aos conflitos civis que assolavam o império (31 a.C), exemplifica como foi a assimilação da imagem deste *princeps* durante todo império romano.

Ao analisarmos a vida desse personagem fundamental na história do Império Romano, levando em conta a ascensão de seu poder até ser chamado de Augusto, notamos que uma das principais ferramentas para elevação de sua *auctoritas* foi construir uma imagem que parecesse sólida e virtuosa aos olhos dos cidadãos romanos. A promoção de uma imagem positiva, sempre esteve presente como mecanismo de elevação política em Roma. No período republicano, uma das maneiras de fazê-la era através do valor em guerra e na boa administração pública, em que a prestação de bons serviços à República, implicava em uma valorização da imagem do cidadão e em sua consequente ascensão política.

Durante os conflitos civis, a batalha não foi travada somente através da força militar. O conflito entre as representações, tanto dos grupos políticos como de seus líderes se tornou mais pessoal e agressivo. Com a Guerra Civil podemos ver personificações da própria República, os generais.⁷⁸ Mais tarde, após a vitória de Otaviano em Ácio, tal fenômeno se concentrou e passou a agir de forma mais consistente.

Através de um processo de construção de autoridade, acúmulo de magistraturas e divulgação de uma imagem gloriosa, começou-se a se ver no *princeps* a imagem do próprio Império, sendo indissociável a lealdade para com os dois. Como fica evidente nos dizeres de Valério Messala falando em nome dos senadores, segundo Suetônio: "Felicidades e êxito a ti e à tua família César Augusto. Ao falarmos, pois, assim, cremos confundir a eterna felicidade da República com a prosperidade de tua família. O Senado em pleno acordo com o povo romano te saúda Pai da Pátria"⁷⁹. Aqui podemos perceber o destino do império atrelado ao destino do *princeps* e da *domus Caesaris*.

⁷⁷ Ibidem. HORNBLOWER & SPAWFORTH, 1996, p.214.

⁷⁸ ZANKER, Paul. *The Power of Images in the Age of Augustus*, trad Shapiro, Alan. The Michigan University Press, 2008.p.41.

⁷⁹ Cf. SUE, AUG, 2011, LVIII.

Um exemplo desta indissociabilidade entre governante e Estado é a união financeira entre ambos, citada diversas vezes por Augusto no relato das *res gestae*:

“Quatro vezes socorri com meu dinheiro o erário, cedendo aos que dirigiam cento e cinquenta milhões de sestércios. E, no consulado de M. Lépido e L. Arrúncio entreguei cento e setenta milhões de sestércios de meu patrimônio ao erário militar, instruído segundo idealizai. Desse montante se dariam prêmios aos soldados que tivessem servido por vinte anos ou mais.”⁸⁰

Outro fator que valida essa argumentação está no pagamento das tropas a partir do patrimônio pessoal do Imperador. Isso se torna mais claro a partir do ano 6 a.C com a criação de um *aerarium militare* para pagar as tropas estacionadas nas províncias imperiais.⁸¹

No relato das *Res Gestae*, uma autobiografia política de Augusto, que tentava mostrar o papel do *princeps* como uma figura ilustre no *populus romanus*, fica clara uma fusão entre o governante e o império. Nela o imperador assumiu ideais unificadores com o Estado, como hereditariedade e comunhão de bens. O relato de Augusto sobre o seu governo e sobre os deveres do *princeps* nos fez perceber que o regime político imperial, o que chamamos hoje de principado, ainda não era forte, o poder não estava nele, mas intrínseco na pessoa do governante. Aqui podemos notar um fenômeno que Chartier chama de dominação simbólica⁸², as instituições estavam subjugadas pela imagem que se fazia de Augusto.⁸³

Buscando justamente entender o que significou essa dominação, que além de simbólica também era política e militar, e a consolidação da imagem de Augusto como referência comportamental para o julgamento de governos posteriores, o capítulo dois deste trabalho recebe o nome de “A imagem de Augusto”. Nele trabalharemos justamente como a imagem desse governante foi estruturada em seu tempo de forma que consolidasse o nome desse governante como referencial positivo, durante toda a existência do Império Romano. Procuramos dividir o capítulo em três partes; na primeira discutiremos o conceito de imagem tendo em vista a palavra *imago*, na segunda analisaremos o processo de construção da imagem desse imperador, tendo como recorte temporal o período de 54 a.C até 31 a.C, destacando o conflito contra Marco Antônio. Na terceira e última parte trabalharemos na

⁸⁰ Cf. *RG*, 17, 1-2.

⁸¹ SCULLARD, H. H. *From Gracchi to Nero: a history of Rome (133 B.C to A.D. 68)*. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2006, p.221.

⁸² CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

⁸³ FAVRO, Diane. *The Urban Imagem of Augustan Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

consolidação da sua figura como *bonus princeps*, a partir da vitória em Ácio até a sua morte, dando foco à importância da *domus caesaris* dentro do jogo político romano.

3.1 *Imago*: a representação do *princeps*.

O foco principal deste estudo é a *imago* de Augusto na obra de Tácito. Entretanto, assim como fizemos com o autor, julgamos necessário inserir nosso personagem em seu contexto e no debate historiográfico que envolveu a construção da sua imagem, bem como compreender alguns dos artifícios utilizados por esse *princeps* que o consolidaram como uma figura de autoridade durante grande parte da história do império romano. Com isso, procuramos discutir o contexto político que envolveu a criação da imagem de Augusto como o primeiro imperador de Roma queria ser representado, e como a historiografia moderna entende a sua representação.

O debate que envolve a construção da imagem de Augusto como um governante nobre e justo, protetor da *res publica* e do povo romano se funde com o processo de estruturação do principado como regime autocrático, que ocorreu durante todo o século I, tendo sua consolidação somente no fim do século II⁸⁴. Para analisar a representação de Augusto até este se transformar em um símbolo de um regime de governo que durou mais de dois séculos, conhecido a partir do século II como principado, primeiramente procuraremos conceituar brevemente aquilo que consideramos como representação.

Sociedades e grupo sociais através de práticas culturais, “falam e calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam e discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem estrangeiros”⁸⁵. Essas práticas culturais nos surgem como representações que fazem com que os homens vivam em uma realidade construída.

Para o medievalista francês Jacques Le Goff o mundo metafísico é uma forma de realidade representativa, uma tradução do mental que ao mesmo tempo em que não pode ser considerada real induz e pauta ações reais. Notamos nitidamente que para Le Goff, há uma

⁸⁴ WINTERLING, Aloys. *Politics and Society in Imperial Rome*. London: Wiley-Blackwell, 2009.

p 101-102

⁸⁵ Ibidem. BARROS, 2005, p.2.

possível coexistência de diferentes temporalidades através das representações, caracterizando as mesmas como modalidades de interação humana. De acordo com Leandro Duarte Rust “essa pluralidade de representações é possível porque a imagem do tempo traz em si uma série de fatores historicamente construídos, tais como o escalonamento da hierarquia social, as divisões sócio-profissionais, o controle sobre parcelas do poder ideológico.”⁸⁶

Para Pesavento, as representações são reflexos culturais. De acordo com ela “trata-se de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”. Pesavento prossegue afirmando que: “A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa.”⁸⁷

Assim, não devemos excluir as representações do “mundo real”, mas sim, devemos tratá-las como produtos e produtoras deste mundo e dessas sociedades, uma vez que lhes dão sentido que não possuem em si. Apesar das representações, abordadas com o significado que vimos contrariarem aquilo que chamamos de verdade científica, e se basearem mais no senso comum⁸⁸ e na credibilidade, não devemos tomá-las como meras fantasias, mas sim como produtos de seu tempo e espaço. Afinal, aquilo que chamamos de representações engloba “os modos de pensar e sentir, inclusive os coletivos”⁸⁹.

Nesse sentido as representações se inserem no cotidiano como “maneiras de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder coercitivo em virtude do qual se lhes impõe”⁹⁰. Considerando assim, para o indivíduo como ser histórico e social, as representações se enquadram para além do plano metafísico, sendo inseridas no “mundo real” através de uma vertente tanto cultural, como social, se tornando chaves de estudo para o pensamento de determinadas sociedades.

De acordo com Roger Chartier a representação é diretamente ligada à posição social dos indivíduos, dentro de um determinado recorte temporal, daí seu caráter histórico. Para esse autor, a representação é indissociável da *praxis*, responsável por inserir o indivíduo na

⁸⁶ RUST, L. D. Jacques Le Goff e as Representações do Tempo na Idade Média. Fênix (Uberlândia), v. 5, p. 1-19, 2008, p. 3.

⁸⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e história cultural. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.p.15.

⁸⁸ Ibidem. SHULTZ: 1979.

⁸⁹ Ibidem. BARROS, 2004, p.82

⁹⁰ DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa (1912). In: GIANNOTTI, J. A. (Org.). *Durkheim*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1978, p. 88.

sociedade, criando identidades, consensos e dissensões. Para Chartier a representação e a leitura da representação que os indivíduos têm da sociedade orientam as práticas sociais. De acordo com Chartier a representação do mundo é dependente não só de sua exposição, mas da posição social dos indivíduos representados. A representação desta forma funciona, na prática, como uma tentativa de certo indivíduo ou grupo social de se sobressair perante outro⁹¹.

Quando analisamos o mundo romano do século I a.C ao século II d.C, podemos notar alguns termos que procuraram evidenciar a questão da imagem, trabalhada por nós como uma forma de representação de indivíduos e costumes. Baseando-nos na análise de Paulo Martins, em seu livro *Imagem e Poder: Considerações sobre a Representação de Otávio Augusto*, procuramos observar e analisar as práticas imagéticas no mundo romano, considerando o vocabulário e as classificações terminológicas de palavras latinas como: *retraho*, *repraesentatio*, *simulacro* e *imago*. Com isso, buscamos dialogar com algumas fontes para analisar brevemente as formas de representação utilizadas pelos romanos.

O primeiro termo a ser trabalhado dentro do vocabulário latino é o verbo *retraho*. No *Oxford Latin Dictionary*, o verbo é trabalhado em todas oito definições com base no sentido de retirar algo de sua disposição natural. Esse sentido pode ser notado na passagem dos *Anais*, de Tácito, no qual o autor, afirma ao falar da relação entre libertos e patronos durante o principado de Nero: “*at criminum manifestos merito ad servitutem retrahi, ut metu coerceantur, quos beneficia non mutavissent.*”⁹² Nesse sentido, o termo *retraho* oferece dinamismo à frase, retirando os libertos de uma certa posição, e os colocando em outra. A opção do Tácito por esse termo pode ter-se dado para evidenciar a mudança na condição dos libertos. Segundo Lino Fernandes de Azevedo, o termo *retraho*:

“está relacionado com aquele denominado imagem, uma vez que o processo de caracterização de personagens visa expor à vista, as principais características que determinam o caráter de uma personagem, informando assim uma imagem. Deste modo, associamos o verbo *retraho* (retirar) com a composição de personagens, pois um autor retira da pessoa, objeto ou situação a ser representada,

⁹¹ Ibidem. CHARTIER: 1990

⁹² “Quanto aos que fossem verdadeiramente criminosos, com justiça, tornavam a cair na escravidão, a fim de que o medo coibisse aqueles para quem de nada valiam os benefícios”. (Grifo Nosso). Cf. Tac. Ann. XIII, 26.

argumentos que lhe podem ser úteis por ser capaz de colocar algo em evidência.”⁹³

Com o objetivo de desenhar, trazer de volta algo, exibindo-o se insere nas formas de transmissão da imagem no Império Romano o substantivo *repraesentatio*. Congnato do verbo *repraesento*, o substantivo tem como sentido uma pintura, escultura ou o desenho em si mesmo, o ato de representar alguma coisa. No Dicionário Oxford de Latim, é definido como “o ato de trazer algo diante da mente”⁹⁴, ou uma imagem, uma reencarnação de determinado indivíduo⁹⁵. Tal caracterização se aproxima de uma operação elocutiva conhecida como *euidencia*⁹⁶. Nesse sentido afirma Quintiliano que “a evidência (*euidencia*) ou, como outros dizem a representação (*repraesentatio*) é algo mais do que a clareza (*perspicuitas*) e torna visível aquilo que de algum modo se apresenta.”⁹⁷

Assim como *retraho* e *repraesentatio*, *simulacrum* tem como objetivo representar ou evidenciar algo reencarnando uma imagem mental. Tratado como forma de designação de divindades, sua designação verbal *simulo*, “é um sentido comum para designar representação de forma geral”⁹⁸ e para “representar uma coisa como inexistente”.

Simulacrum, assim como seus cognatos, difere dos outros termos trabalhados nesse texto pela pouca veracidade transmitida, podendo traduzir coisas inventadas e inexistentes. Para denotar uma falsa liberdade que Tibério permitia ao Senado, no fim do capítulo um do primeiro livro dos *Anais: intercessit Haterius Agrippa tribunus plebei increpitusque est Asinii Galli oratione, silente Tiberio, qui ea simulacra libertatis senatui praebebat.*⁹⁹

Simulacra, plural de *simulacrum*, nesse caso está ligada à liberdade, a uma falsa liberdade. Podemos ver então, a utilização desse termo de acepção da imagem na historiografia e retórica romana para a tentativa de demonstrar falsidade, ou de retratar imagens divinas ou outros tipos de incerteza e ambiguidade no discurso. Para Paulo Martins

⁹³ Ibidem. AZEVEDO; 2011, p.12.

⁹⁴ “The act of bringing before the mind”. Ibidem. HORNBLLOWER & SPAWFORTH, 1996, p.1621.

⁹⁵ “A re-embodiment, image”. Ibidem. HORNBLLOWER & SPAWFORTH, 1996, p.1621.

⁹⁶ MARTINS, Paulo. *Imagem e Poder: Considerações sobre a representação de Otávio Augusto (44 a.C. - 14 d.C.)*. Editora EDUSP, São Paulo. 2011, p113.

⁹⁷ Ver: Qui. 8,3,61-62. In: MARTINS; 2011, p.113.

⁹⁸ Ibidem. MARTINS; 2011, p. 124.

⁹⁹ Cf. Tac. *Ann.* I,77,2. (grifo nosso) Hatério Agripa, tribuno da plebe, entrevistado e foi repreendido no discurso de Asínio Galo—com o silêncio de Tibério, que deveria apresentar ao Senado tais representações de liberdade.

“tanto a figuração divina como a figuração humana metaforizada divinamente podem ser os referentes dos *simulacrum* (...)”¹⁰⁰,”

Assim, como na acepção da representação pela historiografia moderna, vemos na palavra *imago* uma forma de expressão baseada em recepções da realidade pelo sujeito e de como esse sujeito repassa aquilo que assimila dentro de determinado contexto. Na língua latina, *imago* tem diversos sentidos, tais como:

“1. Uma representação em arte de uma pessoa ou coisa, figura, descrição, imagem; 2. Uma máscara mortuária de um ancestral que se manteve em um cargo público, mantida no átrio e carregada em procissões fúnebres. A representação de um ancestral nobre; 3. Uma reflexão em um espelho ou uma simulação. Uma reflexão de som, um eco; 4. Uma imagem emitida por um objeto percebido pelos olhos; 5. Uma aparição ilusória, fantasma, espectro, uma alucinação; 6. Uma representação da imaginação, uma figura mental; 7. Uma representação em palavras, descrições e rascunhos. Uma comparação, semelhança; 8. O que se assemelha mas não é, uma coisa; uma aparência, demonstração, imitação; 9. Uma duplicata, cópia, reflexo, descrição, imagem; 10. Uma coisa similar que serve como ilustração, um paralelo, um modelo, um exemplo; 11. O que indica ou torna visível, um exemplo, manifestação, personificação; 12. Uma forma visível, perfil, aparência; 13. Perfil, forma, espécie.”¹⁰¹

Assim, podemos relacionar a palavra latina *imago*, com a discussão realizada nesse subcapítulo. A *imago* se caracteriza como uma forma de representação, já que como figura mental, se enquadra na teoria de Le Goff, já citada anteriormente, em que mesmo não sendo considerada como uma realidade fiel ou uma verdade absoluta apresenta um grande poder de indução para ações reais.

Em análise da obra de Tácito, percebemos que o sentido dado pelo autor à *imago* se torna paralelo com os mais diversos sentidos assinalados acima. Esse sentido de imagem, como uma figura mental (item 5 e 6), ou como representação (item 1 e 2) e aparência (item 9)

¹⁰⁰ Ibidem. MARTINS; 2011, p. 127.

¹⁰¹ “1. A representation in art of a person or thing, picture, likeness, image; 2. A death-mask of an ancestor who has held public office, kept in the atrium and carried in funeral processions. As representing noble ancestry; 3. A reflection in a mirror or sim. A reflection of sound, echo; 4. An image emitted by an object and apprehended by the eyes; 5. An illusory apparition, ghost, phantom; a hallucination; 6. A representation to the imagination, mental picture; 7. A representation in words, description, sketch. A comparison, simile; 8. That which resembles, but is not, a thing; a semblance, show, imitation; 9. A duplicate, copy, reflection, likeness, image; 10. A similar thing serving as an illustration, parallel, model, example; 11. That which indicates or makes visible, an example, manifestation, personification; 12. Visible form, shape, appearance; 13. Shape, form, species.” In: HORNBLLOWER, Simon. SPAWFORTH, Antony. *The Oxford Classical Dictionary*, 3ª Edition. Oxford University Press, Oxford, England, 1996. (grifo nosso).

é também citado por Quintiliano, suposto mentor de Tácito: “*quarum ambitiose a quibusdam numerus augetur, sed maxime necessarias attingam. est igitur unum genus, quo tota rerum imago quodammodo verbis depingitur*”¹⁰², e pelo próprio Tácito, por diversas vezes em sua obra. A discussão sobre o uso da palavra *imago* nos escritos taciteanos será feita no início do capítulo seguinte, quando trabalharemos diretamente com a imagem de Augusto em Tácito.

As definições dez e onze do *Oxford Latin Dictionary* também dialogam com o nosso propósito, já que a Tácito utiliza da *imago* de Augusto por diversas vezes na sua obra como *exempla* e procura personificar as bases do Principado na *imago* desse *princeps*. Para o capítulo dois, que analisarmos a *imago* de Augusto de forma isolada, podemos considerar também a definição um, “Uma representação em arte de uma pessoa ou coisa, figura, descrição, imagem” - que se aproxima da definição de *simulacrum* - devido a grande exposição da *imago* dos imperadores durante o século I ter se dado através de representações artísticas e arquitetônicas.

Segundo Peter Burke¹⁰³, as imagens nos oferecem evidências de práticas sociais. Neste sentido, a construção imagética apresenta enorme importância das chamadas propagandas imperiais, pois os Imperadores utilizavam de suas imagens para controlarem e explicarem suas práticas sociais. Burke prossegue afirmando que qualquer imagem pode servir como evidência histórica. Assim, é justamente procurando reconstituir a divulgação da *imago* de Augusto que prosseguimos a discussão deste capítulo.

3.2 A Personificação do Poder Imperial

Durante o domínio etrusco, povo influenciado por costumes gregos, a cidade de Roma foi monárquica. Governaram a cidade três reis; Tarquínio, o Antigo, Sêrvio Túlio e Tarquínio, o Soberbo, que foi deposto após seu filho Sexto Tarquínio violentar Lucrecia, mulher de Lúcio Bruto. A deposição dos reis oficializou a instauração da *res publica*, tal regime político ficou caracterizado pelo governo coletivo, mas concentrado nas mãos de uma aristocracia. Essa aristocracia foi responsável por montar um aparelho governamental que preservava o poder em suas mãos através de uma série de magistraturas temporárias.

Durante o período republicano, duas esferas sociais se diferenciavam. A esfera pública, que tratava dos assuntos daquilo que os estudiosos modernos denominaram “Estado

¹⁰² Cf. QUINT. *Inst.* VIII, 3.64.

¹⁰³ BURKE, Peter. *História como Alegoria*. Estudos Avançados, São Paulo, 1995.

Romano”, no qual as magistraturas temporárias assumiam um papel preponderante e a esfera privada, separada do Estado, tratava o cidadão com indivíduo privado, que governava dentro da sua *domus* com poderes invioláveis.¹⁰⁴ No entanto a estratificação social causada por conta do domínio de uma minoria aristocrata levou a se formar uma hierarquia dentro desse mesmo grupo, fortemente conectada aos mecanismos políticos que cercavam o “Estado”, tornando cada vez mais evidente a conexão entre o público e o privado.

A aristocracia romana objetivava evitar o poder monárquico, sem, no entanto, deixar que o poder saísse das suas mãos. Durante quase quatro séculos esse modelo funcionou satisfatoriamente. Apesar de constantes revoltas sociais, o modelo republicano se mostrava capaz de sustentar os assuntos do “Estado romano” e evitar que o poder fosse exercido por um só. Contudo as conquistas romanas durante os séculos, a influência da cultura helênica e o grande acúmulo de poder por parte de alguns aristocratas, levou, durante o século I a.C a uma constante luta pela monopolização das forças militares de poder, que garantiam um acesso privilegiado aos recursos econômicos do Império. Tal processo culminou na absorção de diversas magistraturas e no controle total das legiões por um só homem, Augusto.

A presença do imperador era incompatível com a ordem sociopolítica republicana, pois feria a hierarquia política e social estabelecida pela aristocracia de acordo com Aloys Winterling: “O imperador não era nem *magistratus* temporário nem *privatus* apolítico, como é ilustrado, por exemplo, pelo fato de que nem sua riqueza nem parte do tesouro público, o *aerarium*, estivessem sujeitas às leis civis de herança.”¹⁰⁵ O governante monopolizava as forças políticas, sociais e econômicas do “Estado” em torno de si mesmo, tornando-se a personificação do mesmo.

Entretanto o poder do imperador não poderia existir sem mecanismos tradicionalmente republicanos, já que a legitimação da posição era feita pelos senadores e pelo *populus*. O poder imperial necessitava do Senado para lhe conceder magistraturas, lhe investir de honrarias. Era um contexto formado por ambiguidades e paradoxos, em que os estatutos políticos formais da República e práticos da concentração de poderes pelo *princeps*, apesar de serem contraditórios, necessitavam um do outro para sobreviver. Para o historiador alemão do século XIX, Theodor Mommsen, Senado e imperador dividiam o poder do “Estado”, formando um governo diárquico. Através de uma análise da constituição romana, Mommsen

¹⁰⁴ Ibidem. WINTERLING, 2012.

¹⁰⁵ Ibidem. WINTERLING, 2011.

afirmava que o senado mantinha a sua posição soberana, pois contava com o poder de escolher os magistrados que formariam a base do poder na *res publica*. Além disso, somente os senadores poderiam ratificar a posição de um novo imperador. Esse, por sua vez se tornava o responsável por intermediar as relações entre os senadores, impedindo que uma monarquia surgisse.

Essa tese apresenta, entretanto, uma falha grave. Ao se focar no estudo da relação entre *princeps* e senadores a partir de uma perspectiva unicamente jurídica, Mommsen ignora outros segmentos de análise como as relações interpessoais e culturais. De acordo com Fábio Joly, o historiador alemão, “pretendia descrever a essência do Estado por meio de seu direito público, de modo que nessa apresentação sistemática o problema dos processos e condicionantes históricos não tinha qualquer prioridade”¹⁰⁶.

Mathias Gelzer¹⁰⁷ estabelece outra visão sobre as transformações na política imperial após a vitória de Augusto em Ácio. Para esse historiador, o chamado principado, nada mais era do que uma monarquia militar, escondida atrás de um regime de aparências. Essa visão, entretanto entra em desacordo com as fontes, já que as mesmas mostram que a elite não só conhecia as intenções e os poderes apropriados pelo *princeps*, como os aprovava.

Uma terceira visão sobre essa questão é estabelecida por Jean Béranger¹⁰⁸. Através de uma teoria monárquica, em que se estabelecia uma oposição entre *rex* e *tyrannus*. Esse autor acabou por ignorar o valor constitucional e a necessidade de legitimação do imperador. Entretanto, a sua tese é muito interessante, pois considera as posições sociológicas nas relações entre imperador e aristocracia. Ana Teresa Marques Gonçalves cita Béranger:

(...) os autores de todo o Império distinguiam e opunham *rex* e *tyrannus*. O primeiro termo simbolizava o soberano que tinha um poder único e pessoal mas que era justo, sábio e mestre de suas paixões; o segundo indicava o governante injusto e escravo de suas paixões.¹⁰⁹

¹⁰⁶ JOLY, Fábio Duarte. *A Escravidão no centro do poder: observações acerca da família caesaris*. In Fênix - Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 04, ano 04, n° 01. Jan/fev/mar de 2007.

¹⁰⁷ GELZER, Mathias. *The Roman Nobility*. ACLS History E-Book Project, 2001.

¹⁰⁸ BÉRANGER, J. *L'idéologie impériale dans l'Histoire Auguste*. *Bonner Historia Augusta Colloquium*. Bonn: Habelt, 1976.

¹⁰⁹ Cf. BERANGER, apud, GONÇALVES, Ana Teresa Marques. *A Idealização da Figura do Imperador Romano: O debate Agripa-Mecenas na Obra de Dion Cássio*. Klepsidra. São Paulo, v. 3, n. 14, p. 1-14, 2002/2003. p.10.

Para Aloys Winterling não houve nenhuma mudança estrutural e nem nenhuma revolução na sociedade desse período. O que aconteceu foi a monopolização dos meios legais de poder por nobres individuais, rompendo assim com as disposições legais da ordem política vigente. A introdução dessa influência para os espaços internos das cidades levou as instituições republicanas a perderem poder gradualmente até a criação da posição de imperador como um novo papel político.¹¹⁰

Vemos durante essa fase inicial do capítulo que os historiadores divergem ao tentar qualificar a transformação política no império romano a partir do século I a.C. Entretanto, é importante notar que todas as análises valorizam o novo cenário político de Roma a partir do surgimento de uma figura, que assume o papel de protagonista no império, o imperador. É justamente tentando explicar a importância desse novo personagem que partimos agora para a análise da imagem de Augusto, primeiro imperador, responsável por personificar o poder imperial.

3.3 Otávio

Nasceu em 24 de Setembro de 63 a.C.¹¹¹, em Roma¹¹². É dito por Suetônio que a família Otávia, provinda de Velitras, foi, em muitas gerações antepassadas ao pai de Augusto formada por ricos eqüestres. Seu pai, Caio Otávio, foi o primeiro da família, em um longo período de tempo a ascender ao status senatorial. Exerceu o cargo de pretor e posteriormente de governador na Macedônia. Acabou por sofrer uma morte repentina antes de poder se candidatar ao consulado.

Já pelo lado materno, Otávio tinha descendentes de grande prestígio senatorial. Sua mãe, Átia, era filha de M. Átio Balbo e Júlia, irmã de Júlio César. Como nos conta Suetônio, Balbo era parente muito próximo de Pompeu, o Grande e exerceu a função de pretor. A família Júlia por sua vez era uma das principais *gentes* romanas, de longa tradição senatorial, sendo considerados descendentes diretos da deusa Vênus e do herói fundador de Roma, Enéias.

¹¹⁰ Ibidem. WINTERLING, 2011.

¹¹¹ Suetônio afirma que Otávio nasceu nove dias antes das calendas de outubro. Calendas são os primeiros dias dos meses do calendário romano.

¹¹² De acordo com Suetônio Otávio nasceu na região do Palatino, uma das colinas de Roma onde posteriormente seria a região de residência dos imperadores. O local do seu nascimento foi posteriormente consagrado e transformado em santuário.

Não por poucas vezes foi atacado por sua ascendência genealógica. “Suetônio afirma que: M. Antônio lança-lhe ao rosto um bisavô liberto, cordoeiro do território de Túrio, e um avô banqueiro.”¹¹³ “O mesmo Antonio, desdenhando da linhagem materna de Augusto, lançou-lhe ao rosto que seu avô era de raça africana e que ora havia possuído uma perfumaria, ora uma padaria em Arícia.”¹¹⁴ Em sequência assegura que Cássio “em certa carta, não apenas como neto de padeiro, mas ainda como neto do banqueiro o apresenta (...)”. Esses ditos, no entanto, são colocados por Suetônio como simples insultos, não tendo nenhuma veridicidade.

Acompanhou o seu tio, Júlio César, na campanha da Espanha, contra os filhos de Pompeu, não chegando a participar efetivamente da batalha devido a problemas de saúde. Apesar disso, Suetônio nos afirma que a nobreza de seu caráter e seu empenho na viagem cativaram o tio, que o adotaria como filho e herdeiro. Aos 18 anos foi mandado a Macedônia, na região de Apolônia, para completar seus estudos. Nessa época ficou sabendo do assassinato do tio e da sua posição de filho e herdeiro.

Ser filho adotivo de César trazia, sobretudo, uma implicação no plano simbólico e cultural. A forma como usou e abusou do nome que a adoção lhe conferiu: C. Júlio César Octaviano é significativa nesse aspecto. A partir da deificação de César em 42, passa a intitular-se “*Diui Iulii filius*”. Os seus contemporâneos tinham noção do poder que o nome de César carregava. “Tu deves tudo ao teu nome”, teria afirmado publicamente Marco Antônio.¹¹⁵

A vinculação dos romanos a ancestrais divinos não era incomum. O próprio Antônio se dizia descendente de Ánton, filho de Hércules. Algumas moedas do ano 42 – ano da deificação de César - representam justamente Marco Antônio e, na outra face, Ánton. Plutarco descreve como o triúmviro apreciava que relacionasse a sua figura com a de Hércules.

“Por estas e outras razões ele deixou de si mesmo uma gloriosa lembrança em Alexandria, e foi julgado como uma pessoa muito gentil, pelos romanos, que estiveram nessa viagem; tinha, além disso, uma dignidade liberal, apresentando todo seu aspecto exterior certa beleza de porte e de atitude, linha a barba forte e espessa, a fronte larga, o nariz aquilino, e em seu rosto transparecia tal virilidade como a que se vê representada em medalhas e imagens pintadas e modeladas, como as de Hércules. Disto já se falava desde toda a antigüidade, isto é, que a família dos Antônio descendia de um Anton, filho de Hércules, do qual ele conservava o porte e o nome; esta opinião ele

¹¹³ Cf. Sue. *Aug.* II.

¹¹⁴ Cf. Sue. *Aug.* IV

¹¹⁵ Cf. Cícero, *Phil.* 13, 11, 24.

procurava confirmar não somente pela figura e pela forma natural do seu corpo, que era como acabamos de descrever, mas também pela maneira de se adereçar e de se vestir.”¹¹⁶

Otaviano, por sua vez vai explorar de forma mais decisiva a sua ascendência mítica. A figura de César e posteriormente a de Enéias, representava além de uma força divina, uma idéia de renascimento, de renovação e de refundação de Roma. Este é um dos conceitos basilares da ideologia augustana e que vai ser muito explorada ao fim das guerras civis. A construção da imagem de Augusto tem o objetivo de tornar o mesmo como um símbolo do poder romano, confundindo-o assim com as próprias origens mitológicas de seu povo.

O assassinato de *Julius Caesar* deixou um vácuo de poder e reposicionou novos indivíduos no jogo político romano. Três homens apareceram então, como os mais fortes candidatos à posição ocupada por *Caesar*: o primeiro, o seu tenente militar Marco Antônio; o segundo Marco Emílio Lépido, ex-pretor, também cesarista, possuidor de um caráter honrado e de muita reputação perante as legiões, e por fim seu filho adotivo *Gaius Caesar Octavius*, adotado pelo ditador e herdeiro da *gens* Júlia. Aceitando essa lógica, um novo Triunvirato emergia para mediar a situação de pós-assassinato. Diferente do primeiro, o segundo Triunvirato foi oficializado pelo Senado, e através da Lei Títia, declarado legítimo. No entanto, assim como duas décadas antes o Triunvirato de Cesar, Pompeu e Crasso, o segundo também não iria longe.

O segundo Triunvirato se ergueu sustentado por um propósito comum: vingar o assassinato de Júlio César. Esse propósito uniu, de forma frágil, os três homens mais poderosos da República. Após as vitórias de Filipos e a morte de Bruto e Cássio, a união dos triúnviros ficou tão fragmentada quanto o império que dividiram. Nessa divisão, Antônio ficou com a Gália Cisalpina, Lépido com a Gália Narbonense e a Hispânia e Otaviano com a Sicília, Sardenha e a África proconsular. De imediato a divisão foi péssima para Otaviano. A proximidade das legiões da Gália e da Hispânia, sob o comando de Antônio e de Lépido, deixava os portões de Roma em ameaça constante. O fato da Sicília e da Sardenha se encontrarem ocupadas por Sexto Pompeu, reduziu o poder de Otaviano e o colocou em desvantagem perante os outros dois triúnviros. Entretanto, posteriormente, a disputa pela Sicília e pela Sardenha elevaria a posição de Otaviano dentro do Triunvirato.

A primeira iniciativa do Triunvirato foi promover uma série de proscricções dentro de Roma, eliminando possíveis inimigos políticos. Ao fim desse genocídio, 300 senadores e 2000 *equites* foram mortos. A *nobilitas* viu algumas das *gentes* mais tradicionais do Império

¹¹⁶ Cf. Plu. *Ant*, V.

extintas. Já durante a sua ditadura, Júlio César procurou fazer uma série de reformas no Senado, ampliando o número de senadores com o objetivo de amenizar a resistência política que havia contra ele. Tais reformas, não foram suficientes e acabaram com o assassinato do ditador. As proscricções comandadas pelos triúnviros eliminaram qualquer possível resistência ao poder dos três. Além de ter lhes dado, através de confiscos das propriedades daqueles que eram mortos, importantes recursos para a manutenção de poderosas legiões¹¹⁷.

Em 36 a.C, os triúnviros foram obrigados a lutar contra a ameaça de Sexto Pompeu, filho de Pompeu, o Grande, que havia juntado muitas legiões e uma grande frota e se estabelecido na Sicília e na Sardenha. O confronto final aconteceu na Batalha de Nauluco, que teve a vitória dos triúnviros e um desfecho inusitado. Lépido havia invadido a Sicília, para ajudar Otaviano a combater Sexto, ao fim da luta, porém quis reivindicar o comando supremo das tropas. Otaviano, utilizando-se do nome de César, acabou obtendo a lealdade das tropas de Lépido, acusou o seu companheiro de traição, afastando-o do triunvirato. Suetônio relata o acontecimento: “M. Lépido, um de seus colegas que chamara da África em seu auxílio, o qual, jactando-se da segurança de suas legiões e reivindicando o comando supremo pelo terror e pelas ameaças, privou do exército, concedendo a ele, como implorasse apenas a vida.”¹¹⁸

Após a humilhação de Lépido, houve uma redivisão do Império através do Tratado de Brudisium, acordo selado pelo casamento de Otávia, irmã de Augusto, com Antônio. Essa nova separação deixava Lépido com uma pequena província no Norte da África. As províncias Orientais ficariam assim com Antonio e as Ocidentais com Otaviano. Mais uma vez Otaviano foi inicialmente prejudicado, já que as províncias mais ricas eram orientais e as províncias ocidentais apresentavam problemas quanto à divisão de terras para os veteranos dos conflitos contra Bruto e Cássio. Entretanto, também dessa vez a divisão do território seria a longo prazo benéfica a Otaviano. A proximidade com a cidade de Roma, centro político do Império e a associação de sua imagem a preceitos morais ocidentais, serviu de base para a construção de uma forte imagem opositora ao orientalismo cultivado por Antônio.

Aos poucos, a frágil aliança entre Antônio e Otaviano, se desfez como o Triunvirato. Os insultos, restritos a ações verbais, e a inimizade velada, acabaram atingindo o seu estopim com o abandono de Otávia por Antônio, atitude tomada como ultraje pelo seu irmão. O resultado do conflito foi a batalha de Ácio, vencida por Otaviano através de seu grande amigo e general, Marcus Agrippa. Otaviano acabou por sitiá-lo, juntamente com Cleópatra,

¹¹⁷ ECK, Werner. *The Age of Augustus*. Blackwell Publishing, Oxford, 2007.

¹¹⁸ Cf. *Sue. Aug.* XI

rainha do Egito e amante do triúnviro, em Alexandria no ano de 31 a.C. Os amantes, derrotados, acabaram por optar pelo suicídio a conviver com a derrota.

As tensões entre Marco Antônio e Otaviano não se restringiram as batalhas campais. Houve durante o período de 43 a 31 a.C um intenso conflito imagético, que se inseriu em um conflito de representações que se baseava em uma vinculação e até mesmo incorporação divina por parte dos dois, como forma de legitimação do poder. De um lado notamos a assimilação de uma personalidade dionisíaca, por parte de Antônio, de outro a representação de Otaviano como Apolo.¹¹⁹

A associação que ambos faziam com divindades mitológicas foram cruciais para entendermos o desfecho do conflito e a vitória de Otaviano em Ácio. O conflito imagético foi intenso durante as disputas políticas no fim do século I. Os signos e símbolos que cercavam os homens acabavam por definir suas redes de apoio e amicitia. As imagens poderiam contribuir para o sucesso e o fracasso de um general.

Antônio, juntamente com Cleópatra, se baseava em uma perspectiva oriental para o apoio a sua imagem. Ao se retratar como Dionísio ou como Hércules, Antônio se aproximava das tradições helênicas, e conseqüentemente de imagem monárquica. Reencarnava em si mesmo o próprio deus, sendo acusado de realizar diversas orgias e promover desigualdades nos lugares por onde passava. O temperamento explosivo e luxurioso do triúnviro também contribuía para manchar sua imagem perante seus próprio concidadãos. Diz Plutarco sobre Antônio:

“Na cidade de Éfeso as mulheres compareceram diante dele trajadas de sacerdotisas de Baco, os homens e as crianças, de faunos e de sátiros, e nada mais se via pela cidade senão heras e flechas enfeitadas de heras, saltérios, flautas e oboés. Em seus cânticos eles chamavam a Antônio de Baco, pai da alegria, doce e benigno; assim era ele para alguns, mas para a maior parte, era cruel e desumano; pois tirava os bens dos nobres e de homens de qualidade, para dá-los aos aduladores e aos velhacos, os quais lhe pediam muitas vezes as riquezas daqueles que ainda viviam, como se eles tivessem morrido e introduziam-se à força em suas residências: ele deu a casa de um ancião da Magnésia a um cozinheiro, porque segundo dizem lhe tinha preparado um ótimo jantar.”¹²⁰

¹¹⁹ ZANKER, Paul. *The Power of Images in the Age of Augustus*, trad Shapiro, Alan. The Michigan University Press, 2008, p.33-78.

¹²⁰ Cf. Plu. *Ant.* XXI.

A personalidade do próprio Antônio tendia aos excessos, e isso foi um dos motivos de seu declínio. Em Alexandria, ele reencarnava junto a Cleópatra, respectivamente, o deus Osíris e a deusa Íris, se aproximando cada vez mais de costumes estrangeiros, e se distanciando do comportamento considerado exemplar para um romano.

Já Otaviano procurou sustentar sua imagem no deus Apolo. Essa divindade representava pureza, jovialidade e beleza, além de um espírito guerreiro. Tal imagem se encaixava perfeitamente na “propaganda” política que o jovem César desejava. Ao se proclamar protegido de Apolo, ou a reencarnação de Alexandre, o Grande, Otaviano se colocava como um novo Sol, surgindo no ambiente obscuro que havia envolvido o Império durante quase um século.¹²¹

Otaviano utilizou da associação de Antônio com os costumes orientais, monárquicos e de sua união ilegítima com Cleópatra para colocar o Senado romano contra ele. Por fim, Otaviano acaba por convencer o Senado a apoiar sua campanha contra Antônio, tendo como inimiga oficial, entretanto, Cleópatra, que supostamente havia enfeitiçado Antônio para agir contra seu povo. Com isso, podemos notar que o fracasso da imagem orientalizada incorporada por Antônio perante o Senado foi crucial para que Otaviano pudesse assumir uma posição mais influente na República.

Entretanto foi a elevação de Caio Júlio César à condição divina, que tornou o jovem Otaviano descendente direto de um deus. Segundo Paulo Martins:

“(…) é impossível avaliar o poder de Otávio, sem antes se ater à reconstrução dos *non* e das *actiones* de Júlio César por intermédio dos relatos e ou *repraesentationes* de historiadores e poetas coetâneos ao figurado, sem os quais não se pode aferir com precisão necessária a prática das representações no Principado, que está relacionada de forma contígua e contínua à ação e à imagem do *dictator perpetuus*, que no período tardo-republicano confunde-se com o próprio César *dictator perpetuus*.”

A tentativa de aproximação divina era uma forma dos homens que disputavam o poder buscarem uma legitimidade superior a da lei romana. A utilização do título de *diui filius*, foi basilar para Otaviano se auto-afirmar durante os anos que se seguiram à morte do seu pai adotivo. Segundo Pierre Grimal “as honras concedidas a César (o pai adotivo) haviam feito do ditador morto um verdadeiro deus. *Diui filius* (filho de um ser divino), Augusto não podia

¹²¹ Ibidem. ZANKER; 1989, p.33-36.

deixar, também ele, de ser considerado possuidor de uma natureza divina [...]” (GRIMAL, 1993: 58). Podemos notar, dessa forma, que em um primeiro momento, o vínculo com a imagem de Júlio César é o principal pilar utilizado por Otaviano, desprovido autoridade, fama e força, para se legitimar perante o Senado e o *populus*.

3.4 Augusto

Após a vitória sobre Marco Antônio e a anexação do Egito como província, a força política do jovem Otaviano, então com 32 anos se tornou inigualável. Para Pierre Grimal não havia outra legalidade que não o poder de Otávio¹²². Ele agrupava em suas mãos, uma linhagem divina, associada ao nome de César, o comando dos exércitos, através do seu amigo e general Marcus Agrippa e o apoio da aristocracia romana, conseguido através da eliminação dos seus inimigos mais poderosos e de ligações políticas, articuladas por outro grande amigo, Mecenas.

A maioria dos pesquisadores contemporâneos defende que os conflitos, civis que deram termo ao regime político republicano romano ocorreram devido à impossibilidade de as instituições tradicionais administrarem um Império em franca expansão territorial¹²³. O desfecho desse processo foi a impossibilidade de um governo de muitos e a concentração de poderes em um só indivíduo e a desvalorização das instâncias que compunham o sistema republicano tradicional: o senado e as assembleias populares.

A partir desse momento, de poder supremo dentro do cenário político romano, o nome de Otaviano passa a ser louvado como uma divindade viva, aproximando-se cada vez mais de Apolo, e à medida que seu poder vai se consolidando, através da investidura de várias magistraturas, de Júpiter. Segundo Paulo Martins:

A representação de Otávio não é exclusivista, isto é, para cada título, investidura, poder, função ou cargo somam-se as representações específicas que contribuem para o acúmulo, para a amplificação e para a variação de possibilidades e, dessa maneira devem, ser aferidas as imagens do governante nos primeiros anos após o fim da República, em 44, até 14 d.C.¹²⁴

¹²² GRIMAL, Pierre. Dicionário da Mitologia Grega e Romana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.210.

¹²³ Ver: ALFÖLDY, 1989; MENDES, 2006; ECK, 2007; SYME, 1939.

¹²⁴ Ibidem. MARTINS; 2011, p.65.

Após a batalha de Ácio a figuração mais utilizada na representação de Otaviano foi aquela que alguns teóricos chamam de “tipo Actium”¹²⁵. Nela Otaviano aparece com postura e - ou - vestes de general, apesar de não haver participado diretamente da batalha. A visão do líder político como um comandante de legiões é necessária dentro da sociedade romana, caracterizada pelo seu poder bélico. O chefe do Estado deveria oferecer segurança, provinda do poder bélico, para que assegurasse as reformas que promoveriam a renovação da *res publica*.

Observada essa postura, vemos os anos 31 a.C a 2 a.C serem marcados pelo acúmulo constante de magistraturas e honrarias a Otaviano. Em 28 a.C recebe o título de *princeps senatus*. Esse título tinha um objetivo unicamente honorífico. Concedia ao senador, usualmente o mais velho, o direito de ser o primeiro a falar em reuniões do Senado. A idade aqui era um argumento de sabedoria e conseqüentemente de autoridade. A partir de Otaviano, o título assume contornos mais políticos, servindo para designar o primeiro cidadão da república, maior em dignidade e autoridade perante os demais.

Em 27 a.C, é renomeado Augusto, nome que por si só já é uma descrição. Da mesma raiz que augúrio, nos dá um sentido de predestinado, podendo também significar majestoso ou venerável. Considerado um re-fundador da cidade, após ter acabado com os conflitos civis e restaurado a paz, foi lhe oferecido o cognome de Rômulo, recusado por ele, possivelmente devido ao status monárquico que tal nome carregava. Augusto agora consolidava seu poder através de *dignitas* e *auctoritas* superior a qualquer homem e digna dos próprios deuses, como podemos ver nessa passagem de Ovídio, que compara o nome Augusto à força do nome do deus Júpiter:

"Este (Augusto) tem um nome que iguala o do supremo Júpiter.
Aos locais santos os nossos antepassados chamam augustos.
Augustos são chamados os templos,
Consagrados ritualmente pela mão dos sacerdotes.
Da raiz desta palavra vem augúrio,
E tudo aquilo que Júpiter faz crescer pelo seu poder." ¹²⁶

¹²⁵ Ibidem, MARTINS; 2011, p.67.

¹²⁶ “*hic socium summo cum Iove nomen habet.
sancta vocant augusta patres, augusta vocantur
templa sacerdotum rite dicata manu:
huius et augurium dependet origine verbi
et quodcumque sua Iuppiter auget ope.*” Cf. (Ovídio, Fastos, 1, 608-612)

A comparação com Júpiter não é casual. Como já foi dito antes, Augusto se apropria da imagem de diversos deuses para solidificar a própria. A proximidade com Júpiter, ou Zeus torna evidente o papel de líder desempenhado por ele, pois a representação do Olimpo é confundida com a do próprio Senado, que tem em Júpiter o seu *pater* e líder.

Em 23 a.C, recebe magistraturas vitalícias, como *imperium proconsulare majus e a tribunicia potestas*. O primeiro lhe concedia o direito de governar as províncias imperiais junto com outros magistrados e o direito de indicar qualquer membro para a ordem equestre, além do poder militar supremo. Já *tribunicia potestas*, lhe assegurava o direito a veto das decisões do senado e a inviolabilidade jurídica, não podendo assim ser julgado, nem processado, os tribunos também eram os representantes diretos do povo, lhe permitindo convocar os comícios e o Senado.

Por essa época também, em 22 a.C, rejeita os cargos de ditador e cônsul vitalício, exercidos por seu pai, Júlio César. Nas *Res Gestae*, sua autobiografia política, Augusto afirma que: “Não aceitei a ditadura a mim, presente ou ausente, oferecida pelo povo e pelo senado, quando eram cônsules M.Marcelo e L.Arrúncio.”¹²⁷ e prossegue “Áquela mesma época não aceitei o consulado anual e vitalício a mim oferecido”¹²⁸.

O que se faz evidente nessa parte é a desvinculação com as ações de Júlio César. A imagem do seu pai vai ser lembrada e reverenciada durante toda a história do Império Romano, entretanto Augusto não mais necessita de se apoiar na autoridade da imagem e das decisões de César para exercer sua autoridade, sendo o próprio dotado de *auctoritas* equivalente ou superior. Nesse ponto é interessante para a composição da imagem de Augusto – que procurava desvincular sua política de molde monárquicos - se afastar da imagem política de César, morto como tirano, para inserir uma idéia de continuidade aos costumes republicanos, base da ideologia desse principado.

Em 2 a.C, Augusto recebe um título honorífico de pouca acepção política, mas que se torna muito importante dentro da ideologia Augustana – onde as principais bases políticas eram instauração da *pax romana* e da restauração da *res publica* - é nomeado *Pater Patriae*. Esse título tinha como objetivo honrar aqueles que tinham protegido a República em ocasiões importantes, o primeiro a recebê-lo foi Cícero, por ter condenado a conspiração de Catilina. O segundo foi Júlio César, ao fim da Guerra contra Pompeu. Augusto agora se erguia como o

¹²⁷ Cf. RG. V.

¹²⁸ Ibidem. RG. V.

protetor supremo, o *pater* da República, o representante da unificação do Estado romano após quase um século de constantes fragmentações devido às guerras civis¹²⁹. Ou seja, aquele que exercia um poder incontestável diante dos seus concidadãos¹³⁰. A personificação dos poderes do Estado na figura do governante é evidente nas palavras de Valério Messala: "Felicidades e êxito a ti e à tua família César Augusto. Ao falarmos, pois, assim, cremos confundir a eterna felicidade da República com a prosperidade de tua família. O Senado em pleno acordo com o povo romano te saúda Pai da Pátria"¹³¹.

Em 13 d.C, após a morte de Lépido, Augusto se torna *pontifex maximus*, cargo superior dentro da religiosidade romana. Agora o imperador também controlava os cultos religiosos e tinha o direito de nomear os nove membros responsáveis pelos quatro colégios sacerdotais. Investido de poder militar, político e religioso, o *princeps*, se aproximava cada vez mais da figura do *rex*, tão repudiada pela sociedade romana.

Além do objetivo de louvor, essas dignidades concedidas tinham o objetivo de legitimar o poder de Augusto perante o Senado, o povo e a lei romana, dotando-o de maior *dignitas* perante seus concidadãos. Após as inúmeras proscricções do triunvirato, dos confrontos armados contra os assassinos de César e das batalhas sangrentas pelo poder contra Antônio, Augusto, agora sem adversários políticos equivalentes, procurou por meios legais, se aproximar do poder supremo. Essa aproximação se deu de forma sutil e através de uma forte construção de uma ideologia de restauração de morais e costumes republicanos e de aproximação com os mitos fundadores.

Para conseguir o apoio do *populus romanus*, Augusto adotou uma política que aumentou o número de espetáculos circenses e alargou a distribuição de trigo, tirando dinheiro de seu próprio bolso. Diz Augusto em suas *Res Gestae*:

À plebe romana distribuí 300 sestércios da guerra por pessoa, cumprindo o testamento de meu pai, acrescentei em meu nome 400 sestércios, tirando-os da presa da guerra quando fui Cônsul pela quinta vez, mais tarde, durante meu décimo primeiro consulado, dei de presente 400 sestércios a cada um, tirando-os do meu patrimônio pessoal, enfim no décimo ano do meu poder tribunicio, pela terceira

¹²⁹ Ibidem. FAVRO; 1996, p. 128.

¹³⁰ Ibidem. SCULLARD; 1996, p. 218

¹³¹ Cf. Sue. *Aug.* LVIII.

vez distribui 400 moedas a cada um. Estes meus presentes foram distribuídos cada vez mais e não menos de 250.000 homens.¹³²

A rápida expansão territorial romana, entre os séculos III a.C e I a.C, acarretou profundas mudanças na vida e nos costumes dos romanos, levando a uma corrupção da *nobilitas*, profundamente denunciada em escritos dos séculos I a.C. Houve uma grande concentração de riquezas por um pequeno grupo, que passou a exigir padrões de vida que o modelo social tradicional dos romanos, instaurado sobre o trabalho agrícola, e fundamentado na rigidez e na humildade, não conseguiu satisfazer. Para Geza Alföldy o que houve foi uma desvalorização dos antigos costumes romanos em prol da abundância exagerada de um grupo seleto, erguida sobre o trabalho agrícola e militar de uma minoria¹³³.

Para Dante Tringali¹³⁴, o domínio sobre a Grécia e a absorção de costumes helênicos por parte dos romanos levou-os a viverem sobre dois princípios morais coexistentes, a moral romana, baseada na rigidez e na austeridade, e a moral grega, de caráter mais liberal, a escolha sobre qual princípio seguir era individual e livre. Augusto procurou promover leis que interferissem não só na questão matrimonial, mas na família como um todo. A *lex Iulia* proibia adolescentes de comparecerem a espetáculos públicos sem a presença de um adulto, e impediam as mulheres de frequentarem as apresentações esportivas e de tomarem os últimos assentos nos espetáculos de gladiadores, também restringiam as despesas extravagantes com coisas fúteis, tais como jóias, demasiados servos e grandes festas.

Devido à grande perda de cidadãos romanos durante o período de guerras civis, Augusto fez aprovar em 18 a.C a *lex Iulia de maritandis*, que obrigava todos os cidadãos romanos a se casarem. Proibindo, entretanto, o casamento entre homens e mulheres romanos com escravos ou libertos. O objetivo aqui era claro, perpetuar as tradições através dos casamentos entre romanos, mantendo dessa forma a pureza da linhagem.

Ao investir o Estado de poder para interferir no setor privado, há uma mudança nas relações interpessoais que cercam a sociedade romana. Dentro do novo sistema matrimonial, os cônjuges deveriam responder diretamente ao imperador, como súditos, e não mais apenas ao *paterfamilias*.

¹³² Cf. R.G. XV.

¹³³ ALFÖLDY, Géza. *A História Social de Roma*. Trad. Cary, Maria do Carmo. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 102.

¹³⁴ TRINGALI, Dante. Horácio, poeta da festa: *Navegar não é preciso*. SP: Musa Editora, 1995, p. 28.

A propagação de costumes gregos influenciou muitos romanos a se dedicarem a uma vida de pouco labor e muita luxúria. Nesse sentido, podemos notar que a ideologia do principado augustano, baseada na renovação, tenciona preservar os valores tradicionais e nacionais do povo romano e na ideia de soberania do Império. Essa ideologia fica clara nas palavras de Tito Lívio, historiador que viveu sob o governo de Augusto e foi diretamente influenciado pela política de renovação de costumes desse imperador:

“o povo romano não seja um povo divino, ou divinizado, é uma nação em linha com a vontade divina porque soube interpretá-la da melhor maneira. Bem se pode dizer que também pela sua inspiração religiosa os livros de Lívio correspondiam plenamente aos ideais de Augusto, (...) pois embora não seja uma história sacra de Roma, é certamente a história de uma cidade que de uma origem humilde torna-se, por desígnio divino, a senhora do mundo.”¹³⁵

Tal postura é equivalente à de Virgílio na composição da sua Eneida. Virgílio fazia parte do círculo de poetas que vivia sobre a proteção de Mecenas e conseqüentemente do próprio Augusto e da casa imperial. Durante a leitura da Eneida, poema sobre a fundação de Roma pelo herói troiano Enéias, podemos perceber diversas analogias ao programa de renovação cultural, promovido dentro da ideologia augustana de re-fundação. De acordo com Virgílio:

“Tu, Romano, a reger co’o império os povos
Te aplica: estas serão as tuas artes:
E impor as leis da paz, aos submetidos
“Perdoar clemente, e debelar soberbos.”¹³⁶

Assim, fica claro o objetivo da revolução cultural e religiosa promovida por Augusto; inserir dentro da sociedade romana um ideal de superioridade perante as outras nações. Dentro da ideologia augustana, o romano estava predestinado a ser senhor do mundo e a única coisa que poderia pará-lo, seria a corrupção moral e a perda de identidade, promovidas por ele mesmo. Essa postura é importante para lidar com a devastação moral e com as perdas humanas ocasionadas por mais de um século de conflitos civis. O governo de Augusto é um governo marcado pela paz, que buscou a estabilidade das estruturas internas e a consolidação de Roma como Império Mundial.

¹³⁵ Cf. SOLINAS, op. cit., p. 8

¹³⁶ Cf. VIRGÍLIO, 2004, p. 204, VI, 851-853.

Entendemos dessa maneira, que a historiografia apresenta em geral uma *imago* positiva de Augusto. Tal positividade se pauta primeiramente na política de paz, implantada por esse governante e que foi responsável por estabilizar as fronteiras do império e dar fim às Guerras Civis, que dizimaram diversas *gentes* romanas durante o século I a.C. A historiografia tende também a ver Augusto como um governante bom e justo, que agia em prol da *res publica*, mesmo concentrando diversas magistraturas e se tornando superior em *auctoritas*, *dignitas* e *potestas* do que qualquer outro cidadão romano de sua época.

4.0 O Historiador e o Imperador: Tácito e Augusto

Como pudemos notar no capítulo dois desse trabalho de monografia, o Imperador Augusto (27 a.C - 14 d.C.) é apresentado por grande parte das fontes antigas como um governante bom e justo, responsável por trazer paz e prosperidade ao império, ou seja, um modelo de *princeps*. Esta imagem se consolidou principalmente durante o século I d.C, mas se estendeu durante toda a longevidade do Império Romano – exemplo disso é que o ultimo imperador do Império Romano do Ocidente, quatro séculos depois (475 d.C) foi denominado Flávio Rômulo Augusto, em homenagem àqueles que foram considerados os três fundadores da cidade, Vespasiano e Augusto, vencedores de Guerras Civis e Rômulo, o fundador mítico de Roma.

O processo de constituição de Augusto como um *exemplum*¹³⁷ de governante é fruto de certa cultura literária, que não foi imposta, mas sim, assimilada por uma elite intelectual que compôs a maior parte das fontes escritas a qual temos acesso¹³⁸. Johnson analisa essa teoria através de aspectos antropológicos, etnográficos e linguísticos para concluir que essa elite tinha uma leitura comum daquilo que era publicado ou mesmo lido. Essa leitura, apesar de ser individual, era contextualizada em grupo, pela participação política intensa de seus leitores, conduzindo à formação de grupos dominantes que influenciavam os comportamentos sociais, políticos e culturais daquela sociedade.

O alemão Aloys Winterling assume também a existência de um círculo literário comum, onde os grupos políticos se degladiavam. Para Winterling a elite intelectual da época era indissociável da elite política – os aristocratas. Nesse sentido, as críticas presentes nas obras literárias e históricas, quanto à caracterização dos imperadores, era também indissociável do sucesso da comunicação entre *princeps* e aristocracia. Ou seja, se o imperador possuísse empatia com a maioria dos grupos de poder, controlando uma rede extensa de *amicitia* e se portando perante os senadores como um igual e não como um tirano, teria grandes chances de ser considerado um “bom governante” pelos círculos literários, passando essa idéia também à posteridade¹³⁹.

¹³⁷ Segundo Azevedo (2011, p. 35-40), a utilização de *exempla* são características da historiografia romana. Apresentando uma caracterização pautada na noção de indivíduo sua função na narrativa histórica é estimular a emulação, servindo como modelo de conduta para avaliação de ações presentes.

¹³⁸ Autores tais como, Virgílio, Ovídio, Horácio, Veléio Patérculo, Manílio, Sêneca (século I d.C) e Suetônio (século II d.C), destacam claramente em suas obras o elogio ao governo de Augusto.

¹³⁹ Ibidem. WINTERLING, 2012.

Assim, estamos em acordo quanto a existência de certa uniformidade no modo em que se transmitia e assimilava a história nessa época. Entretanto, essa uniformidade não pode ser tomada como unanimidade. Estamos atentos para as diversas visões presentes em um mesmo contexto, retirando a homogeneidade do discurso. Nesse sentido, devemos também concordar com as palavras de Fábio Fav ersani, quando esse afirma que em: “Um mesmo presente, o contexto de produção em outras palavras, não produz visões idênticas do passado.”¹⁴⁰

Tácito, é um exemplo disso, já que em seus escritos, retrata a figura de Augusto de uma forma um pouco diferente dos autores que o antecederam, em um registro que poderíamos dizer que foi marcado por certa duplicidade, ressaltando tanto os vícios, como as virtudes de seu governo. Entretanto, é indiscutível a dificuldade que o autor latino encontra em atacar de forma incisiva o Principado augustano, como faz com outros governos posteriores em seus escritos. Não seria interessante a Tácito desqualificar inteiramente a *imago* de Otaviano. Ao tornar Augusto medíocre, Tácito estaria retirando o propósito comparativo dado a utilização da *imago* desse *princeps*. Depois, mesmo que esse fosse o desejo de Tácito, seria extremamente difícil contradizer uma tradição literária de um século, que tinha Augusto como modelo. Assim, as críticas positivas e negativas a Augusto são feitas no mais das vezes de forma indireta – ainda que por vezes direta – e, essa é nossa hipótese, visam a elevar ou rebaixar aqueles que possuem um papel relevante em sua obra, tal como os imperadores Júlio-Cláudios, Trajano e Vespasiano.

Acreditamos que a opinião de Tácito sobre a figura de Augusto se relaciona diretamente com a sua visão sobre o principado e com o sentido que pretende dar às suas obras. Ele não compartilha totalmente das descrições feitas em outras fontes, nem nas moedas e estátuas, que descrevem Augusto como um *exemplum* de governante, nem repudia a imagem do *princeps*. A *imago* de Augusto nos escritos taciteanos se relaciona diretamente com aquilo que Tácito quer expôr em suas obras. Nesse sentido, a importância de uma análise da *imago* de Augusto em Tácito é clara, pois apesar do historiador latino não focar suas obras no governo do primeiro imperador romano, Augusto é uma chave de leitura importante para o que Tácito queria expôr. Nesse sentido, acreditamos que a obra de Tácito não pode ser lida como uma crítica empolgada das visões de um senador, aristocrata, membro da elite, a um regime que repreendia seu grupo, mas como um programa idealizado por Tácito que propunha

¹⁴⁰ FAVERSANI, Fábio. Aula Magna para o curso de História da Unipampa, campus de Jaguarão. *A escrita da História e as histórias dos antigos*. 2010.

uma maneira de interação entre os romanos, que determinariam significativamente os círculos de poder e privilégio dentro do Principado.

O debate historiográfico sobre esse tema se encontra ainda em aberto, já que a historiografia não chegou a um consenso sobre como Tácito vê o governo de Augusto. Parte dos historiadores que dissertaram sobre isso durante o século XX considera que Tácito pinta um retrato sombrio de Augusto, resultante de uma ideia preconcebida determinada pela decepção do historiador latino nas esperanças fomentadas em Trajano, e uma consequente decepção com o próprio Principado como regime político¹⁴¹. Para esses historiadores, a tentativa de condenar o próprio Principado é intrinsecamente ligada à crítica feita aos imperadores.

J. Béranger¹⁴² afirma que Tácito apresenta Augusto e Tibério de um modo desfavorável. Entretanto, para ele, a condenação desses príncipes não implica necessariamente uma condenação do regime imperial e considera que Tácito, em condenação aos malvados príncipes, tinha a intenção de encorajar os bons imperadores. Outra linha historiográfica partilha a opinião de que o destino de Augusto foi diminuído nas páginas de Tácito, tendo em vista a elevação do Principado de Trajano. A tendência geral desses estudos é aquela marcada por Willrich, que quer dizer que Tácito foi hostil a respeito do fundador do principado.

Para Sir Ronald Syme, Tácito desconfia profundamente do principado de Augusto, assimilando os ideais de *res publica restituta*, *pax* e *concordia*, como um discurso retórico, que servia para disfarçar um regime tirânico, marcado por uma plebe frívola e uma aristocracia servil. Para o historiador neo-zelandês, Tácito utiliza-se da *imago* de Augusto para fazer uma crítica ao regime imperial¹⁴³. Já para A.J. Woodman a construção que Tácito faz de Augusto é meramente retórica, ou seja, a preocupação de Tácito em sua obra não é retratar Augusto, tal como ele foi, ou sua opinião sobre o mesmo, mas sim empregar a *imago* de Augusto para elevar ou rebaixar outros personagens, como mera ferramenta comparativa¹⁴⁴.

Nesse capítulo temos a intenção de retomar a discussão levando em conta a ordem cronológica das obras de Tácito. Desse ponto de vista, consideraremos a seguinte ordem: *Agrícola*, *Germânia*, *Diálogos dos Oradores*, *Histórias* e *Anais*. As considerações sobre

¹⁴¹ Ver: Willrich, 1927; Lenchantin, 1938, pp. 337-345; Klingner, 1953, Martin, 1955.

¹⁴² Ibidem. BÉRANGER. 1960.

¹⁴³ Ibidem. SYME, 2002.

¹⁴⁴ Ibidem. WOODMAN, 1988.

Germânia, onde o nome de Augusto não é mencionado nem uma vez e em *Agrícola*, onde só é mencionado uma vez, serão discutidas em um só subcapítulo, pois apesar de serem compreendidas como importantes para o compreendermos nosso estudo em sua amplitude, são aquelas em que Tácito menos se utiliza da *imago* de Augusto.

Tendo em vista esse cenário, este capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “A Imagem de Augusto em Tácito”, visa ao estudo de como as *imagines* de Augusto estabelecidas por Tácito, estão inter-relacionadas entre si, compondo um conjunto desarticulado de virtudes, vícios e *exempla*, mas que se tornam importantes para entendermos o direcionamento político que Tácito queria dar às suas obras. Nossa hipótese é que diversas imagens idealizadas – positivas e negativas - de Augusto, primeiro imperador romano, foram utilizadas no século II como uma tentativa de direcionar o imperador Trajano, a constituir um governo que atendesse às necessidades de “bom governante” segundo os preceitos que interessavam à aristocracia senatorial da época.

4.0.1 Entre a liberdade e a barbárie: Augusto em Germânia e Agrícola.

Tanto *Germania* quanto *Agrícola* são essenciais para entendermos o pensamento taciteano. Nessas obras, podemos observar um recorrente processo de corrupção dos valores romanos, em que os indivíduos buscavam – por meios obscuros – alcançarem lugares mais perto do centro de poder, sacrificando o conjunto, em prol daquilo que era egoísta e individual. Sob o Principado de Nerva, tal condição começava a se modificar, o processo, entretanto era lento. Diz Tácito:

O certo é que, pela natural debilidade humana, mais tarde são os remédios do que os males; assim, pois, como nossos campos crescem com lentidão e rápidos se extinguem, assim também mais facilmente se oprimem do que restabelecem o talento e o estudo; efetivamente, da própria inércia vem agrado e inação, odiada primeiro, depois se deseja¹⁴⁵.

A menção que Tácito faz a Augusto em *Agrícola* se encontra no terceiro versículo do capítulo treze, e diz que “Negligenciou-se a Bretanha quando vieram as guerras civis e as

¹⁴⁵ *natura tamen infirmitatis humanae tardiora sunt remedia quam mala; et ut corpora nostra lente augescunt, cito extinguuntur, sic ingenia studiaque oppresseris facilius quam revocaveris: subit quippe etiam ipsius inertiae dulcedo, et invisae primo desidia postremo amatur.* Cf. *Agric.* III (trad. JOLY: 2004, p.58).

armas foram viradas contra a *res publica*, e até mesmo na longa paz que o divino Augusto chamou de diplomacia, Tibério de ordem¹⁴⁶.

Quanto a isso, convém destacar uma crítica. Em nossa opinião, Tácito vê na *pax Augusta* uma oportunidade perdida. O imperador Augusto teve poder e oportunidade para aumentar os domínios de Roma, mas se recusou. Isso pode ser encarado como uma comparação a imperadores militares posteriores, tal como Vespasiano e Trajano. A figura do imperador/general é inserida como modelar no contexto do século II d.C, e o fato de Trajano ser um exímio militar é bastante explorada por Tácito como uma qualidade, tanto disciplinar, quanto política.

Em contraste, é destacada a diferença entre Augusto e Tibério quanto ao trato com as pessoas. Enquanto o primeiro exerce o *consilium*, tal como um governante justo, que têm uma relação de igualdade com as demais entidades de poder, as ações do segundo são marcadas pela *praeceptum*, que estabelece um sentido de ordem, própria dos tiranos. Tal visão, que admite certa liberdade de ação durante o principado de Augusto é recorrente durante toda a obra de Tácito.

Com isso, Tácito nos indica que durante o principado de Augusto, se agia ainda com *libertas*, enquanto no principado de Tibério – muito devido às duras políticas de proscrisão praticadas através da *lex maiestas* – os cidadãos foram levados a uma condição mais servil perante o poder do *princeps*. Nesse sentido, a paz era, para Tácito, maléfica, já que levaria à *inertia*, e conseqüentemente à servidão (*seruitus*)¹⁴⁷. A discussão sobre *seruitus/libertas* é também um tema da *Germania*, tal como foi abordado no capítulo um desse trabalho. Essa obra acaba por não tratar de Augusto em nenhum de seus capítulos, opção fácil de entender, dado tanto ao caráter etnográfico da mesma como a pretensão de Tácito ao escrevê-la. Entretanto, *Germania* se torna importante para compreendermos a visão de um aristocrata romano sobre a dinâmica social dos germânicos - sociedade estatificada pelo valor – e como esse autor a contrasta com a romana - definida através de relações sociais.

Entendemos que *Germânia*, assim como Agrícola quanto à descrição da Bretanha, nos apresenta uma importante visão de como Tácito, representante de uma aristocracia provincial que se tornava cada vez mais eminente no império, via outros povos provinciais,

¹⁴⁶ (grifo nosso). *Mox bella civilia et in rem publicam versa principum arma, ac longa oblivio Britanniae etiam in pace: consilium id divus Augustus vocabat, Tiberius praeceptum*. Cf. Tac. Agric. XIII. 3.

¹⁴⁷ Ibidem. JOLY; 2004, p.58

que, entretanto haviam recebido a influência romana com intensidade tardiamente. Além disso, essas obras são essenciais para compreendermos como Tácito expõe conceitos-chaves – tal como *libertas* e *seruitus* – para a compreensão de seu pensamento.

4.0.2 O Discurso do Poder: A imagem de Augusto no “Diálogo dos Oradores”.

Em *Diálogo dos oradores*, Tácito menciona o nome de Augusto por nove vezes¹⁴⁸. Messala insere Augusto entre as principais personalidades da História de Roma, educado através de preceitos tradicionais, indispensáveis para a formação moral e política do homem romano, tornando-o capaz de fazer frente a suas responsabilidades como cidadão¹⁴⁹. Já Aper cita o primeiro imperador romano, ao longo de uma cronologia do principado, abordando sumariamente imperadores de Augusto a Vespasiano. O que se mostra estranho no discurso de Aper é que Tácito não faz nenhuma crítica direta a esses imperadores, que a tradição literária, em que o próprio Tácito se insere, qualifica de forma pejorativa.

Tal posição é também notada quando levamos em consideração a imagem de Augusto na obra. Percebemos que o sentido do verbo *rego*¹⁵⁰ que é utilizado por Aper¹⁵¹, em Tac.*Dial.*17.2, para designar o governo de Augusto – apesar de não ser incomum na utilização da designação dos *princeps*¹⁵² – nos faz acreditar que o historiador considera esse último como um bom imperador, já que o mesmo nos dá uma impressão de uma direção justa e boa. A titulação de Augusto como *diuus*, mediante a recusa do mesmo ao direcionar esse título a Cláudio e Vespasiano é um fato que não podemos deixar de notar nesse sentido.

Em Tac.*Dial.*27.2, Materno diz: “Vamos, e visto que falas dos antigos, usa a antiga liberdade, da qual mais degeneramos do que da eloquência”¹⁵³. Em outra fala, em um longo discurso, Tácito, sob a voz de Materno afirma que:

Também a nossa Cidade, enquanto andou sem rumo, enquanto se arruinou com dissensões e discórdias, enquanto não houve paz alguma

¹⁴⁸ Ver: Tac.*Dial.* XIII, 1-3 (3); Tac.*Dial.* XVII (4); Tac.*Dial.* XXVIII,5; Tac.*Dial.* XXXVIII, 2.

¹⁴⁹ Tac.*Dial.*XXVIII, 5.

¹⁵⁰ Dirigir de maneira justa, boa. Ibidem. HORNBLLOWER & SPAWFORTH, 1996.

¹⁵¹ “(...) *diuus Augustam rem publicam rexit*”. Cf. Tac.*Dial.*XVII, 2. (grifo nosso).

¹⁵² Ibidem. MAYER, 2001, p. 142.

¹⁵³ “*Perge*” inquit Maternus “*et cum de antiquis loquaris utere antiqua libertate, <a> qua vel magis degeneravimus quam ab eloquentia.*” Cf. Tac.*Dial.* 27.3.

no foro, concorrida alguma no Senado, moderação alguma nos tribunais, respeito algum pelos superiores, barreira alguma aos magistrados, produziu sem dúvida uma eloquência mais forte, exactamente como um campo inculto tem mais vigorosas plantas.¹⁵⁴

Nesse ponto o debate em torno figura do imperador fica evidente. A estabilidade e centralidade que a presença do governante trazia à sociedade influenciavam diretamente na qualidade do discurso. Um contexto cercado de atribuições levava ao florescimento natural de discussões, e a uma maior qualidade no discurso oratório. Um regime de muitos, levaria a uma maior disputa de poder e a um conflito civil. Isso conseqüentemente, significava que o poder de persuasão do indivíduo sobre o povo era mais relevante.

Para Sailor¹⁵⁵, a obra evidencia diretamente a relação direta entre *libertas* e *eloquentia* como uma característica dos tempos republicanos. Já Fábio Duarte Joly¹⁵⁶, ao analisar as palavras de Secundo, reconhece que o regime instaurado por Augusto, ao estabelecer a paz, acarretou o declínio da eloquência, mas afirma que foi melhor assim, pois restabeleceu a ordem¹⁵⁷.

A postura de Augusto e sua forma de governar acabaram segundo Tácito, por influenciar as mudanças verificadas na oratória durante o século I, quando comparada aos tempos que antecederam o advento do Principado. Aqui, fica evidente que Tácito não foca sua obra no declínio da oratória, mas sim nas vicissitudes que essa forma de expressão sofreu no primeiro século depois de Cristo, tal como os homens que viveram sobre esse tempo. Segundo Tácito a oratória no principado de Augusto era influenciada pelo fato de que a “(...) longa tranquilidade da época, o continuado ócio do povo, a constante tranquilidade do Senado e, sobretudo, a disciplina do príncipe haviam apaziguado tanto a eloquência como todo o resto.¹⁵⁸” Aqui *otium*, *tranquillitas* e *disciplina* aparecem como características dos protagonistas do jogo político romano nessa nova era. Afinal, como diz Materno em *Dial*, 17, 3: “Quem ignora que desfrutar da paz é melhor do que ser atormentado pela guerra?¹⁵⁹”

¹⁵⁴ *Nostra quoque civitas, donec erravit, donec se partibus et dissensionibus et discordiis confecit, donec nulla fuit in foro pax, nulla in senatu concordia, nulla in iudiciis moderatio, nulla superiorum reverentia, nullus magistratuum modus, tulit sine dubio valentiorum eloquentiam, sicut indomitus ager habet quasdam herbas laetiores.* Cf. Tac. *Dial.* 40.2, 4.

¹⁵⁵ Ibidem SAILOR, 2009.

¹⁵⁶ Ibidem. JOLY; 2009, p.32.

¹⁵⁷ Tac. *Dial.*, XXVII, 2-5.

¹⁵⁸ (Grifo Nosso). *postquam longa temporum quies et continuum populi otium et assidua senatus tranquillitas et maxime principis disciplina ipsam quoque eloquentiam sicut omnia alia pacaverat.* Cf. Tac. *Dial.* XXXVIII, 4.

¹⁵⁹ (Grifo Nosso). *Quis ignorat utilius ac melius esse frui pace quam bello vexari.* Cf. Tac. *Dial.* XXXVII, 3.

Durante um de seus discursos, Materno, afirma que Virgílio teria usufruído tanto quanto Augusto da simpatia e do respeito do povo¹⁶⁰, algo que a utilização da palavra *testis*¹⁶¹, acaba por garantir. Nesse sentido, entendemos que a observação de Materno diz respeito a Virgílio, mas intrinsecamente visa também a Augusto, como símbolo do líder popular. É o que nos diz Tácito:

(...) prefiro o seguro e quieto retiro de Virgílio, em que, todavia, lhe não faltaram nem o favor do divino Augusto, nem a fama junto do povo. Disto são testemunhos as cartas de Augusto, disto é testemunho todo o povo que, ao ouvir no teatro versos de Virgílio, se levantou todo e homenageou Virgílio, que por acaso estava presente, quase como se fosse Augusto¹⁶².

Algo que se torna intrínseco em Tac. *Dial*, 13, 1-2 é a possibilidade de um cidadão comum, um poeta, tal como Virgílio em se elevar perante o povo, sem que despertasse a ira ou a inveja do *princeps*. Tácito destaca um claro elogio ao comportamento de Virgílio - *securum* e *quietum* – um exemplo, tanto para aqueles que exerciam a liberdade com liberalidade, quanto para aqueles que eram dominados pela servidão. A presença de pessoas louváveis tal como Virgílio – e Agricola na *laudatione funebris* que faz ao mesmo – só é permitida diante de um bom governante, que mantivesse a ordem, mesmo diante do exercício da *libertas* por seus concidadãos.

No epílogo de seu discurso Materno caracteriza o principado de Augusto de uma maneira que suscita diversas interpretações¹⁶³. Segundo Ceauescu, Materno, tendo em vista sua propensão pela vida tranquila e contemplativa, considera lazer (*otium*), tranquilidade (*tranquillitas*) e repouso (*quies*) indispensáveis a tal existência, realizável apenas pela “*maxima principis disciplina*”¹⁶⁴. Dessa forma, a *pax romana*, instituída por Augusto, que poderia ser benéfica do ponto de vista de Materno, pois os líderes políticos durante o período da República haviam se mostrado incapazes de por um fim a uma situação de conflito que se tornou intolerável.

¹⁶⁰ Tac. *Dial*. XIII, 1-2.

¹⁶¹ Ibidem. MAYER, 2001, p. 128.

¹⁶² *malo securum et quietum Virgilii secessum, in quo tamen neque apud divum Augustum gratia caruit neque apud populum Romanum notitia. Testes Augusti epistulae, testis ipse populus, qui auditis in theatro Virgilii versibus surrexit universus et forte praesentem spectantemque Virgilium veneratus est sic quasi Augustum.* Cf. Tac. *Dial*. XIII, 1-2. (grifo nosso).

¹⁶³ Tac. *Dial*. XXXVIII, 2.

¹⁶⁴ Segundo Mayer (2001, p. 206), a *principis disciplina* era responsável por manter a ordem no império.

Apesar da diversidade de ideias que separam os interlocutores do *Dialogus* seus julgamentos sobre Augusto são semelhantes: todos, em particular Materno, são favoráveis a ele. Ceauescu afirma que embora Tácito não pretenda se pronunciar a respeito das questões abordadas ao longo desse diálogo, ele exprime sua própria opinião através do discurso emprestado a Materno. É Materno quem apresenta, em um longo monólogo, a necessidade do poder centralizado na figura do *princeps*, tendo em vista a manutenção da ordem dentro do cenário político romano. O discurso de Materno, maior do que as intervenções dos outros interlocutores, não provoca nenhuma réplica de sua parte e fecha o diálogo, o que dá uma aparência de conclusão.

A importância da oratória no texto taciteano é frisada por Fidel Pascua Vélchez em seu artigo "Os Imperadores Júlio Claudianos e a oratória através de Cornélio Tácito, Anais XIII, 3: *O Funeral de Cláudio*"; no qual estuda como a capacidade oratória é utilizada por Tácito para qualificar o declínio do governo Julio-Cláudio. Em *Ann.* XIII, 3, afirma Tácito:

“Pois o ditador César estava ao mesmo nível dos melhores oradores; e Augusto tinha uma eloquência pronta e fluente quanto corresponde a um príncipe; Tibério também cultivava esta arte de medir as palavras, era tanto eficiente para as opiniões quanto ambíguo na intenção; até a mente perturbada de Calígula não prejudicou sua veemência ao discursar; em Cláudio, você não poderia reclamar da elegância, desde que tratasse algo preparado. Nero voltou constantemente seu vigoroso caráter a outras coisas quando criança: riscar, pintar, praticar cantos ou montar a cavalo e, frequentemente, mostrava qualidade compondo poemas.¹⁶⁵”

Aqui, percebemos que César é aquele que mais se destaca, tanto no valor das ações como no discurso. Notamos que é ele, Gaius, e não Augusto é o modelo de Tácito. Trata-se de uma posição coerente com o objetivo da obra *Anais*, de louvar o governo de Trajano em contraposição aos viciosos Júlio-Claudios. Nesse sentido, a valorização de um modelo de Imperador-General; um homem da política e da Guerra, que governava com força e intelecto através de uma disciplina militar austera, fazia grande sentido.

¹⁶⁵ *nam dictator Caesar summis oratoribus aemulus; et Augusto prompta ac profluens quaeque deceret principem eloquentia fuit. Tiberius artem quoque callebat, qua verba expenderet, tum validus sensibus aut consulto ambiguus. etiam C. Caesaris turbata mens vim dicendi non corrumpit; nec in Claudio, quotiens meditata dissereret, elegantiam requireres. Nero puerilibus statim annis vividum animum in alia detorsit: caelare pingere, cantus aut regimen equorum exercere; et aliquando carminibus pangendis inesse sibi elementa doctrinae ostendebat. Cf. Tac. Ann. XIII, 3. (grifo nosso).*

Ao decorrer da passagem, o modelo de César é sucedido por Augusto possuidor de um uma oratória fluente e ágil, que satisfaz a sua função de *princeps*, mas deixa a desejar em questões estéticas; Seguindo a linha de sucessão - e também de declínio - notamos que as palavras de Tibério faz com que ele seja considerado *validus*, mas *ambiguus*. Ou seja, Tibério apresenta um discurso de autoridade, mas que se mostra contaditório. Calígula apresenta uma oratória enérgica, mesmo tendo o seu estado mental desequilibrado. Temos em Cláudio, gago e coxo, discursos deselegantes, apesar de dotados de coerência e praticidade. Por fim, estabelece-se em Nero um declínio completo da capacidade oratória dos governantes Julio-Claudio, já que o mesmo não se preocupou em praticá-la, dedicando-se a outras atividades.

Tácito elogia a qualidade de Augusto como orador, colocando sua forma de eloquência como exemplar para o desenvolvimento das funções de *princeps*. Um outro elogio que nos fica implícito a Augusto nessa obra pode ser percebido quando Tácito destaca o papel das grandes matronas romanas na formação de homens de valor. Para Tácito, a educação familiar era basilar para o desenvolvimento do caráter. Augusto, ainda Otávio, foi devidamente educado sob os olhos de sua mãe, segundo destaca Tácito: “(...) Cornélia, que Aurélia, que Ácia, vieram, como mães, dirigindo a educação dos Gracos, de César e de Augusto e assim criaram filhos notáveis¹⁶⁶”. Destacando a qualidade da educação de Augusto, e o colocando ao lado de outros romanos notáveis, Tácito acaba por admitir as suas qualidades e feitos.

Tendo em vista o que foi trabalhado no capítulo 1 deste estudo e na análise acima podemos concluir que em *Dialugus Oratoribus* a posição de Tácito na obra, se relaciona diretamente com a sua ativa participação política e literária. Tácito não poderia desqualificar a oratória de seu tempo, pois desqualificaria consequentemente a qualidade de seu discurso. Ao admitir que no contexto do principado poderia existir grande eloquência, mesmo com a sombra do *princeps*, o autor latino admite a presença de romanos notáveis, tal como seu sogro Agrícola, ao mesmo tempo em que insere um modelo de cidadão romano no contexto do século II e abre espaço para a inserção de si mesmo nesse grupo exemplar.

O caráter positivo, intrínseco à *imago* de Augusto nesse sentido, é essencial para que Tácito fundamente sua visão de que houve uma metamorfose – e não uma decadência - do discurso, ocasionada pelo *otium*, da *pax* promovida por esse *princeps*. Apesar de deixar a eloquência menos incisiva, o papel assumido por Augusto - ao acumular maior *auctoritas* que

¹⁶⁶ *Sic Corneliam Gracchorum, sic Aureliam Caesaris, sic Atiam Augusti [matrem] praefuisse educationibus ac produxisse principes liberos accepimus. Cf. Tac. Dial. XXVIII, vers 5.*

seus concidadãos - foi necessário para a sobrevivência do império. O primeiro *princeps*, apesar de não ser o modelo de governante tomado por Tácito quanto a esse aspecto (Júlio César assume esse papel), é aqui apresentado como um *exemplum*, no sentido de ter exercido perfeitamente o papel que lhe foi dado no império, intermediando o conflito e promovendo estabilidade e ordem. Entretanto podemos perceber uma crítica implícita e que se tornará evidente nas *Histórias*; a transmissão hereditária do governo da *res publica*, que levou à manutenção da família Julio-Claudia no poder, como uma forma de degradação progressiva da ordem.

4.0.3 *Res publica restituta*: A Imagem de Augusto nas *Histórias*

Em *Histórias* Tácito procurou fazer uma análise do período de Guerra Civil que levou Vespasiano ao poder. Através de um discurso marcado pela renovação e por uma esperança implícita, Tácito procura valorizar a recuperação da *res publica* através de Vespasiano e a expectativa de tempos melhores com os governos de Nerva e Trajano. A obra também é considerada pela historiografia como uma forma de Tácito louvar os governantes de seu tempo¹⁶⁷, procurando constituir uma história de *exempla*, em que modelos corrupção, servem como antítese para a constituição de um bom governante. Tais modelos, tanto nas *Historiae*, como nos *Annales*, são os *principes* Julio-Cláudios. Procuraremos dessa forma, analisar a Imagem de Augusto nas *Histórias*, tendo em vista a crítica direcionada de Tácito as consequências do governo Julio-Claudio.

Histórias, diferentemente daquilo que veremos posteriormente nos *Anais*, não tem o imperador e a casa imperial como protagonistas. O foco de Tácito, em muito devido à instabilidade política e à mobilização de tropas acontecer nas províncias, se dá nos exércitos e em seus generais. Nesse sentido, Roma também deixa de ser o cenário principal da narrativa, que se desloca para as províncias e para organização militar das legiões provinciais.

Observamos que, para Tácito, o clima de desordem e corrupção moral que envolve esses conflitos civis e se estende pelos breves governos de Galba, Oto e Vitélio é como uma extensão da degradação sofrida durante o século I, sob domínio dos imperadores Júlio-Cláudios, e que se torna insustentável no governo de Nero. O processo de reestruturação moral e política só vai ser iniciado, de forma lenta, pela chegada de Vespasiano ao poder. No

¹⁶⁷ Tac. *Hist.*, I, 1, 4; Tac. *Agri.* III.

prefácio da obra, Tácito afirma: “Empreendo a história de uma época fértil em desastres: batalhas atrozes, sedições, crueldade até mesmo na paz.”¹⁶⁸ E prossegue:

“Roma presa das chamas, templos antiquíssimos destruídos. O Capitólio incendiado pelos próprios cidadãos, a religião profanada, adultérios escandalosos; os mares cobertos de exilados, os rochedos manchados de sangue. Na cidade, violências ainda mais terríveis: a nobreza, os bens, as honras, a própria recusa destas, eram considerados como crimes e a morte assegurada à virtude, os delatores encorajados com recompensas tão abomináveis quanto o seu delito, partilhando entre si como despojos, uns o sacerdócio e os consulados, outros os governos das províncias, o poder no interior, assaltando tudo; os escravos armados contra seus senhores, por ódio ou por temor; os libertos contra seus patrões e os que não tinham inimigos eram sacrificados pelos próprios amigos¹⁶⁹.”

Podemos ver que o tom da obra é de pessimismo. Entretanto, *Histórias* é marcante no conjunto de obras de Tácito, pois, assim como em *Agrícola* ou *Diálogo dos Oradores*, transparece a esperança do autor quanto à melhoria dos tempos vindouros. Isso fica evidente quando o mesmo afirma que: “Reservo minha velhice, se lá chegar, a um assunto mais fértil e menos perigoso, a história dos reinados do divino Nerva e de Trajano, tempos felizes e raros, nos quais se pode pensar livremente e dizer o que se pensa.”¹⁷⁰ Com isso podemos perceber que Tácito acredita em uma era de ouro no império, desolado por tantas desgraças e provações. Tal era começa a se moldar sob a presença de Vespasiano, que extingue os conflitos civis, mas tem uma ruptura drástica causada pelos flagelos da sucessão familiar, que coloca Tito e Domiciano no poder e atinge forma através do governo de Nerva e Trajano.

¹⁶⁸ *Opus adgredior opimum casibus, atrox proeliis, discors seditionibus, ipsa etiam pace saevum. quattuor principes ferro interempti: trina bella civilia, plura externa ac plerumque permixta (...)*Cf. Tac. *Hist.* I, 2, 1.

¹⁶⁹ *haustae aut obrutae urbes, fecundissima Campaniae ora; et urbs incendiis vastata, consumptis, antiquissimis delubris, ipso Capitolio civium manibus incenso. pollutae caerimoniae, magna adulteria: plenum exiliimare, infecti caedibus scopuli. atrocius in urbe saevitum: nobilitas, opes, omissi gestique honores pro crimine et ob virtutes certissimum exitium. nec minus praemia delatorum invisae quam scelera, cum alii sacerdotia et consulatus ut spolia adepti, procurationes alii et interiorem potentiam, agerent verterent cuncta odio et terrore. corrupti in dominos servi, in patronos liberti; et quibus deerat inimicus per amicos oppressi.*Cf. Tac. *Hist.* I,2,3

¹⁷⁰ *quod si vita suppeditet, principatum divi Nervae et imperium Traiani, uberiorem securioremque materiam, senectuti seposui, rara temporum felicitate ubi sentire quae velis et quae sentias dicere licet.*Cf. Tac. *Hist.* I,1,4.

O nome de Augusto é citado por dezenove vezes¹⁷¹ em *Histórias*. Algumas dessas passagens em especial chamam nossa atenção. A primeira delas se encontra ao fim do primeiro livro, em uma digressão, onde Tácito afirma que: “Desde que o divino Augusto constituiu a *res caesarum* (governo dos césares), a guerra era externa e feita pelo povo romano ao anseio ou glória de um só homem; sob Tibério e sob Caio perdurou uma *pacis adversa* na *res publica*”¹⁷².

Esta passagem nos dá a impressão que a política da casa imperial (*res Caesarum*) era mais importante que a da própria República (*res publica*), ou seja, que a política imperadores foi contornada por motivos familiares e pessoais. Tácito condena nas *Histórias* a inserção dos interesses da *res Caesarum* em assuntos referentes à *res publica*. Na sequência da obra fica evidente que a política imperial foi direcionada contra o interesse público e a favor da manutenção da família Julio-Cláudia no poder, características de governos monárquicos. Assim, exprime claramente uma crítica ao modelo de sucessão criado por Augusto. Essa crítica também é vista nos *Anais*¹⁷³.

Visto pela cultura historiográfica e literária da época como o restaurador da *res publica* e tendo dentre seus principais feitos a manutenção da paz e a estabilidade das fronteiras do Império, Augusto fez disso sua principal “propaganda”. Tendo em vista esse dado, outra parte da citação acima que nos chama atenção é a que menciona a “*pax adversa*”. Nela, Tácito contesta o regime de paz sob o qual viveu a *res publica* entre 14 d.C e 64 d.C. Tácito contraria a principal base do poder do *princeps*, a paz. Entretanto, só o faz a partir do governo de Tibério. Sob Augusto podemos perceber superficialmente, nessa passagem, a existência de um período de uma paz real, admitida pela concordância entre os pares ao se lutar pela glória do *princeps* e da *res publica*. Entretanto, devemos destacar que Tácito, ao afirmar que Augusto foi louvado pelo *populus*, não demonstra de forma nenhuma simpatia. Fábio Duarte Joly denomina tal pensamento como uma “racionalidade servil”¹⁷⁴. Expressa através do vulgo de escravos – e essa condição não escaparia a boa parte do *populus* - em que, não por amor, ou por medo, mas por pura adulação e sevidão, acaba por se curvar perante todas as decisões do *princeps*. Tendo em vista que Tácito era um aristocrata, sua visão sobre a

¹⁷¹ Tac. *Hist.*, I, 11; Tac. *Hist.*, I, 15 (2); Tac. *Hist.*, I, 18; Tac. *Hist.*, I, 47; Tac. *Hist.*, I, 50; Tac. *Hist.*, I, 89; Tac. *Hist.*, I, 90; Tac. *Hist.*, II, 76, 2-3; Tac. *Hist.*, II, 80, 1-2; Tac. *Hist.*, II, 89; Tac. *Hist.*, II, 90; Tac. *Hist.*, III, 66, 2-3; Tac. *Hist.*, IV, 17, 3-4; Tac. *Hist.*, IV, 23, 1-2; Tac. *Hist.*, IV, 48, 1; Tac. *Hist.*, IV, 57, 2; Tac. *Hist.*, V, 9, 1-2.

¹⁷² (grifo nosso) nam ex quo divus Augustus res Caesarum composuit, procul et in unius sollicitudinem aut decus populus Romanus bellaverat; sub Tiberio et Gaio tantum pacis adversa [ad] rem publicam pertinere. Cf. Tac. *Hist.*, I, 89.

¹⁷³ Tal problema fica evidente em Tac. *Ann.* 46.3.

¹⁷⁴ Ibidem. JOLY; 2004, p.71

plebe era no mínimo preconceituosa. Ao contestar a paz, trazida pelo advento do Principado, Tácito exprime sua hostilidade ao governo Julio-Cláudio.

Em contraste a isso, logo no início do texto, no diálogo do imperador Galba com Pisão Liciniano no qual o *princeps* diz que “(...) Augusto procurou um secessor em sua casa, eu o procuro na República; não que me falem parentes e companheiros de armas, mas não aceitei o império por ambição, e para prová-lo, prefiro-vos aos meus parentes e até mesmo aos vossos¹⁷⁵”. Em uma crítica direta a Augusto, Tácito aceita durante o capítulo a atitude de Galba como louvável. Ao retirar o poder das mãos de uma só família, abre-se espaço para que os melhores cidadãos possam se destacar sob o olhar do *princeps*, permitindo que a *res publica* cresça em valor e dignidade. Entretanto, era uma política sucessória ineficaz perante a corrupção, inveja e mesquinha da elite – tendo em vista que Oto, tido por Tácito como vicioso, acabou por tomar o poder antes que a posição de Liciniano tivesse sido solidificada como novo César.

Dado seu próprio contexto, o retrato de uma sociedade corrompida pelos seus próprios indivíduos é recorrente na narrativa das *Histórias*. Em Tac. *Hist*, I, 50, após a vitória de Otto, perante o desespero de uma nova revolta - dessa vez comandada por Vitélio - Tácito afirma que o *populus*, comparava o momento com o dos conflitos civis do século I a.C e sofria com a perspectiva de ter de louvar homens de pouco valor – tais como Oto e Vitélio- quando comparados a Pompeu e Bruto ou Júlio César e Augusto. Afirma o autor que:

Vira-se o mundo quase destruído, quando até mesmo os homens honestos disputavam entre si o poder. Mas pelo menos as vitórias de Julio César e Augusto haviam permitido o império a subsistir; sob Pompeu e Bruto, a república ter-se-ia mantido. Mas agora, seria por Oto e por Vitélio que o povo se dirigiria aos templos? Tanto num, quanto noutro caso, as preces seriam ímpias e as promessas abomináveis (...) ¹⁷⁶

Histórias é uma obra que destaca de forma positiva a continuidade do *principatus*, após o conflito civil de 69 d.C, que culminou com a ascensão de Vespasiano ao poder e a fundação da dinastia Flávia. Podemos notar que em *Dialogus*. Aper apresenta através de um

¹⁷⁵ *sed Augustus in domo successorem quaesivit, ego in re publica, non quia propinquos aut socios belli non habeam, sed neque ipse imperium ambitione accepi, et iudicii mei documentum sit non meae tantum necessitudines, quas tibi postposui, sed et tuae.* Cf. Tac. *Hist*. I, 15, 3.

¹⁷⁶ *prope eversum orbem etiam cum de principatu inter bonos certaretur, sed mansisse G. Iulio, mansisse Caesare Augusto victore imperium; mansuram fuisse sub Pompeio Brutoque rem publicam: nunc pro Othone an pro Vitellio in templa ituros? utrasque impias preces, utraque detestanda vota inter duos, quorum bello solum id scires, deteriore fore qui vicisset.* Tac. *Hist*, I, 50

ponto de vista favorável o principado de Vespasiano (*felix principatus*¹⁷⁷). Essa visão parece ser recorrente também durante *Historiae*. Apesar de criticar o modelo de sucessão hereditária, estabelecido por Augusto e continuado por Vespasiano, fica marcada uma diferença entre esses dois imperadores: Vespasiano soube escolher seu sucessor - Tito – que promoveu um bom governo, diferentemente de Tibério, muito criticado nos *Anais*. Vemos que em *Histórias* em nenhum momento Tácito contestar diretamente as decisões de Augusto, nem sua imagem – a qual ele insere em um patamar elevado - mas ele acaba por estabelecer críticas consistentes nas consequências a longo prazo das decisões, leis e ações sob o Principado Augustano.

4.0.4 *Bonus princeps, malus princeps*: A imagem de Augusto nos “Anais”

“Por isso meu plano de transmitir poucas coisas sobre Augusto e de seu período final, para tratar do reinado de Tibério e tudo que o seguiu, sem ira nem afeição, pois de tais sentimentos mantenho distância”¹⁷⁸. Assim Tácito delimita o início de sua principal obra, os *Anais*. Mas as perguntas que nos ficam são: porque demarcar o governo de Tibério como o momento inicial de sua história sobre o Principado? Porque não tratar diretamente do principado de Augusto, talvez o governante mais lembrado pelas fontes do século I, de que trata sua principal obra?

O fato de Tácito não escrever uma história do Principado de Augusto é justificado. Tácito afirmou que muitos outros historiadores, com grande habilidade e liberdade, já o tinham feito¹⁷⁹. Tal afirmação nos faz pressupor que Tácito viu o governo de Augusto dotado de uma liberdade entre os homens, ausente no relato dos principados posteriores. Apesar disso, percebemos que o discurso dos *Anais* não tratou positivamente da imagem do primeiro imperador romano tida como exemplar pela cultura literária do século I. A intenção de Tácito, ao tratar da *imago* de Augusto dentro da descrição de outros governos, esbarra tanto em uma justificativa retórica, tal como afirma A.J. Woodman, como em um possível projeto político-pedagógico, como acreditam autores como Sir Ronald Syme e Aloys Winterling.

¹⁷⁷ Cf. Tac. *Dial.* 17,2.

¹⁷⁸ *inde consilium mihi pauca de Augusto et extrema tradere, mox Tiberii principatum et cetera, sine ira et studio, quorum causas procul habeo.* Cf. Tac. *Ann.* I.1.3.

¹⁷⁹ Tac. *Ann.* I.1

Diante dessas considerações procuraremos analisar como Tácito caracteriza a figura de Augusto dentro dos “*Anais*”. Em um primeiro momento, vemos que Tácito condena dentro dos “*Anais*” a forma como Augusto chegou ao poder. Já no primeiro proêmio, Tácito afirma que:

A princípio foram reis os que governaram a cidade de Roma. L.Bruto instituiu o consulado e a liberdade. As ditaduras eram temporárias; e o poder dos decênviros não durou mais de dois anos, nem por muito tempo o dos tribunos militares. Foi curta a dominação de Cina, como também a de Sila; e o poder de Pompeu e Crasso passou logo para César, como também as armas de Lépido e Antonio foram suplantadas pelas de Augusto, que aceitou o governo, sob o nome de príncipe, cansados que estavam todos das discórdias civis.¹⁸⁰

Um elemento nesse proêmio nos chama especial atenção quanto à *imago* de Augusto; a legitimidade do poder. Superficialmente, Tácito afirma que Augusto aceitou o poder frente a todos aqueles que estavam fatigados pelas guerras civis (*cuncta accepit*) o poder, sob a forma de *imperium*. Porém, segundo Fábio Joly¹⁸¹, *cuncta* não é apenas um complemento de *accepit*, mas também sujeito de *fessa*. Há uma ambivalência nesse trecho. Podemos supor que a frase afirme que Augusto aceitou sob o *imperium* aqueles cansados dos conflitos civis. Joly prossegue afirmando que essa ambivalência imposta por Tácito ao texto “serve para caracterizar a renúncia voluntária dos encargos políticos pela aristocracia, como para criticar o monopólio do poder pelo imperador”¹⁸².

De forma mais direta, através das palavras daqueles que eram opositores do regime de Augusto, Tácito ataca novamente a forma com que Augusto chegou ao poder:

“A proscrição dos cidadãos e das distribuições de terra não foram elogiadas até mesmo por quem contribui com elas. É claro que os fins de Cássio e dos Brutos tinha sido uma concessão aos antagonismos paternos (embora fosse bom renunciar a ódios particulares para o bem público), mas Pompeu havia sido enganado por uma paz falsa, tal

¹⁸⁰ *Urbem Romam a principio reges habuere; libertatem et consulatum L. Brutus instituit. dictaturae ad tempus sumebantur; neque decemviralis potestas ultra biennium, neque tribunorum militum consulare ius diu valuit. non Cinnae, non Sullae longa dominatio; et Pompei Crassique potentia cito in Caesarem, Lepidi atque Antonii arma in Augustum cessere, qui cuncta discordiis civilibus fessa nomine principis sub imperium accepit. sed veteris populi Romani prospera vel adversa claris scriptoribus memorata sunt; temporibusque Augusti dicendis non defuere decora ingenia, donec gliscente adulatione deterrerentur.* Cf. Tac. Ann, I, I (trad. JOLY; 2004, p.114).

¹⁸¹ Ibidem. JOLY; 2004, p. 116.

¹⁸² Ibidem. JOLY; 2004, p. 116.

como Lépido através de um cenário de amizade. Que posteriormente Antonio, seduzido pelos tratados de Brindes e Tarento e por um casamento com sua irmã, tinha cumprido a pena desse pérfido relacionamento com a morte. Depois disto tudo se seguiu a paz, porém uma paz inundada de sangue: fora de Roma houve as desgraças militares de Lólio, e Varo, e dentro dela as mortes dos Varrões, dos Inácios, e dos Julos.”¹⁸³

O grande número de proscricções, já citado no capítulo dois, foi um elemento preponderante, de acordo com Wener Eck, para ao servilismo da aristocracia e a acomodação desta em relação à posição do *princeps*¹⁸⁴. A elite romana se acostumou assim ao governo de um só, lutando, não pelo bem do império, mas por interesses particulares, ou em grupos de oposição, ou em grupos bajuladores. A *nobilitas* viu algumas de suas *gentes* mais tradicionais se extinguirem e Roma se viu esvaziada de autoridade. Depois de cerca de meio século, ao fim do principado de Augusto, quase ninguém em Roma havia visto as guerras civis e muito menos a República. Tais acontecimentos – e isso fica evidente em Tácito¹⁸⁵ – foram essenciais para a consolidação do poder de Augusto.

Temos aqui uma crítica à forma como o primeiro imperador conduziu sua chegada ao poder. Tácito disfarça sua repreensão qualificando suas palavras como um discurso da época da morte do *princeps*, para não agredir a imagem de Augusto diretamente. Cornélio Tácito define a *pax Augusta* como “inundada de sangue”. Esse sangue, vindo principalmente das proscricções, principiou a extinção de nobres famílias romanas, levando a uma consequente decadência de homens valorosos dentro do império.

Tácito fundamenta a ascensão de Augusto através da corrupção das tropas e da plebe, da morte de diversos cidadãos ilustres e famílias tradicionais durante o período de Guerra Civil, da rivalidade e avareza dos aristocratas da predisposição dos homens daquela época à paz e à servidão, onde se “preferia a segurança do presente aos perigos passados”. Com isso, o historiador latino ataca a legitimidade do poder de Augusto, já que o mesmo se aproveita de um momento de fragilidade da *res publica*, e da condição de cansaço de seus

¹⁸³ *proscriptionem civium, divisiones agrorum ne ipsis quidem qui fecere laudatas. sane Cassii et Brutorum exitus paternis inimicitiis datos, quamquam fas sit privata odia publicis utilitatibus remittere: sed Pompeium imagine pacis, sed Lepidum specie amicitiae deceptos; post Antonium, Tarentino Brundisinoque foedere et nuptiis sororis inlectum, subdolae adfinitatis poenas morte exsolvisse. pacem sine dubio post haec, verum cruentam: Lollianas Varianasque clades, interfectos Romae Varrones, Egnatios, Iullos. Cf. Tac. Anais. I, 10, 2-4.*

¹⁸⁴ JOLY; 2004, p. 116.

¹⁸⁵ Cf. Tac. Ann. I, 1,1.

concidadãos, para assumir o *imperium* e solidificar sua *potestas* sobre Roma. Nesse sentido, Tácito nos faz entender que o poder imperial, não foi dado, perante a concordância de pares, tal como Augusto escreve nas *Res Gestae*, mas sim usurpado de um Estado fragilizado por mais de um século de conflitos.

Em um último momento, Tácito volta a criticar Augusto, que já idoso e não tendo mais seus principais aliados ao seu lado, não consegue manter domínio do império como em momentos anteriores, sendo controlado pelas intrigas de sua mulher, Lívia Drusila. Tácito reprova em suas narrativas a participação feminina no jogo político deixando-nos a impressão de que tais ações só contribuíram para desestruturar o governo e mostrar a falência dos costumes romanos. Quando Augusto se deixa controlar por Lívia, ele comete o que talvez nos *Anais* Tácito qualifica como sua pior falha, escolher Tibério para sucedê-lo no principado.

Outra falha do *princeps* como governante - uma das mais graves apontadas por Tácito e intrínseca ao domínio de Lívia sobre um debilitado Augusto - é a sucessão. O autor latino, durante a maior parte de sua obra destaca a inaptidão de Tibério, herdeiro de Augusto, para o poder. Fica evidente na passagem I, 10, 7 dos *Anais*, exposta a seguir:

Que nem por amor ou atenção a República nomeara Tibério como sucessor, porém porque, prevendo toda a sua ferocidade e arrogância, pretendia através de uma comparação abominável exaltar sua própria glória. E nem estas conjecturas se faziam sem motivo. Quando Augusto, poucos anos antes, pediu ao Senado pela segunda vez para Tibério a dignidade de tribuno, através de um discurso honorífico, fez comentários sobre seu caráter, estilo de vida e hábitos que pareciam servir mais para desacreditá-lo do que para elogiá-lo.¹⁸⁶

Nessa passagem, Tácito causa grande prejuízo à memória de Augusto, quando ele exprime, mesmo na forma de uma alternativa, a hipótese de que o mesmo somente nomeou Tibério pelo medo que outro sucessor exceda suas próprias conquistas e ultrapasse assim seu prestígio. Dessa forma, tendo em vista as características vis de Tibério, era-lhe impossível fazer um bom governo, e sempre que na posteridade, fosse comparado a Augusto, ser-lhe-ia considerado inferior. Essa passagem se torna importante porque Tácito expõe em Augusto uma das principais características – amplamente criticada - da personalidade do próprio

¹⁸⁶ (grifo nosso) *ne Tiberium quidem caritate aut rei publicae cura successorem adscitum, sed quoniam adrogantiam saevitiamque eius introspexerit, comparatione deterrima sibi gloriam quaesivisse. etenim Augustus paucis ante annis, cum Tiberio tribuniciam potestatem a patribus rursus postularet, quamquam honora oratione quaedam de habitu cultuque et institutis eius iecerat, quae velut excusando exprobraret.* Cf. Tac. Ann. I, 10, 7.

Tibério, a ambiguidade. Ou seja, o que Augusto faz em seu discurso ao Senado é justamente fazer o mal, dizendo uma coisa, quando pensava outra.

Os capítulos nove e dez do primeiro livro dos *Anais* foram frequentemente objeto de uma amarga controvérsia sobre a posição de Tácito contra apoiantes e opositores do Principado. Para não ficar visivelmente em desacordo com o seu princípio fundamental (*sine ira et studio*), Tácito diz somente registrar aquilo que escutou, mascarando a sua própria opinião nas opiniões do público romano sobre o reinado de Augusto, por ocasião da cerimônias fúnebres dedicado a ele. Ao analisarmos as duas passagens, podemos notar singularidades interessantes no discurso dos partidários e opositores de Augusto, que nos permitem levantar algumas questões sobre a opinião do próprio Tácito a respeito do governante.

Durante a narrativa, Tácito acaba por condenar também a legislação criada por Augusto, em especial a lei *Papia Popaea*¹⁸⁷, responsável por diversos desastres e injustiças durante o século I. Segundo Tácito, a *Papia Popaea* inibia os homens de bem e incentivava a bajulação e a corrupção através da delação. Os efeitos dessa lei na sociedade romana são tão desastrosos que mesmo Tibério, apesar de seu respeito constante pelas memórias e decisões de seu pai, teve de ter medidas destinadas a remediar essa situação intolerável. Entretanto, tal crítica não é direcionada diretamente a Augusto, já que as consequências dessa lei só foram aparecer com maior destaque nos Principados que o sucederam.

Em uma análise dos partidários de Augusto, vemos que Tácito lhes dedica treze linhas de sua obra. Eles tentam provar que as circunstâncias obrigaram o imperador a agir de forma desonesta e por vezes cruel, embora afirmando que seu objetivo era o mais nobre: a paz geral do império. Isso é, segundo Ronald Syme, o principal elogio dedicado por Tácito a Augusto. Podemos perceber que Tácito admite algumas conquistas inegáveis do imperador, como o fim das guerras civis e a recuperação da dignidade da *res publica* através não de um rei, ou ditador, mas de um simples *princeps*, além da ampliação das fronteiras do império e da conservação da tranquilidade pública.

Assim como no restante da obra taciteana, a imagem de Augusto se mostra obscurecida, pois, mesmo Tácito vendo no regime instaurado por Otaviano uma repressão da liberdade republicana, não chega a criticar diretamente o governo deste *princeps*. A posição de Tácito sobre Augusto mostrada em Ann.9 e Ann. 10, nos parece ter sido estendida para

¹⁸⁷ Tac. Ann. III, 35, 1; Tac. Ann. III, 25, I.

toda a obra. Os principais elogios que Tácito faz ao governo de Augusto e a imagem do mesmo se dão quando o mesmo já tem sua posição consolidada como *princeps*. Percebemos uma visão positiva, dentro do principado Augustano houve na maior parte do tempo justiça e liberdade, propiciando nestes tempos o aparecimento de homens valorosos e de grandes obras escritas, principalmente quando comparado a governos posteriores. Tal posição se verifica no capítulo nove dos *Anais*, quando nas palavras daqueles que defendiam Augusto afirmavam que sob seu governo:

“(…) a República recobrou a dignidade e suas forças, e não com um título de rei ou de um ditador, mas simplesmente de um *princeps* – Que o império tivera por limites o oceano e os rios mais distantes: que as províncias, as legiões, as esquadras, e em uma palavra, todas as coisas ficaram em estreita união? Que fizera justiça aos cidadãos, e tratara com doçura os aliados: que a mesma Roma ganhara em magnificência e riquezas: e que finalmente para conservar a tranquilidade pública, bem poucas violências se tinham empregado”.¹⁸⁸

Como já vimos, tanto a legitimidade do poder de Augusto, sob o título de *princeps*, como a *pax augusta*, são contestados por Tácito no decorrer da obra. O elogio se situa nesse sentido na admiração pela estabilidade política dentro do império - já que nesta época a figura do *princeps* personalizada em Augusto mediava de forma eficaz as relações de poder – e no trato com a diplomacia, em que Augusto é certamente colocado como um exemplo para Tácito. Sob essas duas caracterizações, Tácito, inserido dentro de uma tradição literária que perdurou durante todo o século I até o seu tempo, acaba por admitir a grandeza da imagem de Augusto. Entretanto, convém notar que mesmo o principado trazendo paz e segurança perante os conflitos civis – responsáveis por exaurir as forças do império - para Tácito a aceitação deste fato não suaviza a *libertas* perdida, e nem justifica algumas decisões de Augusto, que acabaram por influenciar a posterioridade.

Por outro lado, vemos no décimo capítulo, já na primeira frase, uma intervenção por Tácito, curta e afiada - *dicebatur contra* – responsável por contrariar aquilo que havia dito no capítulo anterior. Tácito denuncia, através das palavras dos opositores ao principado, a

¹⁸⁸ *postquam hic socordia senuerit, ille per libidines pessum datus sit, non aliud discordantis patriae remedium fuisse quam [ut] ab uno regetur. non regno tamen neque dictatura, sed principis nomine constitutam rem publicam; mari Oceano aut omnibus longinquis saeptum imperium; legiones, provincias, classes, cuncta inter se conexas; ius apud cives, modestiam apud socios; urbem ipsam magnifico ornatu; pauca admodum vi tractata quo ceteris quies esset. Cf. Tac. Ann. I, 9, 4.*

realidade do sistema estabelecido por Augusto, desconstruindo a defesa política daqueles que apoiavam o *princeps*, através de ataques às suas principais bases de argumentação. Ao afirmar que o título de *princeps* era apenas uma máscara para o estabelecimento de uma ordem imperial autocrática¹⁸⁹. Tal denúncia é claramente vista em Tac.*Ann.*III.56.2, onde Tácito questiona a legalidade do poder de Augusto e duvida de sua sinceridade.

Outro ponto fundamental da ideologia augustana é contestado; a *pax romana*. Essa é definida no capítulo dez como inundada de sangue, marcada pelas proscuições de famílias tradicionais e pelas derrotas de Lólio e Varo. Tácito faz uma crítica velada da maneira como Augusto governou, é por isso que consideramos que o historiador latino, nos *Anais*, demonstra mais claramente sua antipatia pelo governante e pelo modelo instaurado por ele. É interessante notar que nas *Histórias*, Tácito estabelece o início dessa *pax adversa* no principado de Tibério, dando-nos uma impressão de haver uma concórdia sob o governo augustano¹⁹⁰.

Entretanto, entendemos, que mesmo de maneira intrínseca a crítica dos *Anais* tanto a Augusto, quanto ao principado em si é muito mais evidente que no *Diálogo do Oradores* ou nas *Historias*, por exemplo. Se nessas obras a crítica de Tácito ao Principado – que esse levava os homens a um regime de servidão - se encontra amparada a uma necessidade maior – a paz, nos “Anais” temos um pessimismo evidente quanto à capacidade de concretude dessa paz, já que Tácito vê o próprio Principado sobrevivente graças a um cenário de conflito iminente – tal como uma Guerra civil - porém velado pela presença do *princeps*.

A par disso, vemos, na conclusão de nosso estudo, um fato importante: Tácito, nos *Anais*, se exprime de maneira bastante crítica a Augusto, principalmente se compararmos ao resto de suas obras. Convém notar que nos “Anais”, pela primeira vez, ele não designa nenhuma vez a Augusto o tratamento oficial e tradicional de *Divus Augustus*, somente os seus personagens fazendo essa alusão. Entendemos, assim, que Augusto aparece nos “Anais” caracterizado como inaugurador de um regime nefasto e de uma dinastia que foi responsável por tristes memórias. Augusto, nos *Anais*, pode ser criticado por ter gerado uma sucessão que todos criticavam. Com isto, não se tem uma ruptura com uma tradição de elogiar o governo de Augusto, já que a crítica se concentra na sucessão – pela qual Augusto é responsabilizado.

¹⁸⁹ Tac. *Ann.*I.1.1.

¹⁹⁰ Ver página X, deste capítulo.

4.1 Conclusão: A Imagem de Augusto em Tácito

Ao analisarmos a obra de Tácito, procuramos nos concentrar na ideia de que o autor latino estava inserido em uma “cultura de leitura”¹⁹¹, composta por uma elite intelectual que assumia – mesmo que subjetivamente - os traços e valores de sua época e, mais importante, construía uma tradição que os autores que se sucediam deveriam seguir e respeitar. Nesse sentido temos de considerar a teoria de Dylan Sailor, em sua obra sobre o retrato que Tácito faz do poder imperial. Para Sailor, a posição ocupada por aristocratas/historiadores, como Tácito, estava relacionada com um processo de autonomia política e social que a historiografia proporcionava quanto ao estado de monopolização do poder pelo imperador¹⁹². Assim, consideramos que Tácito estabelece uma relação pessoal com o poder, por ser um aristocrata e um magistrado de *cursus honorum* elevado dentro da política do Principado. Não podemos ignorar que, dadas tais condições ele vê no regime do seu tempo uma repressão ao seu grupo social¹⁹³.

Nesse sentido, percebemos uma preocupação clara dentro da obra taciteana com o sistema vigente. Sendo o Principado necessário, o problema não estava na instituição, mas nos homens que nela viviam. No caso dos imperadores, a tirania era abominável, assim como uma excessiva flexibilidade, que poderia resultar em uma Guerra Civil. Já no caso dos membros do *corpus* político e da aristocracia em geral, o problema era uma posição demasiadamente servil e passiva dentro da sociedade, não permitindo assim que ações valorosas fossem realizadas pelo bem do império.

Fábio Joly (2004) afirma que existia, no Principado, uma unidade quando se opera uma articulação ente a *domus* imperial e a *res publica*. Essa estabilidade é moderada pelas ações do *princeps* quando ele vincula a aristocracia, os exércitos e a plebe à *domus* imperial. No entanto, para Joly, o “resultado último dessa configuração política poderia colocar em risco a expansão e manutenção do Império, visto que, em geral, Tácito advoga um estado constante de conflito para preservar esse Império.”¹⁹⁴. O português Ricardo Nobre, reitera essa posição ao afirmar que:

¹⁹¹ JOHNSON, William A. Readers and Reading Culture in the High Roman Empire: A Study of Elite Communities: *Classical culture and society*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2012, p. 11.

¹⁹² Ibidem. SAILOR; 2008, p. 314-321

¹⁹³ Ibidem. SAILOR: 2008.

¹⁹⁴ Ibidem. JOLY; 2010, p. 71.

Apesar de o novo regime político romano se basear numa sucessão por hereditariedade (na medida em que Augusto adota aqueles que reúnem capacidades para assegurar o poder), na obra “*Ab excessu diui Augusti*”, Tácito mostra, explícita ou implicitamente, que, no Principado, o poder não é alcançado por testamento sem que haja influências alheias. São intrigas políticas, urdidas com fins imediatos diversos, como a retirada coerciva da cena política dos agentes que poderiam ser oposição à assunção de poderes “ilegítimos” (onde se incluem falsas acusações, em que têm especial relevo as acusações de maiestas) ou relações amorosas que configuram traição conjugal. Mesmo que a intriga apareça nos *Annales* enquadrada em diferentes moldes, o seu objectivo último é normalmente um: a obtenção ou manutenção do poder¹⁹⁵.

Assim, podemos perceber dentro da obra de Tácito que no cerne do estado romano, existe um constante conflito, protagonizado pela interação entre uma aristocracia intelectual e o *princeps*¹⁹⁶. Esse conflito estabelece uma ambigüidade, já que é ele que fundamenta o equilíbrio do sistema político vigente, impedindo tanto a permanência de poderes tirânicos, quanto o conflito desmedido entre aristocratas.

Percebemos que o nome de Augusto é citado na obra de Tácito pelos mais diversos motivos. Na grande maioria das vezes Tácito se remete a Augusto como um modelo, dotando-o tanto de aspectos positivos¹⁹⁷, como negativos¹⁹⁸. A idéia de decadência do espírito cívico, por consequência da instalação do regime imperial, interfere diretamente na inserção da imagem de Augusto em todas as obras taciteanas, mas se evidencia de forma clara nos *Anais*. Apesar de não ter feito uma história do principado augustano, Tácito utiliza-se da imagem desse *princeps* como uma figura de autoridade dentro de suas obras, tanto para qualificar, como para desqualificar personagens envolvidos no jogo político.

Nesse sentido a *imago* de Augusto perante alguns imperadores que são considerados por Tácito como viciosos – tais como Tibério, Caio Calígula, Cláudio e Nero, Oto, Vitélio, Domiciano - é na grande maioria das vezes elevada, para que em contraste com suas virtudes, se salientem ainda mais os vícios desses imperadores em um discurso retórico de amplificação, que acaba sendo muito eficiente.

¹⁹⁵ Ibidem. NOBRE; 2011, p. 5.

¹⁹⁶ Ibidem. WINTERLING; 2009, p. 55-57.

¹⁹⁷ Ver: Tac. *Ann.* I, 1, 2; Tac. *Ann.* I, 9, 1; Tac. *Ann.* III, 24, 2-4; Tac. *Ann.* III, 56, 2; Tac. *Ann.* V, 1, 2.

¹⁹⁸ Ver: Tac. *Ann.* I, 2, 1; Tac. *Ann.* I, 10, 1; Tac. *Ann.* III, 6, 2; Tac. *Ann.* IV, 34, 5; Tac. *Ann.* XIII, 3, 2; Tac. *Hist.* XXVIII, 5.

Já quando comparada a *principes* que Tácito deseja louvar, como Vespasiano e Nerva, nas *Histórias*, ou Trajano nos *Anais*, percebemos certa desvalorização dos feitos de Augusto, como forma de permitir a elevação desses imperadores, inserindo-os como grandes personagens, em grandes contextos, e entrando em conflito com as palavras do próprio Tácito, quando o mesmo afirma que:

Não desconheço que muitas das coisas a que me referi e referirei talvez pareçam pequenas e fugazes para se lembrar, mas ninguém medirá nossos anais com o que foi escrito por aqueles que compuseram os antigos feitos do povo romano, Para aqueles, grandes guerras, reis abatidos e capturados, ou se por ventura, às coisas internas se voltavam, discórdias entre cônsules e tribunos, leis agrárias e frumentárias, disputas entre a plebe e os *optimates*, lembram em livre curso. Para nós o trabalho é restrito e sem glória. De fato uma paz imóvel e moderadamente estimulada, fatos tristes na cidade e um imperador que era indiferente quanto a alargar o Império. Contudo, não terá sido sem uso perscrutar aquelas coisas aparentemente fugazes a partir das quais muitas vezes o motivo de grandes coisas tem origem¹⁹⁹.

Fica claro para nós que a paz sobre a qual Tácito disserta se torna um grande tema, assim como os agentes dessa paz, na medida em que são eles quem direcionam a política de todo o Império. A ambiguidade entre o conflito e a paz é, para Tácito, aquilo que impede o colapso do sistema imperial, já que uma paz total só funcionaria sob a tirania do governo de um só e a presença do *princeps* é necessária para mediar tal cenário conflituoso, impedindo, por exemplo, a Guerra Civil. Esse aspecto – de ordem na desordem - é intrínseco aos *Anais*. Ao atacar o cenário de *pax*, base do poder e da imagem augustana, atacava-se também as bases do *principatus*, e se coloca a imagem do próprio Augusto vinculada a uma ideia de autarquia, desprezada por Tácito. Nesse sentido, podemos perceber que a utilização de Augusto por Tácito vai muito além de uma mera ferramenta retórica. Isso porque o historiador

¹⁹⁹ *Pleraque eorum quae rettuli quaeque referam parva forsitan et levia memoratu videri non nescius sum: sed nemo annalis nostros cum scriptura eorum contenderit qui veteres populi Romani res composuere. ingentia illi bella, expugnationes urbium, fusos captosque reges, aut si quando ad interna praeverterent, discordias consulum adversum tribunos, agrarias frumentariasque leges, plebis et optimatum certamina libero egressu memorabant: nobis in arto et inglorius labor; immota quippe aut modice lacescita pax, maestae urbis res et princeps proferendi imperi incuriosus erat. non tamen sine usu fuerit introspicere illa primo aspectu levia ex quis magnarum saepe rerum motus oriuntur.* Cf. Tac. Ann. IV, 32. Tradução de Fábio Duarte Joly Cf. (JOLY, Fábio, 2001: 25-50).

latino utiliza-se da *imago* desse *princeps* para discutir algumas das características basilares do regime por ele vivido, conhecido por nós como *principatus*.

5.0 Referências bibliográficas

Fontes:

TACITI. *De Vita Agricola*. Editado por R.M. Ogilvie e Sir Ian Richmond. Oxford. Oxford University Press, 1967.

TÁCITO, Cornélio. *Agricola, Germania, Dialogus*. Cambridge/London: Harvard University Press, 1996. (The Loeb Classical Library).

_____. *Vida de Agrícola*. Trad. de Agostinho da Silva, Lisboa: Livros Horizontes LDA, 1974.

_____. *Anais*. Prefácio de Breno Silveira e Trad. de J. L. Freire de Carvalho.

Série Clássicos Jackson, Vol. XXV São Paulo: Editora Brasileira, 1957.

_____. *Dialogo sobre los Oradores; introducción y traducción de Nicolás Gelormini*. Editora Losada. Buenos Aires, 2008.

TACITUS, Cornelius. *Annals*. Book I. Texto estabelecido e traduzido por Miller, N.P. Londres, Bristol Classical Press, 1992.

_____. *The Annals of Tacitus; translate by WOODMAN, A.J. and MARTIN, R. H.* Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

_____. *Histories and Annals*. 4 vols. Texto estabelecido e traduzido por W. Heinemann. Londres, Harvard University Press, 1980. (The Loeb Classical Library).

_____. *Histories, Book I*. Editado por Cinthia Damon. Cambridge. Cambridge Greek and Latin Classics, 2003.

_____. *The Histories*. Translated by K. Wellesley. London: Penguin, 1995.

ANDRADE, Maria Cecília de. *A Germânia de Tácito: Tradução e Comentários*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2011.

Fonte de Apoio:

CÍCERO. *The Republic*. Translated by Niall Rudd; with an introduction and notes by Jonathan Powell and Niall Rudd. Oxford: Oxford University Press, 1998.

LÍVIO, Tito. *História de Roma*; tradução de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Editora Paumape, 1990.

OVÍDIO. *Os Fastos*. Trad: António Luis Sabra e António Feliciano de Castilho. In: Clássicos Jackson V. IV. São Paulo: Editora Brasileira LTDA, 1952.

SENECA. *Apocolocyntosis*. (Cambridge Greek and Latin classics) Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1999.

SUETÔNIO & AUGUSTO. *A Vida e os Feitos do Divino Augusto: Suetônio e Augusto*. Trad. Matheus Trevizam e Paulo Sérgio Vasconcellos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SUETÔNIO. *A vida dos doze Césares/ Suetônio*; apresentação Carlos Heitor Cony; trad. Sany-Garibaldi.—2.ed. reform. – São Paulo: Ediouro, 2003. – (Clássicos ilustrados).

VERGÍLIO. *Eneida*; tradução Tassilo Orpheu Spalding. São Paulo: Cultrix, 2004.

Referências Historiográficas:

ABBOTT, F. F., *A History and Description of Roman Political Institutions*. Boston: Elibron Classics, 2006.

ALFÖLDY, Géza. *A História Social de Roma*. Trad. Cary, Maria do Carmo. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

AZEVEDO, Sarah L.F. *Consilium muliebre ac deterius* (Tac. Ann., XV, 54,4): *As Personagens femininas e a construção da imagem imperial no principado de Nero*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto; Mariana, 2011.

BOISSIER, G. *Tácito*. São Paulo: Ed. Difusão S/A, 1934.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CROOK, J.A; LINDOTT, Andrew, RAWSON, Elizabeth. *The Cambridge Ancient History, vol.9, The Last Age of the Roman Republic 146-43 b.C.* Cambridge/Londres, University of Cambridge Press, 1992.

COLLINGWOOD. R. G. *A ideia de História*. Lisboa: Presença, 1972.

DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa* (1912). In: GIANNOTTI, J. A. (Org.). *Durkheim*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1978.

ECK, Werner. *The Age of Augustus*. Blackwell Publishing, Oxford, 2007.

ESTEVES, Anderson. *Nero nos Annales de Tácito*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras. UFRJ, Rio de Janeiro, Agosto de 2010.

FAVRO, Diane. *The Urban Imagem of Augustan Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

FORNARA, Charles William. *The nature of history in Ancient Greece and Rome*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1988.

GALINSKY, Karl. *Augustan Culture: An Interpretive Introduction*. Princeton, 1996.

- GELZER, Mathias. *The Roman Nobility*. ACLS History E-Book Project, 2001.
- GENTILI, B & CERRI, G. *History and Biography in Ancient Thought*. Amsterdam. J.C. Giben, 1988.
- GRIMAL, P. *Tacite*. Paris: Fayard, 1990.
- HAYNES, Holy. *The History of the Make-Believe: Tacitus on the Imperial Rome*. University of California Press, 2003.
- JOHNSON, William A. *Readers and Reading Culture in the High Roman Empire: A Study of Elite Communities: Classical culture and society*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2012.
- JOLY, Fábio Duarte. *Tácito e a metáfora da escravidão: Um Estudo de Cultura Política Romana*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- LANGLANDS, Rebecca. *Roman Exempla and Situation Ethics: Valerius Maximus and Cicero de Officiis*. JRS 101 (2011), pp. 100–122, 2011.
- LEVICK, Barbara. *The Government of the Roman Empire - 2nd edition*. London: Routledge, 2000.
- MARTIN, Ronald. *Tacitus*. London: Routledge, 1981.
- MARTINS, Paulo. *Imagem e Poder: Considerações sobre a representação de Otávio Augusto (44 a.C. - 14 d.C.)*. Editora EDUSP, São Paulo. 2011, p113.
- MAYER, Roland G. *Tacitus: Dialogus de Oratoribus*, Cambridge, Cambridge. 2001.
- MELLOR, R. *Roman Historians*. London: Routledge, 1999.
- MILLAR, Fergus. *The Roman Republic in Political Thought*. Hanover, NH: University Press of New England for Brandeis University Press, 2002.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*, trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. São Paulo, EDUSC, 1990.
- MOMMSEN, *História de Roma Excertos*. Vol 4. Editora Delta, Campinas, São Paulo, 1962.
- MOMMSEN, Theodor. *A History of Rome Under the Emperors*. Routledge, 1992.
- NOBRE, Ricardo. *Intrigas palacianas nos Annales de Tácito – processos e tentativas de obtenção de poder no principado de Tibério*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanistas da Universidade de Coimbra (Séries monografias), 2010.
- O’GORMAN, Ellen. *Irony and Misreading in the Annals of Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

SAILOR, Dylan. *Writing and Empire in Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SALLER, Richard. *Patriarchy, property and death in Roman Family*. Cambridge University Press, 1996.

SCATOLIN, Adriano. A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. São Paulo, 2009.

SCULLARD, H. H. *From Gracchi to Nero: a history of Rome (133 B.C to A.D. 68)*. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2006.

SYME, Ronald. *Tacitus*, 2 vol., Oxford, Oxford University Press, 1960.

_____. *The Roman Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

TRIGALI, Dante. Horácio, poeta da festa: *Navegar não é preciso*. SP: Musa Editora, 1995.

WALLACE-HADRILL, A. "The imperial court". In: *Cambridge Ancient History*. Volume X. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press. 2006.

WHITE, Hayden. "El valor de la narrativa en la representación de la realidad". In: El contenido de la forma. *Narrativa, discurso y representación histórica*. Barcelona: Paidós, 1992.

WINTERLING, Aloys. *Politics and Society in Imperial Rome*. London: Wiley-Blackwell, 2009.

ZANKER, Paul. *The Power of Images in the Age of Augustus*, trad Shapiro, Alan. The Michigan University Press, 2008.

Dicionários

GLARE, P.G.W. *The Oxford Latin Dictionary*. Oxford University Press, USA, 1983.

GRIMAL, Pierre. Dicionário da Mitologia Grega e Romana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HORNBLOWER, Simon. SPAWFORTH, Antony. *The Oxford Classical Dictionary*, 3ª Edition. Oxford University Press, Oxford, England, 1996.

Artigos e Capítulos de Livro

ANTIQUEIRA, Moisés. *O Escudo da Virtude e a Ideologia do Principado Augustano*. Revista de História e Estudos Culturais, Volume 5, Setembro de 2007.

- BARROS, José D'Assunção. Historia Cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005
- BELCHIOR, Ygor Klain. "Para nós o trabalho é restrito e sem glória (Anais IV, 32, 4): A mudança de rumo na narrativa taciteana dos Anais. In: 4º Seminário Nacional de História da Historiografia, 2010, Mariana. Anais digital, 2010.
- BELCHIOR, Ygor Klain. Uma análise dos estudos críticos sobre Tácito em Portugal no século XIX. *Politéia* (UESB), v. 10, p. 187-202, 2011.
- BÉRANGER, J. L'idéologie impériale dans l'Histoire Auguste. *Bonner Historia Augusta Colloquium*. Bonn: Habelt, 1976.
- BRANDÃO, José Luís Lopes. Máscara dos Césares: *Teatro e moralidade nas Vidas suetonianas*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2010
- BURKE, Peter. *História como Alegoria*. Estudos Avançados, São Paulo, 1995.
- CEAUSESCU, PETRE. *L'image d'Auguste chez Tacite*, *Klio*, 56:1 (1974) p.183
- MARQUES, Juliana Bastos. Um ciclo dos costumes em Tácito? *Anais III*, 55. Boletim do CPA - IFCH/Unicamp, Campinas/SP, v. 18, p. 55-66, 2004.
- _____. Estruturas narrativas nas Histórias de Tácito. *Phoenix* (UFRJ), v. 15/1, p. 76-90, 2009.
- _____. Estruturas narrativas nos Anais de Tácito. *História da Historiografia*, v. 5, p. 44-57, 2010.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier*. *Diálogos*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.
- CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: _____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.
- COLLARES, Marco Antônio Correa. *A legitimidade do poder político de Otávio Augusto ao início do principado*. *Alétheia: Revista de estudos sobre Antigüidade e Medievo*, Volume 1, Janeiro a Julho de 2010.
- FAVERSANI & JOLY. *Um estudo sobre a Vida de Agrícola*, 2012.

FAVERSANI, F. Estado e governo em Sêneca. In: ARAÚJO, Sônia Regina Rebel de; ROSA, Claudia Beltrão da; JOLY, Fábio Duarte. (Org.). *Intelectuais, poder e política na Roma Antiga*. Rio de Janeiro: Nau Editora / Faperj, 2009, v. p. 42-65.

FAVERSANI, F. O Estado Imperial e os Pequenos Impérios. *História* (São Paulo), v. 26, p. 53-62, 2007.

FAVERSANI, F. Pequenos Impérios e Sociedade na Roma Imperial. In: Fábio Vergara Cerqueira; Ana Tereza Marques Gonçalves; Chimene Kuhn Nobre; Glaydson José da Silva; Anderson Zalewski Vargas. (Org.). *Guerra e Paz no Mundo Antigo*. Pelotas: Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia, 2007, v, p. 223-240.

FAVERSANI, Fábio. As relações interpessoais sob o Império Romano: uma discussão da contribuição teórica da escola de Cambridge para o estudo da sociedade romana. In: CARVALHO, Alexandre Galvão. *Interação social reciprocidade e profetismo no mundo antigo*. (Org.). Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2003.

FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. “História e Análise de Textos”. IN: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FRANÇA, Tiago; VENTURINI, R. L. B. *Escrita e poder na Antiguidade*. Nearco (Rio de Janeiro), v. II, p. 251-267, 2012.

GARCIA, Gilberto Gonçalves. *A Desintegração da República Romana como Ordem na Desordem*. Revista da FAE, vol.4, nº2, 2006.

GARRAFFONI, R. S. *Hierarquias e Conflitos: repensando os anfiteatros romanos no início do principado*. *História Questões e Debates*. Curitiba: UFPR, 2004.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. *A Idealização da Figura do Imperador Romano: O debate Agripa-Mecenas na Obra de Dion Cássio*. *Klepsidra*. São Paulo, v. 3, n. 14, p. 1-14, 2002/2003.

JOLY, Fábio Duarte. *A Escravidão no centro do poder: observações acerca da família caesaris*. In *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 04, ano 04, nº 01. Jan/fev/mar de 2007.

_____. Tácito e o Império Romano. *Revista de História* (USP), v. Esp., p. 69-78, 2010.

_____. JOLY, F. D. História e retórica em Tácito. In: Marco Antonio Lopes. (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. 1ed. São Paulo: Contexto, 2003, v. , p. 158-164.

MARQUES, Juliana B. *Estruturas narrativas nos Anais de Tácito*. História da Historiografia, v. 5, p. 44-57, 2010.

_____. *Estruturas narrativas nas Histórias de Tácito*. Phoinix (UFRJ), v. 15/1, p. 76-90, 2009.

MARQUES, Juliana Bastos. *Rômulo, Camilo, Augusto: a Roma renovada de Tito Lívio*. In: em Lessa, Fábio de Souza; Bustamante, Regina Maria da Cunha. (Org.). *Memória e festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 427-434.

MARTIN, R.H. Tacitus and the death of Augustus. CQ 49, 1955, 123-128.

MILLAR, Fergus. The Roman Republic and the Augustan revolution. In: Vol 1. *Rome, the Greek world, and the East* / Fergus Millar; edited by Hannah M. Cotton and Guy M. Rogers. p. cm.—(Studies in the history of Greece and Rome) Includes bibliographical references and index. The University of North Carolina Press, 2002.

LENCHANTIN, M: Augusto e Tacito, RFIC 66 (NS16), 1938, 337-345.

PAVEL, Sílvia; NOLET, Diane. Manual de Terminologia; Trad. de FAULSTICH, Enilde. Disponível em: <http://www.translationbureau.gc.ca>.

POLETTI, Ronaldo Rebello de Britto. Otaviano Augusto: *O imperium populi. Império do Brasil*. Panóptica, Vitória, ano 1, n. 2, out. 2006, p. 60-72.

PRATA, P. "Tristes" II de Ovídio: um pedido a Augusto. Aisthe (Online), v. III, p. 38-53, 2009.

RUST, L. D. Jacques Le Goff e as Representações do Tempo na Idade Média. Fênix (Uberlândia), v. 5, p. 1-19, 2008.

SILVA, G. V. da. *Política, ideologia e arte poética em Roma: Horácio e a criação do Principado*. Politeia - História e Sociedade, Vitória da Conquista, v. 1, p. 29-51, 2001.

VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. *Relações de poder em Roma: o patronato na correspondência pliniana*. Tese de doutoramento. Depto. De História. FFLCH – USP. São Paulo, 2000.

WINTERLING, Aloys. *Loucura Imperial na Roma Antiga*. História vol.31 no.1 Franca Jan./June 2012. Artigo originalmente publicado em *Jahrbuch des Historischen Kollegs*, 2007, pp. 115-139. Tradução de Fábio Duarte Joly. Revisão de Fábio Faversoni.

